

VICTORIA

Uma empresa do Grupo Segurador SMABTP

Relatório e Contas 2022

VICTORIA - Seguros, S.A.

Índice

Estrutura de Governo da Sociedade	03
Relatório do Conselho de Administração	05
Informação Financeira	
Demonstração da posição financeira	32
Demonstração de resultados	34
Demonstração do Rendimento Integral	35
Demonstração de Fluxos de Caixa	36
Demonstração das alterações nos capitais próprios	37
Notas às Demonstrações Financeiras	38
Relatórios de Fiscalização	
Certificação Legal de Contas	120
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	125

Relatório e contas aprovado em AG a 17 de abril de 2023.
Documento escrito ao abrigo do Novo Acordo Ortográfico.

Estrutura de Governo da Sociedade

Mesa da Assembleia Geral

Presidente

José António de Melo Pinto
Ribeiro

Secretário

Marcos Manuel Guimarães de
Sousa Guedes

Conselho Fiscal

Presidente

João de Lara Everard

Vogais

Célia Custódio
Eduardo Rêgo

Vogal Suplente

Patricia Caldinha

Conselho de Administração

Presidente

Jacques Chanut

Vogais

Francisco Campilho
Carlos Suárez
Hervé Leblanc
Pierre Esparbès
Philippe Desurmont

Revisor Oficial de Contas

Deloitte & Associados, SROC S.A. (SROC nº 43)
(representada por Paulo Alexandre Rosa
Pereira Antunes (ROC nº 1610))

Comissão Executiva do Conselho de Administração

Presidente

Francisco Campilho

Vogal

Carlos Suárez

Os membros dos Órgãos Sociais foram reconduzidos para o mandato 2023-2025 na AG de 17 de abril de 2023, aguardando a aprovação pela ASF.

Estrutura de Governo da Sociedade

Diretores de Departamento

Euclides Carvalho
Dep. Canal Agentes

João Ferreira da Fonseca
Dep. Canal Corretores

Frederico Pereira
Dep. Canal Pessoais

Júlio Gonçalves
Dep. Financeiro e Gestão de Riscos

João Borbinha
Dep. de Informática

Susana Pascoal
Dep. de Marketing

Carla Martins
Dep. Novos Canais

Tiago Monteiro
Dep. de Operações

Alberto Bento
Dep. de Recursos Humanos, Organização e Logística

Ana Aragão
Dep. Técnico Pessoais

Miguel Roque
Dep. Técnico Reais

A decorative graphic consisting of two thick, parallel blue curved lines that sweep across the bottom right portion of the page, framing the main heading.

1. Relatório do Conselho de Administração

Nos termos do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais e dos Estatutos, submetemos à apreciação da Assembleia Geral o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras e Notas às Demonstrações Financeiras do exercício de 2022.

SITUAÇÃO ECONÓMICA

O ano de 2022 foi marcado por uma desaceleração do crescimento económico mundial. A invasão em fevereiro da Ucrânia pela Rússia degenerou num conflito com consequências dramáticas a nível humano e desencadeou um conjunto de acontecimentos que muito provavelmente mudarão o panorama económico e político do globo nas próximas décadas. A guerra criou incerteza e desencadeou uma crise energética, o que pesou na atividade económica. A inflação subiu fortemente, impulsionada pelo aumento dos preços da energia e atingiu o nível mais elevado em décadas, exigindo uma mudança de paradigma nas políticas monetárias.

Após dois anos em que a pandemia de Covid-19 condicionou fortemente a vida de todos, o amplo acesso ao programa de vacinação permitiu uma melhoria da situação e uma redução das restrições em todo o mundo, com a exceção da China que manteve a sua política de Covid zero até novembro.

Assim, o fim da fase de recuperação pós-Covid, a desaceleração da China, o aumento do nível de preços e o consequente fim das políticas monetárias expansionistas pesaram no crescimento económico

mundial que deverá ter desacelerado para 3,4% em 2022 (6,2% em 2021), segundo dados do FMI. Todas as principais geografias apresentaram uma desaceleração económica, mas por razões diferentes.

Nos Estados Unidos (EUA), o elevado nível de inflação e o aperto da política económica (fim dos estímulos orçamentais e subida das taxas de juro) pesaram sobre o Produto Interno Bruto (PIB) que deverá apresentar no ano de 22 um crescimento de 2,0% face a 5,9% em 2021.

A Europa enfrentou um conjunto de fatores recessivos e inflacionários. A proximidade geográfica da Rússia e a dependência energética deste país levou a que a Guerra na Ucrânia afetasse o continente europeu com maior intensidade. A subida do preço da energia, combinada com a possibilidade de escassez pesaram sobre a atividade económica, exacerbaram a inflação e afetaram o poder de compra das famílias e o investimento. O crescimento do PIB abrandou de 5,3% para 3,5%, suportado por algum apoio das políticas orçamentais dos governos europeus.

A China vive um período de abrandamento do crescimento económico desde o final de

2021, causado pela manutenção das restrições sanitárias ligadas ao Covid-19, uma contração do setor imobiliário e menor procura global. No final de 2022 a política de Covid Zero foi finalmente abolida, mas fatores estruturais (como por exemplo os fatores demográficos) continuam a pesar. Em 2022 o PIB deverá crescer apenas 3,0% face a 8,4% em 2021, ficando distante da meta de 5,5% definida pelo governo chinês. Portugal conseguiu em 2022 contrariar a tendência de abrandamento económico dos seus parceiros económicos e devendo registar um crescimento do PIB de 6,8% face a 5,5% em 2021, continuando a beneficiar da recuperação do turismo e do consumo privado. A taxa de desemprego recuou de 6,6% para 5,9% e o défice das contas públicas melhorou de 2,9% para 1,9% do PIB.

As pressões inflacionistas que se começaram a formar em 2021, após a crise pandémica, nomeadamente a recuperação económica, os estímulos fiscais, as restrições ao nível da oferta e a dinâmica de preços de algumas matérias primas, fortaleceram-se em 2022. A inflação atingiu assim níveis recorde das últimas décadas na generalidade das economias. A nível global

os preços subiram 7,6% em 2022 (2021: 3,4%). Nos EUA a subida foi de 4,6% para 8,1% e na Zona Euro, devido ao impacto dos preços da energia, a inflação chegou a tocar 15,3% face a 4,9% no ano anterior.

O discurso dos Bancos Centrais mudou radicalmente ao longo do ano. A inflação tornou-se incontornável e o tempo da liquidez abundante e barata terminou. Os programas de compra de ativos foram terminados e as taxas de juro diretoras subidas. As autoridades monetárias europeias puseram fim a um período de 8 anos de taxas de juro negativas e subiram a taxa de juro de referência em 250 pontos base (p.b.) para 2,5%. A inversão do ciclo de taxas de juro criou condições de financiamento mais apertadas para os próprios Estados, obrigando o Banco Central Europeu a criar um mecanismo próprio para a Dívida Pública dos países com finanças mais frágeis, evitando assim o risco de fragmentação e a repetição da crise da Dívida Soberana do início da década passada. Nos Estados Unidos, a Reserva Federal subiu a taxa diretora em 425 p.b. para 4,25%.

MERCADOS FINANCEIROS

O ano de 2022 foi um ano singular para os mercados financeiros. O ritmo acelerado de aperto nas políticas monetárias e o fim da época de elevada liquidez levaram a uma

queda sincronizada dos preços dos ativos financeiros. A já referida subida de 425 p.b. pela Reserva Federal em apenas nove meses foi a maior desde 1994, enquanto a

subida de 250 p.b. do Banco Central Europeu (BCE) foi o aumento mais rápido desde a sua fundação.

Apesar de alguns episódios localizados de stress financeiro, como o mini-crash britânico, a desvalorização das ações de algumas tecnológicas americanas e a derrocada de algumas entidades no mundo dos criptoativos, não se assistiu a um colapso generalizado dos mercados financeiros. Assim, após um ano de 2021 com valorizações excelentes, os índices bolsistas registaram quebras: o índice global de ações MSCI World teve uma performance de -19,5% em dólares (2021: +20,1%). Na Europa e nos Estados Unidos as performances das ações foram também bastante negativas. Nos EUA, o índice S&P 500 desceu 19,4% (2021: +26,9%), acima da queda de 11,7% do índice Eurostoxx 50 (2021: +21,0%). No Reino-Unido o Footsie 100 registou uma subida de 0,9% (2021: 14,3%) e em Portugal, o índice PSI20 subiu 2,8% (2021: 13,7%), impulsionados pelo contributo de empresas ligadas ao sector da energia. No Oriente, o índice Nikkei 225 desceu 9,4% e o CSI300 chinês desceu 21,6%.

O mercado de obrigações, em virtude da inflexão rápida da política monetária, sofreu um aumento dramático e acentuado nas yields, que superou inclusive o da crise de 1994. O rendimento das Treasuries norte-

americanas subiu 236 p.b. para 3,88%, enquanto o rendimento das Bunds Alemãs a 10 anos subiu 275 p.b. e fechou o ano nos 2,57%. Os spreads entre os Estados da Zona Euro mantiveram-se estáveis, graças ao compromisso do BCE em intervir em caso de subidas não justificas. Em Portugal o rendimento das Obrigações do Tesouro a 10 anos subiu 312 p.b. para 3,58%, enquanto o spread para a Dívida Alemã aumentou cerca de 37 p.b. para 101,4 p.b.. O índice Bloomberg de Obrigações Soberana Euro desceu uns impressionantes 18,2% (2021: -3,4%). O mercado de obrigações de empresas também registou um aumento significativo das yields, fruto da subida das taxas de juro e aumento dos prémios de risco. O índice iBoxx de Obrigações de Empresas Euro desvalorizou 14,2% (2021: -1,1%).

O impacto da invasão da Ucrânia no preço do petróleo foi acentuado. O preço do barril Brent atingiu um máximo de 133 dólares no início de março, antes de cair no segundo semestre para fechar o ano com uma subida de 10% e um preço de 85 dólares.

O dólar beneficiou da subida das taxas de juro norte-americanas levando a uma desvalorização do euro. A moeda única europeia fechou o ano nos 1,0711 USD/EUR, face a 1,1386 USD/EUR no final de 2021 (desvalorização de 5,9%).

MERCADO SEGURADOR

De acordo com os dados divulgados pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), em 2022 o mercado de seguros registou um volume global de prémios de 12,1 mil milhões de euros, o que representa um decréscimo de 9,5% face ao valor de 2021. O Ramo Vida conseguiu manter, com uma diferença mínima, a sua liderança face aos Ramos Não Vida, com uma quota de 50,02%, em queda face aos 58% de 2022. Este movimento denota o comportamento consistentemente positivo dos Ramos Não Vida nestes últimos anos.

Com um volume de prémios de 6,0 mil milhões de euros, o Ramo Vida apresentou um decréscimo de 21,8% relativamente a 2022 e de 13,6% face aos valores registados no ano de 2019. Os seguros ligados a fundos de investimento, com um montante global de 3,1 mil milhões de euros, registaram uma queda de 34,4% face a 2021, passando a representar 50,6% do Ramo Vida (60,4% em 2021). No caso dos planos de poupança reforma, apesar de representarem 25,1% do total do Ramo Vida, registaram uma redução da sua produção de 20,6%. O desempenho dos mercados financeiros terá assim contribuído para a volatilidade do Ramo Vida. Os Ramos Não Vida atingiram um volume global de prémios de 6,0 mil milhões de euros o que representa uma taxa de crescimento face a 2021 de 7,4%. Como temos vindo a referir, o crescimento

destes ramos tem sido consistente e positivo ao longo dos últimos anos: 12,5% face a 2020 e 15,9% relativamente aos prémios Não Vida registados em 2019. Todos os Ramos registaram um desempenho positivo no ano de 2022. Os Ramos com maior crescimento foram: Diversos (+14,12%), Saúde (+11,85%) e Mercadorias Transportadas (+11,4%). A generalidade dos Ramos cresceu acima dos 6%, com a grande exceção, pelo segundo ano consecutivo, do Ramo Automóvel que registou um crescimento de 3,8%, que mantém, no entanto, a sua posição de liderança com 33% do mercado. Por outro lado, o Ramo Saúde conquista a segunda posição nos Ramos Não Vida com 19% de quota. O Ramo de Incêndios e Outros Danos, com um crescimento de 7,4%, consolida a terceira posição nos Ramos Não Vida, cabendo aos Acidentes de Trabalho a quarta posição do ranking com um crescimento de 6,4%. Em 2022, registou-se novamente um aumento da concentração no mercado: o número de empresas de seguros reduziu-se de 71 em 2019 para 64 em 2021 e 63 em 2022. Se nas empresas nacionais a redução foi de 40 empresas em 2019 para 38 em 2021 e 37 em 2022, já nas sucursais a diminuição foi de 31 para 26 no mesmo período.

Relativamente ao enquadramento legal e regulamentar da atividade seguradora, o ano de 2022 ficou sobretudo marcado pela

publicação pela ASF das seguintes Normas Regulamentares:

- Norma Regulamentar n.º 4/2022-R, de 26 de abril – sistema de governação das empresas de seguros e de resseguros – entrou em vigor a 30 de junho de 2022;
- Norma Regulamentar n.º 6/2022-R, de 07 de junho – segurança e governação das tecnologias da informação e comunicação e subcontratação a prestadores de serviços de computação em nuvem – entrou em vigor a 30 de julho de 2022;
- Norma Regulamentar n.º 7/2022-R, de 07 de junho – conduta de mercado e ao tratamento de reclamações pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões – entrou em vigor a 30 de julho de 2022;

Tendo em conta a evolução económica registada ao longo do ano, a ASF emitiu uma Circular com recomendações ao setor segurador com vista à mitigação do impacto da conjuntura macroeconómica sobre os tomadores de seguros, segurados e beneficiários. De registar também as iniciativas levadas a cabo em 2022 por forma a implementar as ações que visam dar cumprimento aos diplomas seguintes:

- Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro – regime geral de prevenção da

corrupção – entrou em vigor a 07 de junho de 2022;

- Lei n.º 93/2021, de 20 de dezembro – estabelece o regime geral de proteção de denunciante de infrações, transpondo a Diretiva (UE) 2019/1937 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2019, relativa à proteção das pessoas que denunciam violações do direito da União – entrou em vigor a 18 de junho de 2022;

Por outro lado, manteve-se o especial destaque à implementação das Normas Internacionais de Reporte Financeiro IFRS9 e IFRS17, com a publicação da Norma Regulamentar n.º 9/2022-R, de 2 de novembro – que aprova o Plano de Contas para as Empresas de Seguros (PCES) – em vigor a partir de 01 de janeiro de 2023.

Com impacto nos próximos anos, foi ainda publicado o anteprojeto de revisão do Decreto-Lei 291/2007, de 21 de agosto, em consulta pública, e que visa transpor a Diretiva (UE) 2021/2118 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de novembro de 2021, que altera a Diretiva Automóvel, a ser transposta pelos Estados-membros e aplicada a partir de 23 de dezembro de 2022.

ATIVIDADE DA EMPRESA

A VICTORIA-Seguros, S.A. explora em Portugal os ramos de seguro não vida, designadamente, Acidentes Trabalho, Acidentes Pessoais, Saúde, Incêndio, Automóvel, Transportes, Responsabilidade Civil e Diversos.

No ano 2022, a VICTORIA - Seguros, S.A. manteve a sua estratégia de captação de negócio e perfil de carteira rentável, alicerçando o seu posicionamento como seguradora generalista com um foco em nichos de especialidade.

Em termos de distribuição do negócio, reformulou a proposta de valor dos Novos Canais, continuou a desenvolver a aposta na venda consultiva do Canal Exclusivo Pessoais e reforçou o recrutamento de Distribuidores profissionais nos restantes canais. No que diz respeito ao negócio, implementou o simulador-emissor de mercadorias transportadas, desenvolveu o modelo conceptual da segunda fase do projeto de eficácia comercial e aumentou a proximidade aos Distribuidores, nomeadamente através da implementação de Web Services e das ações de formação.

Transversalmente, a VICTORIA - Seguros, S.A. conseguiu implementar um novo modelo de organização de trabalho, considerando, tal como esperado pela maioria dos colaboradores, o teletrabalho como parte integrante do mesmo. Também foi possível, em 2022, implementar o Portal do Colaborador, permitindo uma melhor

comunicação interna, mais autonomia na gestão de conteúdos e maior interação com outras plataformas. Ainda no âmbito dos Recursos Humanos, proporcionou a aquisição e o desenvolvimento de conhecimentos e competências individuais e coletivas através de ações de formação dirigidas a toda a população de colaboradores VICTORIA.

Como não podia deixar de ser, num ano de transição do referencial contabilístico, a VICTORIA - Seguros, S.A. dedicou uma boa parte dos seus recursos e tempo a preparar a implementação das Normas Contabilísticas IFRS17 e 9. Igualmente, trabalhou noutros projetos regulamentares, como as Normas n.º 4 (Sistema de Governação), n.º6 (Sistema de Governação TIC) e n.º7 (Condução de Mercado), publicadas pela ASF, bem como em temas associados ao processo de prevenção de branqueamento de capitais e combate ao financiamento do terrorismo e em atividades relacionadas com a Sustentabilidade.

Na vertente institucional, a VICTORIA - Seguros, S.A. prosseguiu com as iniciativas conducentes a garantir a sua presença, comunicação de marca e imagem nos vários ecossistemas onde pretende ser reconhecida, nomeadamente com a prestação de apoio constante aos seus principais atores. Assim, reforçou a sua colaboração com a Associação Portuguesa de Promotores e Investidores Imobiliários, a

Nova Medical School, distintas publicações da fileira C&I, Câmaras de Comércio e Embaixadas.

Finalmente, uma nota para dois acontecimentos da vida interna da Empresa. Por um lado – depois de ter sido adiada duas vezes por força das restrições inerentes à pandemia de COVID-19 – realizou-se a

comemoração dos 90 anos da VICTORIA em Portugal, junto dos colaboradores e os órgãos sociais. Por outra parte, após dezassete anos em Miraflores e com a alteração do modelo de trabalho como pano de fundo, a VICTORIA decidiu relocalizar os seus serviços centrais.

PRÉMIOS

O volume de prémios brutos emitidos (PBE) atingiu EUR 97.936.954 (2021: EUR 88.881.786) evidenciando um aumento de

10,2% (2021: 4,7%). Analisando mais detalhadamente a evolução por ramo::

Prémios e entregas	2022	%	2021	%	Var. 22/21
NÃO VIDA	97.936.954	100,0%	88.881.786	100,0%	10,2%
Acidentes de trabalho	8.117.748	8,3%	7.276.020	8,2%	11,6%
Acidentes pessoais	2.399.078	2,5%	2.689.700	3,0%	-10,8%
Saúde	41.410.835	42,3%	36.781.599	41,4%	12,6%
Incêndio	19.602.288	20,0%	17.662.064	19,9%	11,0%
Automóvel	13.532.535	13,8%	13.251.851	14,9%	2,1%
Transportes	9.392.987	9,6%	8.107.890	9,1%	15,8%
Responsabilidade Civil	3.433.264	3,5%	3.047.951	3,4%	12,6%
Diversos	48.219	0,0%	64.711	0,1%	-25,5%

No ramo de Saúde, acentuou-se a tendência de crescimento registada no ano anterior, a produção cresceu 12,6% (2021: 7,7%), para um total de EUR 41.410.834 (2021: EUR 36.781.599).

Em Incêndio e Outros Danos, verificou-se a confirmação da tendência iniciada em 2018, a VICTORIA registou um aumento de produção de 11,0% (2021: 8,1%).

No ramo Automóvel assistimos a uma inversão na tendência registada no ano anterior. A variação relativa do volume de prémios registado em 2022 face a 2021, traduziu-se num aumento de 2,1% (2021: redução de 2,7% face a 2020). Na origem deste comportamento, para além do retomar da atividade económica, está a manutenção da política de subscrição

rigorosa, suportada pelo ajuste tarifário cirúrgico e pontual, permitindo desta forma, ser mais competitiva em zonas geográficas e segmentos de mercado criteriosamente selecionados.

No ramo Transportes, apesar da posição que a VICTORIA ocupa no mercado como empresa de referência verifica-se, face a 2021, um significativo aumento nos PBE de 15,8% (2021: 10,1%), ao qual corresponde um volume de prémios de EUR 9.392.987 (2021: EUR 8.107.890). Esta evolução está fortemente relacionada com a criteriosa seleção dos riscos subscritos e o nível de excelência dos produtos e soluções propostos. Este ramo regista em 2022 uma quota na carteira correspondente a 9,6% do total de prémios emitidos, o que compara com os 9,1% registado ano transato. A VICTORIA mantém assim a liderança do mercado neste Ramo.

Os Acidentes de Trabalho continuam a ser um ramo no qual a subscrição de riscos exige particular rigor e prudência, sendo inclusivamente um ramo que continua a ser objeto de ações específicas de controlo por parte da autoridade de supervisão. Em 2022

nesta linha de negócio, a VICTORIA registou, um aumento na produção de 11,6%, variação à qual, correspondeu uma receita de prémios de EUR 8.117.748, o que compara com a redução de 3,2% no ano anterior (2021: EUR 7.276.020).

O ramo de Acidentes Pessoais manteve a tendência observada no ano anterior registando uma evolução negativa também em 2022. O volume de prémios apresentou em 2022 um decréscimo face ao ano transato de 10,8% (2021: redução de 11,5% face a 2020), para EUR 2.399.078 (2021: EUR 2.689.700).

Em Responsabilidade Civil Geral, confirmando a tendência do ano anterior, a VICTORIA registou um acréscimo de produção de 12,6% (2021: de 8,7%), ao qual correspondeu um nível de produção de EUR 3.433.264 (2021: EUR 3.047.951).

A receita gerada nos ramos Diversos apresentou um decréscimo de 25,5% (2021: aumento de 2,5%). O volume de prémios neste ramo foi de EUR 48.219 (2021: EUR 64.711), representando apenas 0,05% do total de prémios.

SINISTRALIDADE

O valor registado em custos com sinistros de contratos de seguro no exercício de 2022, ascendeu a EUR 62 419 571, o que se

traduz num aumento de 9,1% face a 2021 (2021: EUR 57 237 240).

Destaque para o crescimento desta rubrica registado nos ramos, Saúde (8,6%), Incendio

e Outros Danos (7,2%), Transportes (88,7%) e Responsabilidade Civil e Diversos. Em sentido contrário, evoluíram os restantes

ramos; Acidentes de trabalho (-12,0), Acidentes pessoais (-37,3%) e Automóvel (-16,2%).

Custos com sinistros	2022	2021	Var. 22/21
NÃO VIDA	62.419.571	57.237.240	9,1%
Acidentes de trabalho	4.474.684	5.085.609	-12,0%
Acidentes pessoais	781.781	1.245.876	-37,3%
Saúde	28.521.132	26.254.309	8,6%
Incêndio e outros danos	8.626.859	8.046.728	7,2%
Automóvel	9.312.506	11.114.594	-16,2%
Transportes	8.817.129	4.673.536	88,7%
Responsabilidade Civil e Diversos	1.885.480	816.588	130,9%

A evolução registada no rácio de sinistralidade dos Ramos Reais, detalhada por ramo foi a seguinte:

Taxa de Sinistralidade	2022	2021	Var. 22/21
NÃO VIDA	65,3%	65,0%	0,3%
Acidentes de trabalho	55,3%	69,6%	-14,3%
Acidentes pessoais	33,1%	47,7%	-14,5%
Saúde	69,8%	71,8%	-1,9%
Incêndio e outros danos	47,0%	47,3%	-0,3%
Automóvel	71,1%	82,5%	-11,4%
Transportes	93,5%	57,9%	35,7%
Responsabilidade Civil e Diversos	54,9%	26,9%	28,0%

Destacam-se assim, os seguintes aspetos: Globalmente, verificou-se em 2022 uma melhoria quase transversal a todos os ramos relativamente a 2021. Contudo, nem todos os ramos apresentaram o mesmo comportamento. Os ramos que apresentaram uma melhoria no indicador em análise foram, Acidentes Pessoais (33,1% vs. 2021: 47,7%), Automóvel (71,1% vs. 2021: 82,5%), Saúde (69,8% vs. 2021: 71,8%), Acidentes de trabalho (55,3% vs. 2021: 69,6%) e Incêndio e Outros Danos

(47,0% vs. 2021: 47,7%). Em sentido contrário evoluíram os restantes ramos, Responsabilidade Civil e Diversos (54,9% vs. 2021: 26,9%) e Transportes (93,5% vs. 2021: 57,9%)

Assistimos a um desagravamento na sinistralidade do ramo Automóvel de 11,4 p.p., resultando fundamentalmente da política de subscrição cuidada, bem como, da redução da ocorrência de sinistros com elevada severidade

Em Acidentes de Trabalho, mantendo a tendência registada em 2021, registou-se uma evolução positiva no rácio de sinistralidade. O Rácio de Sinistralidade apresenta uma diminuição de 14,3 p.p.

Em Saúde, o rácio de sinistralidade sofreu igualmente um decréscimo face ao período homólogo, porém de apenas 1,9 p.p.

No caso dos Acidentes Pessoais, a redução foi mais expressiva, situando-se nos 14,5 p.p. face a 2021.

Em Transportes registou-se um agravamento de 35,7 p.p. face a 2021. Tal ficou a dever-se à ocorrência de um sinistro de severidade extrema, cujo risco se encontrava mitigado através do resseguro quase na sua totalidade

Também em Responsabilidade Civil e Diversos observamos um incremento na taxa de sinistralidade, neste caso de 28.0 p.p.. Também neste caso, tal ficou a dever-se a um aumento da severidade registada em alguns sinistros do ano

Com base trimestral é efetuada a verificação da adequação global de

provisões recorrendo à aplicação de modelos determinísticos. Para além da atividade já referida, procede-se mensalmente ao acompanhamento das provisões registadas. Sempre que necessário, os eventuais ajustamentos resultantes desta análise são refletidos nos resultados da empresa. A aplicação facultativa, de modelos estocásticos para realização do teste à suficiência de provisões também é realizada. Da aplicação dos referidos modelos, não resulta a identificação de qualquer situação de provisionamento insuficiente.

O estudo efetuado no encerramento do exercício permite ainda constatar, que existe no encerramento dos sinistros libertação de provisão, reflexo da política de prudência seguida pela companhia, ao nível do provisionamento dos sinistros. Das análises efetuadas ao custo médio de abertura de sinistros e ao respetivo custo de encerramento, efetuadas no final de cada ano, regista-se na generalidade dos exercícios um run-off positivo.

RESSEGURO CEDIDO

A VICTORIA manteve a sua política de resseguro, transferindo parte dos riscos por si assumidos através de tratados de resseguro adequados ao seu perfil de carteira. A contratação e seleção da pool de resseguradoras é efetuada de uma forma

críteriosa e de acordo com a sua capacidade financeira e a política do Grupo SMA. Continuamos assim, simultaneamente, a privilegiar relações com resseguradores financeiramente sólidos e a proceder a uma adequada dispersão dos riscos..

Resseguro cedido NÃO VIDA	2022	2021	Var. 22/21
Resultado	-3.558.824	-4.173.047	-14,7%
Prémios adquiridos cedidos	-53.279.367	-48.469.165	9,9%
Comissões	18.018.504	17.567.730	2,6%
Sinistros e variação de provisões	31.702.039	26.728.388	18,6%

CUSTOS POR NATUREZA A IMPUTAR

Os custos por natureza a imputar atingiram EUR 18.156.437 (2021: EUR 16.676.857) o que se traduz num aumento de 8,9% (mantendo a tendência de crescimento registado em 2021 (2021: 0,5%).

Tal como em 2021, com o objetivo de refletir o real custo dos projetos informáticos, a VICTORIA procedeu à incorporação dos custos diretamente imputáveis aos mesmos. Manteve-se a externalização pontual de algumas atividades em detrimento do reforço pontual dos quadros. Esta decisão está intimamente ligada à evolução do mercado de trabalho especializado em algumas áreas. Por outro lado, com o fim da Pandemia, algumas atividades que tinham temporariamente sido absorvidas pela estrutura da companhia, voltaram lentamente a ser externalizadas. É disso exemplo, o centro de atendimento telefónico, serviço que desde 2020, tinha passado a ser assegurado na íntegra, por colaboradores VICTORIA em regime de trabalho remoto e que em 2022 voltou ao seu formato original. Outro fator relevante que contribuiu para o aumento verificado nas despesas gerais da companhia, foi o

projeto de implementação das normas contabilistas, IFRS 17 e IFRS 9. Adicionalmente com implicações transversais a quase todas as rubricas que compõem as despesas gerais, encontra-se o “fenómeno” inflação. Assim, o valor registado em 2022 em custos com pessoal, foi de EUR 10.543.294 (2021: EUR 9.598.549), o que se traduz num aumento de 9,8% face ao registado no exercício anterior. No mesmo sentido, evoluíram os Fornecimentos e Serviços Externos, tendo sido registado um aumento de 14,6% o que compara com a evolução registada no ano anterior (2021: 2,2%). O montante afeto a esta rubrica foi de EUR 4.825.014 (2021: EUR: 4.212.009). Em sentido contrário, evoluiu a rubrica impostos e taxas que registou uma redução de 12,5% face ao exercício anterior. O rácio de Custos por Prémios Brutos Adquiridos apresentou um ligeiro aumento face ao ano anterior, passando de 18,9% em 2021 para 19,0% no final de 2022. Esta evolução, explica-se igualmente, pelo aumento dos prémios não adquiridos, 8,5% face a 2021. Em 2022 esta provisão foi reforçada em EUR 2.342.213 enquanto que em 2021, tínhamos assistido

a um incremento de EUR 784.718 nessa mesma rubrica.

Custos por natureza a imputar	2022	2021	Var. 22/21
Total	18.156.437	16.676.857	8,9%
Custos com pessoal	10.543.294	9.598.549	9,8%
Fornecimentos e Serviços Externos	4.825.014	4.212.009	14,6%
Impostos e Taxas	373.631	427.222	-12,5%
Amortizações	2.274.219	2.268.928	0,2%
Juros e Comissões	140.279	170.149	-17,6%
% Prémios brutos adquiridos	19,0%	18,9%	0,1%

RÁCIO COMBINADO NÃO VIDA

O rácio combinado líquido de resseguro da atividade Não Vida, apresentou uma evolução positiva

decrecendo 3,4% face ao registado em 2021, situando-se nos 92,5% (2021: 95,5%).

Rácio combinado líquido de resseguro	2022	2021	Var. 22/21
NÃO VIDA	92,2%	95,5%	-3,4%
Acidentes de trabalho	88,4%	99,8%	-11,4%
Acidentes pessoais	86,9%	116,5%	-29,7%
Saúde	97,3%	89,4%	7,9%
Incêndio e outros danos	91,0%	95,0%	-4,0%
Automóvel	99,7%	104,8%	-5,0%
Transportes	60,0%	76,2%	-16,2%
Responsabilidade Civil e Diversos	67,6%	48,6%	19,0%

O rácio combinado líquido, registou alterações no seu desempenho favoráveis ao nível das diferentes linhas de negócio exceção registada nos Ramos Saúde e Responsabilidade Civil e Diversos. Registaram evolução favorável, os Ramos, Acidentes de Trabalho (-11,4% comparativamente ao ano anterior), Transportes (-16,2% face a 2021), Incêndio e Outros Danos com uma redução de 4,0%

por comparação com o registado em 2021, Automóvel com uma redução de 5,0%. e Acidentes Pessoais com o rácio em questão a contrair-se em 29,7% face ao registado no período homologado. Em sentido contrário evoluíram os ramos: Responsabilidade civil e Diversos (19,0% face ao exercício anterior) e Saúde com mais 7,9%.

Contrariamente ao verificado em 2021, em 2022 registou-se um reforço das provisões

para riscos em curso no montante global de EUR 909.871 (2021: redução de EUR 1.290.387).

Apenas em Responsabilidade Civil e Diversos se procedeu à libertação da provisão em apreço no montante de EUR 147. O reforço da Provisão para Riscos em Curso, foi particularmente evidente nos

ramos, Saúde (reforço de EUR 236.747), Automóvel cujo montante ascendeu a EUR 411.060 e também no ramo de Multiriscos foram provisionados adicionalmente EUR 260.880. Em acidentes pessoais a provisão em análise foi reforçada em apenas EUR 1.331.

Var. Provisão para Riscos em Curso	2022	2021	Var. 22/21
NÃO VIDA	-909.871	1.290.387	-2.200.258
Saúde	-236.747	326.011	-562.758
Acidentes de Trabalho	0	0	0
Acidentes Pessoais	-1.331	0	-1.331
Multiriscos	-260.880	96.157	-357.037
Automóvel	-411.060	801.887	-1.212.947
Transportes	0	66.343	-66.343
Responsabilidade Civil e Diversos	147	-11	158

Nota: (+) libertação / (-) reforço

RECURSOS HUMANOS

No final de 2022 a VICTORIA tinha um total de 295 empregados (84 Vida e 211 Seguros) (2021: 297). A média etária era de 46,67 (2021: 45,98) anos, a antiguidade média no Grupo era de 15,30 (2021: 14,71) anos e a percentagem de colaboradores do sexo feminino era de 58,64 % (2021: 56,90%).

Alinhado com este último indicador está também uma percentagem crescente de Colaboradores do sexo feminino em lugares de chefia; representam 44,1% no total das hierarquias (2021: 41%).

Em termos de estrutura de graus de habilitações literárias, em 2022, 58,98% (2021: 58,59%) dos colaboradores possuíam qualificações ao nível do ensino superior universitário, com o detalhe de que 6,10%

(2021: 5,39%) dos colaboradores possuem qualificações ao nível de Mestrado. De referir que alguma desta evolução tem sido promovida pela própria empresa no âmbito de iniciativas de desenvolvimento de potencial individual.

Dando seguimento às normas constantes no Acordo Coletivo de Trabalho celebrado entre a VICTORIA e os sindicatos STAS, SISEP e SINAPSA publicado em 08/06/2020, e de acordo com o Contrato Constitutivo do seu Fundo de Pensões, nomeadamente quanto ao seu Plano de Pensões de Contribuição Definida, a VICTORIA efetuou em 2022 contribuições no total de EUR 172.427,84 (2021: EUR 155.537,00) para o mesmo Plano de Contribuição Definida, para

afetação aos planos individuais dos seus Colaboradores.

O anterior Plano de Pensões de Benefício Definido, mantém-se em vigor para garantir o pagamento das pensões dos beneficiários que já se encontravam a receber uma

pensão através do Fundo de Pensões VICTORIA e as atualizações de pensões dos Colaboradores já reformados ao abrigo deste Plano de Benefício Definido, agora alterado

FORMAÇÃO

Os últimos anos foram marcados por grandes mudanças que tiveram impacto no mercado segurador e que têm constituído um enorme desafio para a área da formação.

A VICTORIA, como um dos principais atores do mercado em algumas linhas de negócio, tem continuado a sua aposta na crescente profissionalização dos seus colaboradores, através do desenvolvimento de formações que permitam um incremento das respetivas valências técnicas e comportamentais.

Neste âmbito, o papel do Campus de Formação VICTORIA tem sido determinante para alcançar este objetivo, através da criação de um plano de formação flexível e adequado ao desenvolvimento individual de cada colaborador, fomentando a aquisição de novas competências e elevados níveis de motivação e desempenho.

Destacamos como principais indicadores de formação:

2022 Indicadores Globais de Formação	TOTAL
Ações de formação realizadas	54
Horas de formação realizadas	5.277
Nº de participações de colaboradores em formação	803

CAMPUS VICTORIA Academias de Formação	Distribuição (horas de formação)	Nº Participações
Academia de Conteúdos Técnicos	92%	674
Academia de Comportamentos	7%	102
Academia de Gestão e Liderança	1%	27

Em 2022 realizaram-se 54 ações de formação, 68% das quais foram ministradas internamente, através da equipa de formadores da VICTORIA. Estas ações, de cariz eminentemente técnico, foram preponderantes no reforço das competências dos colaboradores, permitindo uma maior especialização da atividade desenvolvida.

Das ações realizadas com entidades externas, destacam-se a continuidade dos programas de desenvolvimento de competências direcionados para o

autodesenvolvimento e alinhamento da comunicação das equipas, bem como de gestão e liderança.

Ao nível das matérias regulatórias, em 2022 foram reforçados os conhecimentos no âmbito da Prevenção do Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo, para além da formação transversal efetuada sobre o Regime Geral de Proteção de Dados (RGPD), com o objetivo de consciencializar para a importância e o impacto da proteção de dados pessoais na gestão do negócio

ACADEMIA VICTORIA | Mediação

O ano de 2022 representa a consolidação da Academia de Mediação VICTORIA dedicada exclusivamente à nossa rede de distribuição e que acolhe, maioritariamente, agentes e corretores.

Integrada no Campus e Formação VICTORIA, esta Academia pretende desenvolver e reforçar uma relação de parceria com os nossos distribuidores, bem como dotá-los de valências técnicas e comerciais que permitam efetuar uma venda e um acompanhamento adequado ao cliente final.

A VICTORIA encontra-se qualificada pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) para realizar ações de formação que proporcionem o cumprimento das 15 horas anuais mínimas exigidas para o desempenho da atividade,

sendo este um dos requisitos da Diretiva de Distribuição de Seguros.

Desta forma, disponibilizamos anualmente um plano de formação aos nossos parceiros, que engloba o enquadramento na atividade seguradora, as respetivas matérias regulatórias, bem como formação técnica de produtos, comportamental e comercial, eixos fundamentais para o suporte ao desenvolvimento e consolidação da atividade de mediação.

Ao longo deste segundo ano de atividade da Academia de Mediação, efetuámos 112 ações de formação, num total de 508 horas ministradas a 906 participantes. Devido aos constrangimentos inerentes ao contexto pandémico Covid 19 e para conseguirmos manter uma proximidade regular junto dos

agentes, 93% destas ações foram efetuadas em modo remoto.

A componente técnica de produto, bem como a sensibilização para a importância de um adequado diagnóstico das necessidades do cliente final, estiveram sempre presentes no desenvolvimento dos conteúdos pedagógicos, por forma a dotar os agentes das valências necessárias para acrescentarem valor ao processo de venda. No que diz respeito às matérias regulatórias, nomeadamente no âmbito da Prevenção do Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo, foi

desenvolvida uma formação em regime de e-learning destinada especificamente a esta população.

É ainda importante salientar que pelo feedback obtido, o aumento global de 12% relativo ao número de participantes nas ações de formação desenvolvidas em 2022, nesta Academia comparativamente com 2021, está muito ligado ao reconhecimento que esta população faz sobre o bom alinhamento dos conteúdos com a sua atividade e o bom know how técnico que é transmitido.

COMUNICAÇÃO INTERNA

Foi também em 2022 que a VICTORIA deu um passo que consideramos muito importante na nossa capacidade de agilizar a comunicação interna e a colaboração corporativa. O nascimento do novo Portal do Colaborador, a nossa nova intranet, revelou-se fundamental para o cumprimento dos desafios pós pandémicos de uma comunicação interna on time e bem direcionada.

Esta implementação foi um enorme desafio que permitiu dar resposta a vários objetivos: encontrar uma solução tecnológica inovadora que respondesse às necessidades atuais e futuras da Organização, permitir uma maior agilidade e autonomia na gestão de conteúdos e,

acima de tudo, conseguir uma melhor interação entre Organização e Colaboradores: mais atempada, mais direcionada, mais colaborativa e mais atrativa

Este novo Portal do Colaborador traduz-se assim num novo espaço virtual da comunidade VICTORIA, com conteúdos de utilidade transversal para os colaboradores e que permite adicionalmente uma maior interatividade entre todos, agora que essa proximidade digital é um aspeto incontornável no modelo de gestão de qualquer organização. É aliás neste momento uma peça chave para dar resposta aos desafios que se colocam às organizações, por força de uma maior

distância física associada aos novos modelos de organização.

Mantivemos o que tínhamos de melhor, no conceito de funcionamento de uma intranet como veículo principal de comunicação interna e onde estão residentes todas as aplicações necessárias para o dia a dia, desde que tecnologicamente reúnam as condições para permitir o acesso através desta porta de entrada. Melhorámos a

RESPONSABILIDADE SOCIAL VICTORIA

Promover a consciencialização e escolha de uma vida saudável, plena e gratificante através de materiais informativos e atividades que potenciam a saúde, felicidade e bem-estar tem sido um dos pilares da Responsabilidade Social na VICTORIA, juntos dos nossos colaboradores. Promovemos artigos sobre temas diversos relacionados com saúde e bem-estar, dicas de reeducação alimentar, consultas de orientação nutricional. Lançámos webinars sobre a qualidade do sono, alertando para os benefícios essenciais para a saúde física, mental e o bom funcionamento cognitivo de dormir o suficiente e com qualidade mas também dicas para desenvolver literacia financeira e assim potenciar melhores decisões no que toca à poupança e investimento.

Destaque ainda para a continuidade do programa de cessação tabágica para ajudar os nossos Colaboradores e os seus cônjuges

acessibilidade e a navegabilidade entre conteúdos, tornámo-los mais apelativos na apresentação da informação e com uma abordagem de maior proximidade e clareza na forma e teor. Criámos um espaço virtual para que o Portal do Colaborador seja a porta de entrada todos os dias no mundo VICTORIA!

Mais um sinal de uma VICTORIA que agarra o futuro, transformando o presente.

neste percurso com inúmeras estratégias e apoio de profissionais especialistas nesta área.

Mas as causas sociais são cada vez mais o nosso foco, enquanto VICTORIA socialmente responsável. O mundo à nossa volta clama por ajuda a todo o momento e por isso damos continuidade a diversas iniciativas desenvolvidas no âmbito da solidariedade, promovendo uma maior consciencialização social.

Um pequeno gesto pode fazer uma grande diferença e a VICTORIA uniu esforços para ajudar a mudar a vida de quem mais precisa, criando um grupo de voluntários para apoiar o Banco Alimentar contra a Fome. Apadrinhar um Dom Maior, ajudando a financiar um mês de tratamentos a uma criança com uma doença grave, foi igualmente uma das nossas missões acarinhadas.

Mas também este ano voltámos a dinamizar o nosso Natal Solidário com enfeites que iluminaram nossa árvore da solidariedade e da esperança, mas acima de tudo que contribuíram para iluminar a vida de quem mais precisa. Porque o sol, quando nasce, é para todos! Quisemos Apoiar a Sol sem Fronteiras, uma Organização Não Governamental para o Desenvolvimento fundada em 1993, que trabalha em projetos de promoção humana, que visa prioritariamente o apoio à população infantojuvenil, em cooperação internacional, voluntariado, educação para a cidadania global e Inclusão.

Porque acreditamos que também os pequenos gestos e iniciativas transformam

o mundo, a recolha de tampinhas é uma campanha contínua para ajudar quem mais precisa!

Mantemo-nos como membros associados do Programa Dignidade com a sua missão cada vez mais premente de desenvolver programas solidários que promovem a qualidade de vida e o bem-estar da nossa População, com especial relevância do Programa Abem que auxilia os mais desprotegidos para que possam aceder a medicamentos essenciais para a sua saúde. Responsabilidade social é o nosso compromisso e integra a nossa missão: VICTORIA Somos Nós!

INVESTIMENTOS

A VICTORIA Seguros S.A., faz parte do grupo VICTORIA em Portugal e a nível internacional do Grupo SMA. A gestão de investimentos é efetuada através de mandato celebrado com a empresa SMA Vie.

No corrente ano manteve-se a linha orientadora da estratégia de investimentos, continuando a dar prioridade à seleção de ativos com maior segurança, em alternativa a ativos que pudessem eventualmente gerar mais rendimento.

A gestão foi acompanhada de forma regular pelo Comité de Gestão Ativo Passivo,

constituído por representantes das áreas financeira, atuarial, técnica e de risco.

Foram também definidos processos locais de monitorização do risco de crédito e do risco de taxa de juro para acompanhamento do efeito na cobertura da margem de solvência.

A carteira de investimentos apresentou em 2022 um decréscimo de 2,1% para EUR 105.382.985 (2021: EUR 107.655.032). A principal rubrica de investimento mantém-se os “Títulos e Participações Financeiras” com um peso relativo de 91,8% (2021: 91,8%). A carteira de investimentos apresenta a seguinte distribuição:

Carteira de Investimentos	2022	%	2021	%	Var. 22/21
Total	105.382.985	100,0%	107.655.032	100,0%	-2,1%
Titulos e Participações Financeiras	96.749.173	91,8%	99.031.196	91,8%	-2,3%
Imóveis	582.895	0,6%	578.036	0,5%	1,2%
Outros Ativos Financeiros	8.050.917	7,6%	8.045.800	7,7%	0,1%

A carteira de títulos foi avaliada em EUR 96.749.173 (2021: EUR 99.031.196) e a 31 de dezembro de 2022 apresentava a seguinte distribuição

Carteira de Títulos	2022	%	2021	%	Variação 22/21
Total	96.749.173	100,0%	99.031.196	100,0%	-2,3%
Dívida Pública	22.508.345	23,3%	23.631.197	23,9%	-4,8%
Obrigações Diversas	61.363.093	63,4%	64.136.108	64,8%	-4,3%
Ações e Participações	230	0,0%	230	0,0%	0,0%
Outros	12.877.505	13,3%	11.263.662	11,4%	14,3%

Em 2022, o forte impacto nos mercados financeiros da inversão no ciclo de taxa de juro, fruto do aumento da inflação, reforçaram o carácter conservador da carteira de investimentos. Assim, por um lado, a exposição à classe de ativos Dívida Pública apresentou uma redução de 1,1 milhões de euros, embora o seu peso relativo se tenha praticamente mantido (23,3% em 2022 vs. 23,9% em 2021). Por outro o investimento na classe de ativos Obrigações Diversas registou uma redução de 2,8 milhões de euros, mas sem grande impacto na importância relativa desta

classe de ativos (descida de 64,8% para 63,4%). Adicionalmente, a exposição a fundos de tesouraria foi incrementada ligeiramente. Estes títulos encontram-se incluídos na classe de ativos “Outros”, que registou um aumento de 1,6 milhões de euros e que passaram assim a representar 13,3% da carteira de títulos (2021: 11,4%).

No que se refere à qualidade de crédito da carteira de títulos é de registar que 82,0% (2021: 79,2%) detém notação de crédito de investimento, ou seja notação superior ou igual a BBB.

Rating	2022	2021	Varição anual
Total	100,0%	100,0%	0,0%
AAA	9,0%	8,5%	0,5%
AA	20,1%	15,4%	4,7%
A	34,1%	26,8%	7,2%
BBB	18,8%	28,5%	-9,8%
BB	1,3%	1,2%	0,1%
NR	16,7%	19,6%	-2,8%

O resultado de investimentos teve em 2022 uma evolução positiva e cresceu 26,4% para um montante total de 1.324.046 EUR (2021: 1.047.313 EUR). Este crescimento teve como principais contributos, o desempenho positivo da rubrica de rendimentos que

apresentou uma subida de 23,8% e atingiu o montante de 1,3 milhões de euros. Em termos líquidos as rubricas de Ganhos e Perdas por Alienação registou um contributo de 14 mil euros para o resultado total, face -11 mil euros em 2021.

Proveitos de Investimentos	2022	2021	Var.
Total	1.324.046	1.047.313	26,4%
Rendimentos	1.309.875	1.058.174	23,8%
Ganhos Realizados	242.078	41.611	481,8%
Perdas Provenientes de Alienação	- 227.907	- 52.472	334,3%
Perdas por Imparidade	-	-	0,0%

MEIO AMBIENTE

Este é um tema cada vez com mais relevo e nesse sentido 2022 é o ano em que a VICTORIA decide avançar para um Projeto de Sustentabilidade que em 2023 definirá quais os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável associados a esta componente ambiental.

Mas as ações concretas, associadas às preocupações ambientais são já hoje uma realidade tentando sempre realizar um conjunto de ações mais estruturais e ligadas ao negócio (como por exemplo um incremento cada vez maior da digitalização dos processos e da relação com o Cliente),

como ações alinhadas com a nossa vivência do dia (sensibilizações para a redução de consumos energéticos e diminuição dos gases com efeito de estufa).

Assim, verificámos que o nosso consumo de papel foi de 1,5 (2021: 1,5) milhões de folhas, conseguindo não incrementar este valor em relação ao ano anterior apesar do incremento do nº de Clientes, do volume de negócio e de um conjunto de medidas que obrigam a um maior conjunto de documentação para uma informação correta e eficaz dos Clientes.

Com a separação do nosso lixo, enviámos para reciclagem 0,8 (2021: 0,5) toneladas de papel e cartão, utilizando para o efeito o sistema de recolha Eco ponto da Câmara Municipal de Oeiras.

Os consumos de energia e água no nosso Edifício de Miraflores, situaram-se em 694.894 (2021: 606.330) KW/H de energia elétrica, 2.167 (2021: 697) m³ de gás natural e 1.356 (2021: 1.649) m³ de água.

Estas alterações dos níveis consumos são consequência lógica do aumento da

presença de utilizadores no Edifício, +137% (média mensal) em relação a 2021, mas ainda -57% (média mensal) em relação a 2019, último ano sem a consequência das medidas de mitigação do risco de contágio da doença COVID-19.

Pelos mesmos motivos apresentados, o consumo nas nossas Delegações e Escritórios, excluindo o situado no Edifício VICTORIA, foi de 57.090 (2021: 46.056) KW/H de energia elétrica e de 185,00 (2021: 172,00) m³ de água.

GESTÃO DE RISCOS E CONTROLO INTERNO

Em 2022, manteve-se o alinhamento do modelo de gestão de risco e sistema de governação da VICTORIA à realidade do Grupo SMA. A estrutura organizacional que suporta o desenvolvimento do Sistema de Gestão de Riscos e Controlo Interno manteve-se também assente no modelo das três linhas de defesa, suportada pela existência de Comités específicos.

No que diz respeito à área de Gestão de Riscos, enquadrando-se na segunda linha de defesa, tem como principal missão garantir a existência de um Sistema de Gestão de Riscos adequado e eficaz, que permita identificar, mensurar, monitorizar e comunicar os riscos nas suas diversas vertentes e dimensões, possibilitando à gestão e tomada de decisão incorporar este conhecimento.

Os Comités que suportam diretamente e garantem o desenvolvimento contínuo da gestão baseada no risco são: Comité de Risco, Comité Gestão Ativo Passivo, Comité de Subscrição e Comité de Risco Operacional. Todos eles mantiveram o âmbito e a estrutura face ao ano transato. Nestes comités participam as funções chave, nomeadamente no Comité de Risco que tem uma periodicidade mínima trimestral e conta com a participação do Responsável da função chave gestão de risco.

No âmbito do regime de Solvência II, destaca-se o nível de maturidade deste sistema e respetiva integração na gestão e tomada de decisão, assinalando-se as seguintes atividades:

- Manutenção do reporte extraordinário de SII determinado pela ASF no âmbito do contexto de pandemia;
 - Reporte quantitativo e narrativo anual integral;
 - Reporte quantitativo trimestral;
 - Certificação por parte do Revisor Oficial de Contas e dos Atuários Responsáveis dos resultados de Solvabilidade, bem como da informação a disponibilizar ao público;
 - Revisão anual da matriz de grandes riscos, mantendo o alinhamento da mesma com a metodologia do grupo e métricas de solvência II de forma a monitorizar de perto e mitigar a exposição aos riscos de maior impacto;
 - Revisão anual das políticas existentes garantindo o contínuo alinhamento com o grupo;
 - Elaboração do exercício de Avaliação Interna do Risco e da Solvência, a nível solo e de grupo, o qual dá suporte à tomada de decisão para a estratégia definida para os próximos 5 anos;
 - Manteve-se a nível do grupo um Comité específico de Qualidade de Dados, reunindo todas as filiais do grupo e garantindo o cumprimento de um adequado desenvolvimento e implementação de uma Política de Qualidade de Dados, tendo por base a fiabilidade dos valores apurados em termos de solvência e gestão do negócio, nomeadamente com a identificação dos dados sensíveis e respetivos controlos;
 - Formalização da identificação das funções-chave junto do supervisor.
- Relativamente ao Sistema de Controlo Interno, em particular no âmbito do Risco Operacional, destacam-se em 2022 as seguintes atividades na gestão e mitigação deste risco:
- Manteve-se o desenvolvimento da gestão do risco operacional e respetivos controlos alinhados com a metodologia do grupo;
 - Continuação da atualização dos processos e da matriz de risco operacional;
 - Avaliação dos riscos e dos controlos de acordo com o plano trianual definido em sede do Comité de Risco;
 - Gestão do Registo de Incidentes/Perdas, na base de dados;
 - Gestão do Registo sobre a avaliação dos riscos e controlos através das fichas de risco;
 - Conclusão do upgrade tecnológico da ferramenta eFront;
 - Acompanhamento e gestão de implementação de melhorias;

Relatório do Conselho de Administração

- As ações estratégicas delineadas pela área de Gestão de Riscos para o ano de 2023, são as seguintes:
 - Atualização do software Prima Compliance (Assuret), utilizado para a construção dos mapas de reporte quantitativos (QRT's) de modo a dar resposta à taxonomia em vigor;
 - Continuação do desenvolvimento de uma gestão de riscos eficaz, com o desenvolvimento de modelos robustos que permitam efetuar análises individuais (por produtos e/ou linhas de negócio) e análises agregadas dos riscos, com maior ou menor nível de granularidade;
 - Suporte a nível de análises e respetiva comunicação que permita uma gestão e tomada de decisão
- conhecedora do risco a que se encontra exposta, a curto e médio prazo;
 - Consolidação da nova metodologia de gestão de risco operacional, e consequente atualização das respetivas matrizes para os vários processos e a avaliação da eficácia do Sistema de Controlo Interno;
 - Concluir a implementação das Normas contabilística IFRS 17 e IFRS 9 no âmbito da gestão de riscos;
 - Dinamização da cultura de risco por toda a organização.

O rácio de cobertura do SCR e o rácio de cobertura do MCR de 2022 (em processo de certificação à data do presente relatório) e de 2021 é o seguinte:

	2022	2021
SCR	17.908.317	18.763.018
Rácio de Cobertura SCR	309,5%	267,8%
MCR	5.641.595	5.513.529
Rácio de Cobertura MCR	982,4%	911,4%
Fundos Próprios Elegíveis SCR	55.420.772	50.248.411
Fundos Próprios Elegíveis MCR	55.420.772	50.248.411

OUTRAS INFORMAÇÕES

Não existem quaisquer compromissos financeiros, significativos para a apreciação

da situação financeira da empresa, que não figurem no balanço.

LIGAÇÕES DE GRUPO, RECURSOS COMUNS

A VICTORIA – Seguros, S.A. é uma empresa do Grupo Segurador SMA com sede social em Paris, França. O Grupo SMA opera em

todas as linhas de negócio Vida e Não Vida, e é, em conjunto com as mútuas filiadas à SGAMBTP, líder no sector de seguros para a

Relatório do Conselho de Administração

indústria da construção em França. A aquisição da VICTORIA enquadra-se na estratégia de crescimento e diversificação do Grupo SMA.

Em Portugal, o Grupo é representado pelo nosso acionista único VICTORIA Internacional de Portugal S.G.P.S., S.A. que detém também a totalidade do capital social da VICTORIA – Seguros de Vida, S.A.

As duas empresas de seguros utilizam estruturas comuns, com uma colaboração muito estreita nas áreas administrativa e comercial. A imputação de custos a cada uma das empresas é efetuada na base de critérios objetivos, observando a natureza e o fim da despesa.

RESULTADO DO EXERCÍCIO E PROPOSTA DA SUA APLICAÇÃO

O resultado da conta técnica do seguro não vida foi EUR 2.839.314 (2021: EUR 3.324.664). O resultado do exercício líquido de impostos é de EUR 2.186.901 (2021:

2.308.373). Propomos que após a dotação de EUR 218.690 à reserva legal, o remanescente de EUR 1.968.211 seja levado a resultados transitados.

CONSOLIDAÇÃO DE RESULTADOS

Para efeitos de consolidação no Grupo Segurador SMA, França são também

elaboradas contas em conformidade com as Normas de Contabilidade Francesas.

PREVISÕES PARA 2022

O volume total de prémios de contratos de seguro em janeiro de 2023 atingiu EUR 19.360.690 (2022: 18.259.557).

Em termos de previsões, vale a pena considerar que, à semelhança do ano de 2022, 2023 se mantém num cenário marcado pela volatilidade (mercados), a incerteza (invasão da Ucrânia), a complexidade (inflação) e a ambiguidade (recessão). Adicionalmente, ao nível microeconómico, deve ter-se em linha de conta o impacto das subidas das taxas de juro e a redução das bolsas de poupança

formadas durante a pandemia, no rendimento final disponível das famílias. Numa perspetiva puramente VICTORIA, torna-se necessário observar a perda, por transferência de risco, do seu maior contrato de saúde grupo.

Tomando em linha de conta esses considerandos, a VICTORIA voltou a estabelecer para o ano de 2023 um plano assente na manutenção da sua estratégia e posicionamento (i.e., segurador generalista com foco em nichos de especialidade), procurando o crescimento rentável em

todas as linhas de negócio (especialmente naquelas onde a sua proposta de valor consegue ser mais reconhecida) e a sustentabilidade e rendibilidade do negócio.

As principais ações desenhadas para o ano 2023 são as seguintes:

- Mudança dos serviços centrais e o Data Center para novas instalações;
- Implementação das Normas Contabilísticas IFRS17 e 9;
- Consolidação do modelo de trabalho híbrido;
- Lançamento do PPR Sustentável, produto Unit Linked baseado em critérios ESG;
- Desenvolvimento do simulador-emissor de Vida Risco;
- Nova segmentação e recrutamento de distribuidores nos canais de distribuição;
- Plano de recuperação de saúde grupo, através da captação de negócio novo;
- Reposicionamento técnico-comercial nas linhas de patrimoniais e responsabilidades;
- Recolha de assinaturas digitais nos processos de negócio;
- Entrada em produção da primeira fase tecnológica do projeto de eficácia comercial;

- Integração duma nova ferramenta de gestão de desempenho no Portal do Colaborador;
- Melhorias de iniciativas regulamentares como a PBC-FT e o RGPD;
- Melhorias no Portal de Agentes e Portal de Clientes;
- Desenvolvimento das políticas ESG, nomeadamente através do Projeto de Sustentabilidade;
- Manutenção das ações de formação como eixo estratégico de evolução dos colaboradores;

Tal e como se encontra previsto no Plano 2022-2025, a VICTORIA prosseguirá, também em 2023, com o fortalecimento da execução da estratégia de negócio dos últimos cinco anos, apostando na dinamização e proximidade junto da rede de distribuição profissional rentável, o reforço das parcerias estratégicas e a presença institucional VICTORIA nos vários ecossistemas onde a sua oferta diferenciada de produto e posicionamento de especialização são reconhecidos como partes integrantes duma proposta de valor distinta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Queremos agradecer aos Acionistas e aos restantes Órgãos Sociais todo o apoio prestado ao Conselho de Administração e ao Conselho Executivo.

Agradecemos igualmente a todos os Colaboradores da VICTORIA, e a todos os Parceiros, a dedicação, indispensável para a concretização do projeto da VICTORIA.

30 de março de 2023

O Conselho de Administração

A decorative graphic consisting of two thick, parallel blue curved lines that sweep across the bottom half of the page, framing the section header.

2. Informação Financeira

Demonstração da posição financeira em 31 de dezembro 2022 e 2021

Notas do Anexo	Demonstração da posição financeira	Exercício			
		Valor Bruto	Imparidade, depreciações / amortizações ou ajustamentos	Valor Líquido	Exercício Anterior
	ATIVO				
1	Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	1.995.175		1.995.175	1.655.619
3	Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	230		230	230
	Ativos financeiros detidos para negociação			-	-
	Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas			-	-
	Derivados de cobertura				
4	Ativos disponíveis para venda	93.386.479	-	93.386.479	95.678.240
	Investimentos em outras participadas e participantes				
	Instrumentos de capital e unidades de participação	12.877.505		12.877.505	11.263.662
	Títulos de dívida	80.508.974		80.508.974	84.414.578
5	Empréstimos e contas a receber	8.050.917	-	8.050.917	8.046.030
	Depósitos junto de empresas cedentes				
	Outros depósitos			-	-
	Empréstimos concedidos	8.050.917		8.050.917	8.046.030
	Contas a receber	-		-	-
	Outros				
6	Investimentos a deter até à maturidade	3.362.464		3.362.464	3.352.726
2	Terrenos e edifícios	584.800	1.905	582.895	578.036
	Terrenos e edifícios de uso próprio	368.800	1.905	366.895	363.036
	Terrenos e edifícios de rendimento	216.000		216.000	215.000
8	Outros Ativos tangíveis	5.003.159	4.642.818	360.341	443.218
8	Inventários	22.542		22.542	25.530
9	Ativos sob direito uso	492.863	288.625	204.238	611.442
	Goodwill				
10	Outros Ativos intangíveis	29.948.089	24.313.766	5.634.323	5.312.349
14	Provisões técnicas de resseguro cedido	29.557.893	-	29.557.893	24.985.711
	Provisão para prémios não adquiridos	9.022.918		9.022.918	7.777.698
	Provisão matemática do ramo vida				
	Provisão para sinistros	20.534.975		20.534.975	17.208.013
	Provisão para participação nos resultados				
	Provisão para compromissos de taxa				
	Provisão para estabilização de carteira				
	Outras provisões técnicas				
12	Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	986.375		986.375	1.079.351
11	Outros devedores por operações de seguros e outras operações	17.474.107	4.811.407	12.662.700	13.205.107
	Contas a receber por operações de seguro directo	12.812.740	4.744.654	8.068.086	8.476.325
	Contas a receber por outras operações de resseguro	110.971	3.746	107.225	110.844
	Contas a receber por outras operações	4.550.396	63.007	4.487.389	4.617.938
13	Ativos por impostos	2.046.942	-	2.046.942	1.080.627
	Ativos por impostos correntes	142.034		142.034	147.353
	Ativos por impostos diferidos	1.904.908		1.904.908	933.274
17	Acréscimos e diferimentos	377.574		377.574	246.626
	Outros elementos do Ativo				
	Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas				
	TOTAL ATIVO	193.289.609	34.058.521	159.231.088	156.300.842

Demonstração da posição financeira em 31 de dezembro 2022 e 2021

Notas do Anexo	Demonstração da posição financeira	Exercício	Exercício Anterior
	PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		
	PASSIVO		
14	Provisões técnicas	95.456.028	89.329.924
	Provisão para prémios não adquiridos	20.580.312	18.514.103
	Provisão matemática do ramo vida		
	Provisão para sinistros	67.724.470	64.768.353
	De vida		
	De acidentes de trabalho	27.468.072	27.902.019
	De outros ramos	40.256.398	36.866.334
	Provisão para participação nos resultados	75.755	73.382
	Provisão para compromissos de taxa		
	Provisão para estabilização de carteira		
	Provisão para desvios de sinistralidade	6.155.293	5.963.758
	Provisão para riscos em curso	920.198	10.328
	Outras provisões técnicas		
	Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento		
	Outros passivos financeiros	1.920.133	1.226.256
	Derivados de cobertura		
	Passivos subordinados		
	Depósitos recebidos de resseguradores	1.920.133	1.226.256
	Outros		
12	Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	280.369	333.358
15	Outros credores por operações de seguros e outras operações	9.076.401	9.404.783
	Contas a pagar por operações de seguro directo	5.495.760	5.662.292
	Contas a pagar por outras operações de resseguro	2.802.951	2.349.466
	Contas a pagar por outras operações	777.690	1.393.025
13	Passivos por impostos	3.960.294	4.425.617
	Passivos por impostos correntes	3.840.835	3.894.122
	Passivos por impostos diferidos	119.459	531.495
16	Passivos de locação	211.517	667.389
17	Acréscimos e diferimentos	4.162.512	3.712.926
29	Outras Provisões	59.771	70.527
	Outros elementos do passivo		
	Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda		
	TOTAL PASSIVO	115.127.025	109.170.780
	CAPITAL PRÓPRIO		
18	Capital	34.850.000	34.850.000
	(Acções Próprias)		
	Outros instrumentos de capital		
18	Reservas de reavaliação	(4.392.638)	2.214.099
	Por ajustamentos no justo valor de Ativos financeiros	(4.418.488)	2.190.599
	Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	25.850	23.500
	Por revalorização de Ativos intangíveis		
	Por revalorização de outros Ativos tangíveis		
	Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa		
	Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira		
	De diferenças de câmbio		
13	Reserva por impostos diferidos	988.344	(498.172)
19	Outras Reservas	35.083.306	34.945.148
	Resultados Transitados	(24.611.850)	(26.689.386)
	Resultado do exercício	2.186.901	2.308.373
	TOTAL CAPITAL PRÓPRIO	44.104.063	47.130.062
	TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	159.231.088	156.300.842

Demonstração de resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro 2022 e 2021

Notas do Anexo	Conta de Ganhos e Perdas	Exercício			Exercício Anterior
		Técnica Não Vida	Não Técnica	Total	
	Prêmios adquiridos líquidos de resseguro	42.315.374		42.315.374	39.627.903
22	Prêmios brutos emitidos	97.936.954		97.936.954	88.881.786
	Prêmios de resseguro cedido	(54.524.586)		(54.524.586)	(49.199.427)
	Provisão para prêmios não adquiridos (variação)	(2.342.213)		(2.342.213)	(784.718)
	Provisão para prêmios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	1.245.219		1.245.219	730.262
23	Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	-		-	-
24	Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(30.717.532)		(30.717.532)	(30.508.852)
	Montantes pagos	(31.241.447)		(31.241.447)	(30.030.026)
	Montantes brutos	(59.616.524)		(59.616.524)	(53.352.020)
	Parte dos resseguradores	28.375.077		28.375.077	23.321.994
	Provisão para sinistros (variação)	523.915		523.915	(478.826)
	Montantes brutos	(2.803.047)		(2.803.047)	(3.885.220)
	Parte dos resseguradores	3.326.962		3.326.962	3.406.394
	Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	(1.101.406)		(1.101.406)	1.098.999
	Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro	-		-	-
	Montantes brutos	-		-	-
	Parte dos resseguradores	-		-	-
	Participação nos resultados, líquida de resseguro	(144.972)		(144.972)	(44.644)
31	Custos e gastos de exploração líquidos	(8.291.019)		(8.291.019)	(7.349.825)
	Custos de aquisição	(18.431.658)		(18.431.658)	(17.431.338)
	Custos de aquisição diferidos (variação)	276.004		276.004	107.530
	Gastos administrativos	(8.153.869)		(8.153.869)	(7.593.747)
	Comissão e participação nos resultados de resseguro	18.018.504		18.018.504	17.567.730
25	Rendimentos	1.109.731	200.144	1.309.875	1.069.174
	De juros de Ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	1.109.731	200.144	1.309.875	1.058.174
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas				
	Outros			-	11.000
26	Gastos financeiros	(316.988)	(21.056)	(338.044)	(356.026)
	De juros de Ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas				
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas				
	Outros	(316.988)	(21.056)	(338.044)	(356.026)
27	Ganhos líquidos de Ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	14.171	-	14.171	(10.861)
	De Ativos disponíveis para venda	7.993	-	7.993	(15.216)
	De empréstimos e contas a receber				
	De investimentos a deter até à maturidade				
	De passivos financeiros valorizados a custo amortizado				
	De outros	6.178		6.178	4.355
	Ganhos líquidos de Ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	-	-	-	-
	Ganhos líquidos de Ativos e passivos financeiros detidos para negociação			-	-
	Ganhos líquidos de Ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas			-	-
	Diferenças de câmbio				
	Ganhos líquidos pela venda de Ativos não financeiros que não estejam classificados como Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas			-	-
	Perdas de imparidade (líquidas reversão)	-		-	-
	De Ativos disponíveis para venda			-	-
	De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado				
	De investimentos a deter até à maturidade				
	De outros				
28	Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	(28.045)		(28.045)	(10.787)
29	Outras provisões (variação)		10.756	10.756	(11.887)
30	Outros rendimentos/gastos		(15.736)	(15.736)	(224.793)
	Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas				
	Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial				
	Ganhos e perdas de Ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda				
	RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS	2.839.314	174.108	3.013.422	3.278.401
13	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes			(723.675)	(880.495)
13	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos			(102.846)	(89.533)
	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	2.839.314	174.108	2.186.901	2.308.373

Demonstração do Rendimento Integral para os exercícios findos em 31 de dezembro 2022 e 2021

Demonstração do Rendimento Integral	Exercício	Exercício anterior
Resultado Líquido do Exercício	2.308.373	1.668.261
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda		
Por via de valorizações/desvalorizações	(521.584)	576.905
Por via de alienações	(83.815)	34.252
Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de terrenos e edifícios de uso pr	5.900	(33.561)
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos	134.887	(129.959)
Ganhos e perdas atuariais reconhecidas	36.126	9.046
Outras perdas reconhecidas no capital próprio	-	-
Total do rendimento integral	1.879.887	2.124.944

Demonstração de Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Demonstração de Fluxos de Caixa - Método directo		Exercício	Exercício anterior
1 ACTIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos:		149.082.979	125.788.377
Clientes (prémios recebidos)	+	102.699.474	92.676.843
venda/amortização de activos financeiros (Inv)	+	44.281.451	31.282.125
Juros e dividendos (Inv)	+	1.855.744	1.279.656
Recebimentos de taxas e impostos	+	-	411.881
Regularização c/c Seguradoras	+	246.309	137.872
Pagamentos:		146.187.109	124.147.621
Clientes (sinistros & estornos)	-	48.172.050	48.264.781
Comissões	-	12.594.589	6.265.786
Resseguradores	-	6.840.072	8.801.138
Outros prestadores	-	1.108.702	1.033.179
Fornecedores diversos	-	7.022.508	6.024.001
Pagamentos a colaboradores	-	4.838.594	4.732.210
Compra de activos financeiros (Inv)	-	49.165.236	34.789.439
Pagamento de taxas e impostos	-	15.121.475	13.959.526
Despesas de Viagem	-	(327)	937
Fundo Fixo Caixa	-	687	444
Regularização c/c Seguradoras	-	1.323.524	276.180
Fluxo das actividades operacionais		2.895.870	1.640.756
2 ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Recebimentos:		-	-
Investimentos Financeiros (reembolso de Emp. Conc.)	+	-	-
Imobilizações corpóreas (alienação)	+	-	-
Imobilizações incorpóreas (alienação)	+	-	-
Juros de Emp. Conc.	+	-	-
Dividendos de participações	+	-	-
Pagamentos:		2.004.742	933.000
Investimentos Financeiros (Const. Emp. concedidos)	-	-	-
Imobilizações corpóreas (aquisição)	-	95.505	37.283
Imobilizações incorpóreas (aquisição)	-	1.909.237	895.717
Fluxo das actividades de Investimentos		(2.004.742)	(933.000)
3 ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos:		-	-
Empréstimos Obtidos (Pela constituição)	+	-	-
Aumentos de Capital	+	-	-
Doações	+	-	-
Pagamentos:		551.572	481.799
Empréstimos Obtidos (Juros \$ reembolsos)	-	-	-
Amort. De contratos de locação financeira	-	551.572	481.799
Dividendos	-	-	-
Fluxo das actividades de financiamento		(551.572)	(481.799)
4 = 1 + 2 + 3 + 4 Total do Fluxo de Caixa		339.556	225.957
Caixa e seus equivalentes no início do período		1.655.619	1.429.662
Caixa e seus equivalentes no final do período		1.995.175	1.655.619

Demonstração das alterações nos Capitais Próprios em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Demonstração de variações do Capital Próprio	Reservas de reavaliação				Outras Reservas			Resultados transitados	Resultado do Exercício	TOTAL
	Capital Social	Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	Reserva por impostos diferidos	Reserva Legal	Prêmios de emissão	Outras Reservas			
Balanço a 31 de Dezembro 2020	34.850.000	2.795.998	17.600	(633.059)	1.620.197	33.012.365	109.633	(28.190.821)	1.668.261	45.250.174
Correcções de erros (IAS 8)										
Alterações políticas contabilísticas (IAS 8)										
Balanço de abertura alterado	34.850.000	2.795.998	17.600	(633.059)	1.620.197	33.012.365	109.633	(28.190.821)	1.668.261	45.250.174
Aumentos/reduções de capital										-
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda		(605.399)								(605.399)
Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio			5.900							5.900
Ganhos líquidos por diferenças por taxa de câmbio										-
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos				134.887						134.887
Aumento de reservas por aplicação de resultados					166.827					166.827
Distribuição de reservas										-
Distribuição de lucros/prejuízos								1.501.435	(1.668.261)	(166.826)
Alterações de estimativas contabilísticas										-
Outros ganhos/perdas reconhecidas directamente no capital próprio							36.126			36.126
Total das variações do capital próprio	-	(605.399)	5.900	134.887	166.827	-	36.126	1.501.435	(1.668.261)	(428.485)
Resultado líquido do período									2.308.373	2.308.373
Distribuição antecipada de lucros										-
Balanço a 31 de Dezembro 2021	34.850.000	2.190.599	23.500	(498.172)	1.787.024	33.012.365	145.759	(26.689.386)	2.308.373	47.130.062
Correcções de erros (IAS 8)										
Alterações políticas contabilísticas (IAS 8)										
Balanço de abertura alterado	34.850.000	2.190.599	23.500	(498.172)	1.787.024	33.012.365	145.759	(26.689.386)	2.308.373	47.130.062
Aumentos/reduções de capital										-
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda		(6.609.087)								(6.609.087)
Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio			2.350							2.350
Ganhos líquidos por diferenças por taxa de câmbio										-
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos				1.486.516						1.486.516
Aumento de reservas por aplicação de resultados					230.837					230.837
Distribuição de reservas										-
Distribuição de lucros/prejuízos								2.077.536	(2.308.373)	(230.837)
Alterações de estimativas contabilísticas										-
Outros ganhos/perdas reconhecidas directamente no capital próprio							(92.679)			(92.679)
Total das variações do capital próprio	-	(6.609.087)	2.350	1.486.516	230.837	-	(92.679)	2.077.536	(2.308.373)	(5.212.900)
Resultado líquido do período									2.186.901	2.186.901
Distribuição antecipada de lucros										-
Balanço a 31 de Dezembro 2022	34.850.000	(4.418.488)	25.850	988.344	2.017.861	33.012.365	53.080	(24.611.850)	2.186.901	44.104.063



Notas às Demonstrações Financeiras

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

ÍNDICE

- I) Introdução**
- II) Informação por Segmentos**
- III) Políticas Contabilísticas**
- IV) Gestão de Riscos**
- V) Notas ao Balanço**
 - NOTA 1 - Caixa e equivalentes e depósitos à ordem
 - NOTA 2 - Terrenos e Edifícios
 - NOTA 3 – Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos
 - NOTA 4 – Ativos disponíveis para venda
 - NOTA 5 – Empréstimos e contas a receber
 - NOTA 6 – Investimentos a deter até à maturidade
 - NOTA 7 – Afetação dos Investimentos
 - NOTA 8 – Outros ativos tangíveis e Inventários
 - NOTA 9 – Ativos sob o Direito de Uso
 - NOTA 10 – Outros ativos intangíveis
 - NOTA 11 – Outros devedores por operações de seguros e outras operações
 - NOTA 12 – Ativos e Passivos por Benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo
 - NOTA 13 – Ativos e Passivos por impostos
 - NOTA 14 – Provisões Técnicas
 - NOTA 15 – Outros credores por operações de seguros e outras operações
 - NOTA 16 – Passivos de Locação
 - NOTA 17 – Acréscimos e Diferimentos
 - NOTA 18 – Capital Próprio
 - NOTA 19 – Reserva Legal
 - NOTA 20 – Transações entre partes relacionadas
 - NOTA 21 – Elementos extrapatrimoniais
- VI) Notas à Conta de Ganhos e Perdas**
 - NOTA 22 – Prémios de contratos de seguro
 - NOTA 23 – Comissões recebidas de contratos de seguro considerados para efeitos contabilísticos como contratos de prestação de serviços
 - NOTA 24 – Custos com Sinistros

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

- NOTA 25 – Rendimentos / réditos de investimentos
- NOTA 26 – Gastos Financeiros
- NOTA 27 – Ganhos e perdas em investimentos ao justo valor por Reservas
- NOTA 28 – Outros rendimentos/gastos técnicos
- NOTA 29 – Outras Provisões (Variação)
- NOTA 30 – Outros rendimentos/gastos
- NOTA 31 – Gastos diversos por função
- NOTA 32 – Gastos com o pessoal

VII) Eventos subsequentes à data de encerramento

VIII) Justo valor de ativos e passivos financeiros

IX) Alterações das Políticas Contabilísticas

X) Inventário de Títulos e Participações Financeiras

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

I - INTRODUÇÃO

A VICTORIA - Seguros, S.A. foi constituída por escritura pública de 29 de outubro de 2002 pela transferência dos ativos e passivos da atividade de seguros dos ramos não vida da anterior empresa com a mesma denominação e objeto social. Esta empresa alterou na mesma data a sua firma para VICTORIA Internacional de Portugal S.G.P.S., S.A. e o seu objeto social para o de uma sociedade de gestão de participações sociais.

A 30 de maio de 2003 foi outorgada a escritura de trespasse da carteira de seguros dos ramos não vida da sucursal em Portugal da CGU - International Insurance Plc (Commercial Union), incluindo os ativos e passivos relacionados bem como os respetivos colaboradores. A 27 de novembro de 2012 foi celebrada a escritura de transferência da carteira da sucursal em Portugal da Asefa-Seguros e Reaseguros S.A. incluindo os ativos e passivos relacionados bem como os colaboradores.

Com sede social no Edifício VICTORIA, Av. da Liberdade, 200, em Lisboa, está representada

no país através de 5 delegações e de 7 escritórios.

No seguimento processo iniciado no último trimestre de 2013 de adaptação da estrutura ao modelo de distribuição, enquadrado na política de contenção e racionalização de custos, concluiu-se em 2014 o redimensionamento da estrutura, adequando-a assim à atual carteira de negócios.

Atualmente apresenta um capital social de Euros 34.850.000, detido na sua totalidade pela VICTORIA Internacional de Portugal S.G.P.S., S.A. e tem como objeto social o desenvolvimento da atividade de seguro e resseguro dos Ramos Não Vida.

No final de 2011, a VICTORIA – Seguros, S.A. passou a ser uma empresa do Grupo Segurador SMABTP com sede social em Paris, França. Em Portugal, o Grupo é representado pelo acionista único VICTORIA Internacional de Portugal S.G.P.S., S.A.

II – INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

RELATO POR SEGMENTOS OPERACIONAIS

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

O relato por segmentos operacionais, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, e relativamente aos contratos de seguros, é analisado como segue:

2022	Ramos	Saúde	Incêndio e outros danos	Automóvel	Acidentes	Outros
	Não Vida					
Prémios brutos emitidos	97.936.954	41.410.833	19.602.288	13.532.535	10.516.827	12.874.471
Prémios de resseguro cedido	54.524.586	28.176.757	13.787.574	1.444.750	2.011.049	9.104.456
Prémios brutos adquiridos	95.594.741	40.837.317	18.345.642	13.100.772	10.449.279	12.861.731
Resultados dos investimentos	806.891	74.727	116.230	101.136	442.485	72.313
Custos com sinistros brutos	62.419.571	28.521.131	8.626.859	9.312.506	5.256.465	10.702.610
Custos de exploração brutos	26.309.523	10.185.838	5.667.689	2.799.822	3.042.647	4.613.527
Resultado conta técnica	2.839.292	62.954	170.319	(285.036)	1.393.043	1.498.012
Activos afectos à representação das provisões técnicas	106.143.840	14.111.070	21.949.931	19.098.106	37.333.241	13.651.492
Provisões técnicas	95.456.028	13.582.685	21.128.021	18.382.982	29.222.026	13.140.315

2021	Ramos	Saúde	Incêndio e outros danos	Automóvel	Acidentes	Outros
	Não Vida					
Prémios brutos emitidos	88.881.786	36.781.599	17.662.064	13.251.851	9.965.721	11.220.551
Prémios de resseguro cedido	49.199.427	25.445.471	12.310.740	1.374.331	2.129.926	7.938.959
Prémios brutos adquiridos	88.097.068	36.586.094	16.995.525	13.477.924	9.922.722	11.114.803
Resultados dos investimentos	522.870	21.597	30.827	32.928	423.342	14.176
Custos com sinistros brutos	57.237.240	26.254.309	8.046.728	11.114.594	6.331.485	5.490.124
Custos de exploração brutos	24.917.555	9.395.213	5.151.557	3.022.390	3.066.337	4.282.058
Resultado técnico	3.335.664	1.482.607	214.046	257.087	300.608	1.081.316
Activos afectos à representação das provisões técnicas	107.501.223	14.123.742	19.981.495	20.463.076	43.883.795	9.049.115
Provisões técnicas	89.329.924	13.159.543	18.617.398	19.066.102	30.055.531	8.431.350

III – POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

BASES DE APRESENTAÇÃO

A Norma Regulamentar nº 10/2016-R de 15 de setembro, procedeu à revogação da anterior Norma Regulamentar n.º4/2007-R de 27 de abril, e visa sistematizar e consolidar conteúdos anteriormente dispersos em normas regulamentares e circulares, relacionados com o regime contabilístico aplicável às empresas de seguros sujeitas à supervisão da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões – ASF, nomeadamente com a publicação do PCES e disposições relativas a provisões e a ativos afetos à representação das provisões técnicas.

As demonstrações financeiras apresentadas são preparadas de acordo com o Plano de Contas para Empresas de Seguros (PCES), onde são de aplicação obrigatória as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) adotadas no âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho de 2002, com exceção do IFRS 4 em que apenas são adotados os princípios de classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros e de divulgação.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

A Norma Internacional de Relato Financeiro (IFRS) 4 tendo um caráter provisório não apresenta um regime estável para questões tão importantes como a avaliação dos passivos associados a esses contratos, pelo que para efeitos de reconhecimento e mensuração são aplicáveis as regras e princípios estabelecidos no PCES.

As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as interpretações emitidas pelo Internacional Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC), e pelos respetivos órgãos antecessores.

Em 2022 a Companhia adotou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciaram a 1 de janeiro de 2022. Essas normas apresentam-se discriminadas no ponto IX. De acordo com as disposições transitórias dessas normas e interpretações, são apresentados valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

As políticas contabilísticas abaixo descritas, foram aplicadas de forma consistente para todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras refletem os resultados das suas operações para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022

e 2021. Os valores das demonstrações financeiras estão expressos em euros, arredondados à unidade. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos financeiros disponíveis para venda, das propriedades de investimento que se encontram ao justo valor e dos imóveis de uso próprio que se encontram ao custo revalorizado. Os restantes ativos e passivos financeiros, bem como ativos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

A apresentação das Demonstrações Financeiras e as respetivas notas às contas, respeitam as exigências de informação estabelecidas na IAS 1, bem como a informação requerida pelo órgão de supervisão, através do Plano de Contas para o Setor Segurador, aprovado pela Norma Regulamentar n.º 4/2007-R de 27 de abril com as alterações introduzidas pela Norma n.º 20/2007-R de 31 de dezembro e pela Norma Regulamentar n. 22/2010 – R de 16 de dezembro.

A preparação das demonstrações financeiras é efetuada tendo por base o princípio da continuidade das operações, o que requer que a Companhia efetue julgamentos e estimativas, e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos. Alterações em tais pressupostos, ou diferenças destes face à realidade, poderão ter

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

impactos sobre as atuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade, ou onde são utilizadas estimativas e pressupostos significativos na preparação das demonstrações financeiras, encontram-se analisadas ao longo deste documento.

O Conselho de Administração procedeu à avaliação da capacidade de a Companhia operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das

Alterações voluntárias de políticas contabilísticas

Durante o exercício não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação

Novas normas e interpretações já emitidas, mas que ainda não são obrigatórias

As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB com relevância na atividade da Companhia, cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início após 1 de

demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, o Conselho de Administração concluiu que a Companhia dispõe de recursos próprios adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

As Demonstrações financeiras apresentadas foram aprovadas na Reunião de Conselho de Administração do dia 30 de março de 2023.

financeira relativa ao exercício anterior apresentada nos comparativos.

janeiro de 2023 e que a Companhia não adotou antecipadamente são apresentadas na secção IX. Estas Normas serão adotadas a partir da data do endosso pela União Europeia (UE).

Princípios contabilísticos e critérios valorimétricos

Classificação dos Contratos de Seguros

Relativamente à IFRS 4, apenas são adotados os princípios de classificação do tipo de

contratos celebrados pelas empresas de seguros, continuando a aplicar-se ao

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

reconhecimento e mensuração dos passivos resultantes desses contratos as regras e princípios anteriormente já estabelecidos na legislação e nas normas da ASF. Como estabelecido nas referidas normas, a classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros é aplicável apenas ao plano contábilístico, não resultando nenhuma alteração ao nível contratual, parafiscal, prudencial ou quaisquer outros. De acordo com o estipulado pela IFRS 4, apenas deverão ser considerados contabilisticamente como contratos de seguros, os contratos em que se verifique a existência, em simultâneo, da incerteza quanto ao acontecimento seguro e a transferência significativa do risco seguro. Uma vez que os prémios de seguro direto são reconhecidos como proveitos na data da emissão ou renovação da respetiva apólice e os sinistros são registados aquando da participação, a Companhia realiza no final de cada exercício determinadas especializações contábilísticas de custos e proveitos, como segue:

(i) Provisão para prémios não adquiridos e custos de aquisição diferidos

De acordo com o disposto no Decreto-Lei 94-B/98, de 17 de abril, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei 8-A/2002, de 11 de janeiro, são constituídas provisões para prémios não adquiridos para os seguros temporários anuais renováveis. A provisão

para prémios não adquiridos corresponde à parte dos prémios brutos emitidos relativamente a cada um dos contratos de seguro em vigor, a imputar a um ou a vários exercícios seguintes, deduzida das comissões de mediação respetivas. O montante desta provisão é calculado mediante a aplicação do método *pro rata temporis* por cada contrato em vigor, para todos os ramos.

As despesas incorridas com a aquisição de contratos de seguro não vida, incluindo comissões de mediação e as restantes despesas imputadas à função de aquisição, são diferidas ao longo do período a que se referem, sendo reconhecidas como uma dedução ao valor das provisões técnicas de contratos de seguros e refletidas na rubrica de provisões para prémios não adquiridos.

(ii) Provisão para sinistros

A provisão para sinistros corresponde ao custo com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, à responsabilidade estimada para sinistros ocorridos e ainda não reportados (*IBNR*), bem como os custos diretos e indiretos associados à sua regularização no final de cada exercício.

As reservas matemáticas relativas aos sinistros ocorridos, envolvendo o pagamento de pensões vitalícias, referentes ao ramo Acidentes de Trabalho, são calculadas mediante tabelas e fórmulas atuariais,

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

estabelecidas pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF).

(iii) Provisão para participação nos Resultados

Esta provisão corresponde aos montantes atribuídos aos tomadores de seguros ou aos beneficiários de contratos, a título de participação nos resultados em função dos resultados técnicos dos contratos respetivos.

(iv) Provisão para riscos em curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor.

Esta provisão é calculada com base nos rácios de sinistralidade, de custos de exploração, de cedência e de rendimentos, em conformidade com o definido pela ASF

Terrenos e edifícios

Relativamente aos investimentos em terrenos e edifícios, a Companhia considera terrenos e edifícios de uso próprio todas as propriedades que se encontram afetas ao serviço da Companhia em parte superior a 5%.

(v) Provisão para desvios de sinistralidade

A provisão para desvios de sinistralidade destina-se a fazer face à sinistralidade exceccionalmente elevada nos ramos de seguro em que, pela sua natureza, se preveja que aquela tenha maiores oscilações.

Esta provisão é constituída para o seguro de crédito, seguro de caução, seguro de colheitas, risco de fenómenos sísmicos e resseguro aceite — risco atómico, de acordo com o estabelecido pelas normas da ASF

(vi) Comissões de mediação

A comissão de mediação é a remuneração contratualmente atribuída aos mediadores pela angariação de contratos de seguro e são registadas como custos no momento da emissão dos respetivos recibos de prémios.

Por aplicação da IAS 16, os imóveis encontram-se valorizados através do modelo de revalorização, existindo avaliações periódicas efetuadas por um avaliador independente, e por períodos entre os três e os cinco anos, de acordo com os métodos reconhecidos ela

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF).

As variações patrimoniais resultantes das avaliações são reconhecidas em Reservas de reavaliação, se positivas, e em Resultados, se negativas ou se esgotada a Reserva de Reavaliação. As taxas de amortização são determinadas pelo número de anos de vida útil atribuída a cada imóvel.

Sempre que a taxa de ocupação de um imóvel, por serviços da empresa, seja inferior aos 5%, os imóveis são considerados propriedades de investimento, com aplicação da IAS 40. Pelo

facto dos imóveis se encontrarem a representar provisões técnicas, a mensuração adotada é o modelo do justo valor de mercado.

As variações patrimoniais resultantes das avaliações são reconhecidas em Resultados.

Os fatores que influenciam o reconhecimento de imparidades nos terrenos e edifícios, de acordo com a IAS 36, devem-se principalmente ao declínio significativo nos valores de mercado imobiliário, bem como a danos provocados de forma anormal no imóvel. Os imóveis encontram-se a ser valorizados pelo modelo de revalorização, sendo objeto de avaliação externa independente

Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

São classificadas como filiais todas as sociedades sobre as quais a Companhia detém a capacidade de controlar a política operacional e financeira da entidade. controlo é normalmente presumido quando a Sociedade detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto.

São classificadas como associadas todas as Sociedades sobre as quais a Companhia detém a faculdade de exercer influência significativa sobre as políticas financeiras e operacionais da entidade, embora não detenha o seu controlo. Assume-se a existência de influência significativa sempre que a participação da Companhia numa participada se situe, direta

ou indiretamente, entre 20% e 50% do capital ou dos direitos de voto. A Sociedade pode ainda exercer influência significativa numa participada através da participação na gestão da associada ou na composição dos Conselhos de Administração com poderes executivos.

São classificados como empreendimentos conjuntos (entidades conjuntamente controladas), todas as empresas sobre as quais a Companhia detém a capacidade para controlar conjuntamente com outros empreendedores (acionistas) a política operacional e financeira do empreendimento.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento

Estes investimentos são registados ao custo de aquisição, sujeito a testes de imparidade. Os dividendos são registados como proveitos no exercício em que é decidida a sua distribuição. O valor recuperável dos investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos é avaliado anualmente, independentemente da existência de indicadores de imparidade. As perdas de imparidade são apuradas tendo por base a diferença entre o valor recuperável dos investimentos em subsidiárias, associadas ou empreendimentos conjuntos e o seu valor contabilístico. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente

revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior. O valor recuperável é determinado com base no maior valor, entre o valor em uso dos ativos e o justo valor deduzido dos custos de venda, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio. Sempre que o valor dos passivos de uma subsidiária, associada ou empreendimento conjunto ultrapassar os seus ativos, além da constituição de imparidade para anular o investimento, a Companhia constitui uma provisão quando existe responsabilidade sobre os passivos dessa entidade.

Ativos financeiros

A VICTORIA classifica os seus ativos financeiros no reconhecimento inicial a intenção que lhes está subjacente de acordo com as seguintes categorias:

Ativos financeiros disponíveis para venda. Esta categoria inclui:

- Ativos financeiros não derivados em que existe intenção de manter por tempo indeterminado;

- Ativos que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial;
- Ativos que não se enquadrem nas categorias restantes.

Empréstimos concedidos e contas a receber são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis não cotados num mercado ativo, que não sejam ativos adquiridos com intenção de alienação a curto prazo (detidos para negociação) ou não classificados como

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

ativos financeiros ao justo valor através de resultados no seu reconhecimento inicial. Inclui os valores a receber relacionados com operações de seguro direto, resseguro cedido e transações relacionadas com contratos de seguro e outras transações.

Ativos financeiros detidos até à maturidade. São ativos financeiros não derivados, com pagamentos fixados ou determináveis e maturidade fixada, que a VICTORIA tem intenção positiva e a capacidade de deter até à maturidade.

Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento

Aquisições e alienações de ativos financeiros disponíveis para venda, são reconhecidos na data da negociação (*trade date*), ou seja, na data em que a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o ativo.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação, exceto nos casos de ativos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transação são diretamente reconhecidos em resultados.

Estes ativos são desreconhecidos quando expiram os direitos contratuais da Companhia

ao recebimento dos seus fluxos de caixa; quando a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou, não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção; quando a Companhia tenha transferido o controlo sobre os ativos.

A venda ou reclassificação de algum título incluído na categoria de ativos financeiros detidos até à maturidade, antes da maturidade fixada, obriga a reclassificar na íntegra toda esta classe para ativos disponíveis para venda, não sendo permitida no prazo de dois anos, classificar qualquer ativo nesta categoria.

Mensuração subsequente

Os investimentos disponíveis para venda são registados ao justo valor sendo, no entanto, as respetivas variações reconhecidas em reservas, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes investimentos são reconhecidas também em reservas, no caso de ações, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efetiva, e os dividendos são

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

também reconhecidos na demonstração dos resultados.

O justo valor dos ativos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (*bid-price*). Na ausência de cotação, a Companhia estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a refletir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

Os investimentos a deter até à maturidade, após o reconhecimento inicial ao justo valor, são mensurados subsequentemente ao custo amortizado. O juro é calculado à taxa de juro efetiva.

Transferências entre categorias

Títulos de rendimento variável

A imparidade é um processo irreversível. A partir do momento em que uma imparidade é contabilizada no ativo, não deve ser revertida.

Em outubro de 2008 o IASB emitiu a revisão da norma IAS 39 - Reclassificação de instrumentos financeiros (*Amendments to IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement and IFRS 7: Financial Instruments Disclosures*).

Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira de ativos financeiros ao justo valor através de resultados - negociação para as carteiras de ativos financeiros disponíveis para venda, Empréstimos e contas a receber ou para ativos financeiros detidos até à maturidade, desde que esses ativos financeiros obedçam às características de cada categoria. As transferências de ativos financeiros disponíveis para venda para as categorias de Empréstimos e contas a receber e Ativos a deter até à maturidade são também permitidas.

A VICTORIA não procedeu à reclassificação de quaisquer ativos.

Imparidade

A avaliação e o cálculo da **imparidade nos ativos disponíveis para venda**, segue os seguintes procedimentos:

I - Ações e Fundos de Investimento cujo Preço de Mercado está mais de 20% abaixo do custo

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

histórico devem ser considerados para imparidade;

II - Ações e Fundos de Investimento, cujo Preço de Mercado está abaixo do Custo histórico por

um período superior a 6 meses, devem ser considerados para imparidade;

Títulos de rendimento fixo

I. Determinação dos ativos potencialmente sujeitos a Imparidade:

- a. Obrigações cujo Valor de Mercado é pelo menos 20% inferior ao Custo Amortizado;
- b. Obrigações cujo Valor de Mercado é inferior a 70% do seu Valor Nominal;

II. Análise casuística de cada uma das obrigações que cumprem algum dos critérios anteriores, procurando determinar se existe evidência objetiva de imparidade. De acordo com a IAS 39.59 a evidência objetiva pode ser descrita como:

- a. Significativa dificuldade financeira do Emitente

- b. Quebra de Contrato, tal como Moratória ou não pagamento de juros ou Capital
- c. Concessão de determinadas facilidades ao Emitente por uma Entidade Credora, explicável apenas pela complicada situação financeira do Emitente
- d. Probabilidade de que o Emitente vai declarar falência ou outro tipo de reestruturação financeira
- e. Desaparecimento de um mercado ativo para esse título, em virtude de dificuldades financeiras
- f. Outros fatores

Ajustamento de recibos por cobrar

O ajustamento de recibos por cobrar tem por objetivo adequar o montante dos prémios em cobrança para o seu valor estimado de realização. As alterações introduzidas pelo Decreto-lei nº122/2005 e pelo Decreto-lei nº199/2005, na sua generalidade, vêm estipular que o contrato de seguro só produz efeitos com o pagamento do prémio ou fração por parte do tomador de seguro. Significa isto

que, prémio que não tenha sido cobrado deverá ser anulado. Nesse sentido, e no cumprimento da referida legislação, a Norma nº16/2006-R e a Circular 9/2008, vem clarificar o método de cálculo do referido ajustamento. Assim, e pelo facto de existirem diversas formas de pagamentos de prémios em que alguns podem ainda se encontrar por cobrar, torna-se necessário proceder a um

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

ajustamento que traduza de alguma forma, a incobabilidade dos mesmos. Deste modo,

cada empresa deverá apurar um coeficiente de acordo com a sua própria experiência.

Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis são valorizados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

com base na vida útil estimada dos bens e que se situa entre os 3 e os 6 anos.

As amortizações foram calculadas através da aplicação do método das quotas constantes,

As despesas com manutenção de software são contabilizadas como custo no exercício em que são incorridos.

Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são contabilizados ao respetivo custo histórico de aquisição. As suas amortizações foram calculadas através da aplicação do método das quotas constantes, com base nas seguintes taxas anuais que refletem, de forma razoável, a vida útil estimada dos bens:

As amortizações são registadas em gastos do exercício. A Companhia avalia, periodicamente, a adequação da vida útil estimada dos seus ativos tangíveis.

- Equipamento administrativo 12,5%
- Máquinas e ferramentas 12,5%
a 25%
- Equipamento informático 25% e
33%
- Instalações interiores 10% a
16,66%

A avaliação efetuada para determinação da existência de imparidade nos ativos tangíveis e intangíveis é efetuada tendo por base indicadores internos que avaliam os níveis de obsolescência ou danos físicos e/ou a expectativa de declínio na performance do ativo. Dependendo dos casos, o procedimento adotado reveste-se de duas formas, ou a vida útil do bem é ajustada ou o bem é abatido, pelo que não haverá lugar a registo de imparidade.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Caixa seus equivalentes e depósitos à ordem

Esta rubrica engloba os valores registados no balanço cuja maturidade é inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de

crédito, exceto os valores que não estejam associados a uma natureza de investimento.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de

os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem passivos de contratos de investimento, empréstimos, credores por operações de seguro direto e resseguro e outros passivos.

Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva, com a exceção dos passivos por contratos de investimento em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, os quais são registados ao justo valor.

Operações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são

convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Os ativos e passivos não monetários registrados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio na data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registrados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo

valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, exceto no que diz respeito às diferenças relacionadas com ações classificadas como ativos financeiros disponíveis para venda, as quais são registradas em reservas.

Benefícios aos empregados

Em 23 de dezembro de 2011, foi aprovado um novo Contrato Coletivo de Trabalho dos Seguros que vem alterar um conjunto de benefícios anteriormente definidos. De salientar as seguintes alterações decorrentes do novo Contrato Coletivo de Trabalho: (i) no que respeita a benefícios pós-emprego, os trabalhadores no ativo admitidos até 22 de junho de 1995 deixam de ser abrangidos por um plano de benefício definido, passando a estar abrangidos por um plano de contribuição definida, (ii) compensação de 55% do salário base mensal pago em 2012 e (iii) prémio de permanência equivalente a 50% do seu ordenado sempre que o trabalhador complete um ou mais múltiplos de 5 anos na Companhia.

Relativamente à alteração do plano e tendo em consideração que o valor integralmente financiado das responsabilidades pelos serviços passados relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no ativo foi convertido em contas individuais desses trabalhadores, integrando o respetivo

plano individual de reforma, de acordo com o IAS 19, a Companhia procedeu à liquidação da responsabilidade (*settlement*).

As responsabilidades da Companhia com pensões de reforma foram calculadas com base no Método da Unidade de Crédito Projetada, individualmente para cada plano através da estimativa do valor dos benefícios futuros que cada empregado deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e em períodos passados.

Plano de contribuição definida

Com a alteração do CCT, o plano de contribuição definida existente, foi objeto de revisão tendo em vista a uniformização de benefícios e procedimentos.

Desta forma, o plano de contribuição definida passou a integrar as anteriores modalidades, em que:

- Para os colaboradores no ativo admitidos na atividade seguradora após 22 de junho de 1995

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

e participantes do Fundo de Pensões em vigor até 31.03.2012, o valor constituído na sua conta individual foi afeto ao respetivo plano individual de reforma.

- Para os colaboradores dos Associados na situação de ativos, admitidos na atividade seguradora até 22 de junho de 1995, o valor das responsabilidades por serviços passados financiado pelo Plano de Benefício Definido, foi convertido para um Plano Individual de Reforma, à data de 31.12.2011 de acordo com o método e pressupostos utilizados na avaliação atuarial de 28 de fevereiro de 2012 e aditamento de 08 de junho de 2012.

De acordo com a legislação em vigor, o Plano Individual de Reforma constituído tem garantia de capital.

Plano de benefício definido

Com a alteração do CCT, o plano de benefício definido passou a garantir:

- pagamento de pensões a todos os beneficiários que, á data da alteração do plano, se encontravam a receber uma pensão paga pelo fundo;
- atualização de pensões atribuídas a colaboradores que passaram à situação de

Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros resultam do imposto corrente e do imposto diferido. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens

reforma por velhice ou invalidez no âmbito do plano de benefício definido anterior.

Os ganhos e perdas resultantes de diferenças entre os pressupostos atuariais e financeiros utilizados e os valores efetivamente verificados no que se refere às responsabilidades e ao rendimento esperado do fundo de pensões, bem como os resultantes de alterações de pressupostos atuariais, são reconhecidos diretamente numa rubrica de capital próprio.

Prémio de permanência

O prémio de permanência equivale a 50% do seu ordenado sempre que o trabalhador complete um ou mais múltiplos de 5 anos na Companhia. O prémio de permanência é determinado utilizando a mesma metodologia e pressupostos dos benefícios pós-emprego. Os desvios atuariais determinados são registados por contrapartida de resultados quando incorridos.

Bónus

As remunerações variáveis dos colaboradores são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que serão também registados por contrapartida em capitais próprios. Os impostos correntes são apurados

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contábilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas

Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

As provisões são revistas no final de cada data de reporte e ajustadas para refletir a melhor

Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos da seguinte forma:

- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem;

quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro, capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

estimativa, sendo revertidas por resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis.

As provisões são desreconhecidas através da sua utilização, para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas.

- Os rendimentos de serviços e comissões que são uma parte integrante da taxa de juro efetiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efetiva.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de ativos financeiros disponíveis para venda e ao justo valor por via de resultados são reconhecidos nas rubricas específicas de ganhos e perdas. O cálculo do custo amortizado é efetuado utilizando o método da taxa efetiva, sendo o seu impacto registado em rendimentos de investimento.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação.

Dividendos

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando recebidos.

Inventários

Os inventários são valorizados ao menor dos valores entre o seu custo de aquisição e o valor realizável líquido.

O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual, sendo o custo médio, o método de custeio aplicado.

O valor realizável líquido, é o preço de venda estimado no decurso normal da atividade

empresarial deduzindo os custos estimados de conclusão e os custos estimados para efetuar a venda.

Sempre que o valor realizável líquido for inferior ao custo de aquisição, procede-se à redução do valor dos inventários, mediante reconhecimento de uma perda por imparidade, sendo estas registadas na rubrica “Perdas de imparidade (líquidas de reversão)”, na demonstração de resultados. Estas poderão

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

ser revertidas sempre que deixarem de existir os motivos que as originaram.

Locações

A Companhia classifica como ativos sob direito de uso, os contratos de locação sobre o qual é transmitido o direito de usar e controlar um ativo, por um período superior a um ano.

Estes contratos de locação são registados na data do seu início, no ativo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que corresponde ao valor atual das rendas de locação vincendas.

As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii)

pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo.

As componentes de locação variável, são registadas nos resultados da Companhia, nos períodos a que dizem respeito.

As amortizações do ativo são registadas em gastos do exercício, de forma linear e constante ao longo do período do contrato.

As locações que não cumpram com o critério definido para Ativo sob direito de uso, são registadas nos resultados da Companhia, nos períodos a que dizem respeito.

Estimativas e Julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras

As IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela VICTORIA são analisadas como segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados da Companhia e a sua divulgação.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Companhia poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Companhia e das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que

outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

Imparidade de ativos financeiros disponíveis para venda

A VICTORIA utiliza os seguintes critérios para a realização do teste de imparidade:

Títulos de rendimento variável

A imparidade é um processo irreversível. A partir do momento que uma imparidade é contabilizada no ativo, não deve ser revertida.

I - Ações e Fundos de Investimento cujo Preço de Mercado está mais de 20% abaixo do custo histórico devem ser considerados para imparidade;

II - Ações e Fundos de Investimento, cujo Preço de Mercado está abaixo do Custo histórico por um período superior a 6 meses, devem ser considerados para imparidade;

Títulos de rendimento fixo

I - Determinação dos ativos potencialmente sujeitos a Imparidade:

- a. Obrigações cujo Valor de Mercado é pelo menos 20% inferior ao Custo Amortizado;
- b. Obrigações cujo Valor de Mercado é inferior a 70% do seu Valor Nominal;

II - Análise casuística de cada uma das obrigações que cumprem algum dos critérios

anteriores, procurando determinar se existe evidência objetiva de imparidade. De acordo com a IAS 39.59 a evidência objetiva pode ser descrita como:

- a. Significativa dificuldade financeira do Emitente
- b. Quebra de Contrato, tal como Moratória ou não pagamento de juros ou Capital
- c. Concessão de determinadas facilidades ao Emitente por uma Entidade Credora, explicável apenas pela complicada situação financeira do Emitente
- d. Probabilidade de que o Emitente vai declarar falência ou outro tipo de reestruturação financeira
- e. Desaparecimento de um mercado ativo para esse título, em virtude de dificuldades financeiras
- f. Outros fatores

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da Companhia.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Impostos sobre os lucros

A Companhia encontra-se sujeita ao pagamento de impostos sobre lucros. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Companhia, durante um período de cinco ou doze anos, no caso de haver prejuízos reportáveis. Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção dos Conselhos de Administração VICTORIA, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o

valor de balanço dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto os impostos diferidos ativos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças temporárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados impostos diferidos ativos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionada devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são refletidos nos resultados do exercício, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso das variações de justo valor dos ativos financeiros disponíveis para venda). Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio, não afetando o resultado do exercício.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros fatores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

Provisões técnicas

As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro incluem a provisão para participação nos resultados, a provisão para prémios não adquiridos, a provisão para riscos em curso, o teste de adequação das responsabilidades e a provisão para sinistros reportados e não reportados incluindo as despesas de regularização.

Companhia avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias atuariais e tomando em consideração as coberturas de resseguro respetivas. As provisões são revistas periodicamente por atuários qualificados.

Quando existem sinistros, qualquer montante pago ou que se estima vir a ser pago pela Companhia é reconhecido como perda nos resultados. A Companhia estabelece provisões para pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro e de investimento.

As provisões não representam um cálculo exato do valor da responsabilidade, mas sim uma estimativa resultante da aplicação de técnicas de avaliação atuariais. As provisões são revistas regularmente e através de um processo contínuo à medida que informação adicional é recebida e as responsabilidades vão sendo liquidadas.

Na determinação das provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro, a

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

IV - GESTÃO DE RISCOS

Em 2022, manteve-se o alinhamento do modelo de gestão de risco e sistema de governação da VICTORIA à realidade do grupo SMA. A estrutura organizacional que suporta o desenvolvimento do Sistema de Gestão de Riscos e Controlo Interno manteve-se também assente no modelo das três linhas de defesa, suportada pela existência de Comitês específicos.

No que diz respeito à área de Gestão de Riscos, enquadrando-se na segunda linha de defesa, integrou no ano em análise a Direção Financeira e de Gestão de Riscos, tendo como principal missão garantir a existência de um Sistema de Gestão de Riscos adequado e eficaz, que permita identificar, mensurar, monitorizar e comunicar os riscos nas suas diversas vertentes e dimensões, possibilitando à gestão e tomada de decisão incorporar este conhecimento.

Os Comitês que suportam diretamente e garantem o desenvolvimento contínuo da gestão baseada no risco são: Comité de Risco, Comité Gestão Ativo Passivo, Comité de Subscrição e Comité de Risco Operacional. Todos eles mantiveram o âmbito e a estrutura face ao ano transato. Nestes comitês participam as funções chave, nomeadamente no Comité de Risco que tem uma periodicidade mínima trimestral e conta com a participação do Responsável da função chave gestão de risco.

No âmbito do regime de Solvência II, destaca-se o nível de maturidade deste sistema e

respetiva integração na gestão e tomada de decisão, assinalando-se as seguintes atividades:

Manutenção do reporte extraordinário de SII determinado pela ASF no âmbito do contexto de pandemia;

Reporte quantitativo e narrativo anual integral;

Reporte quantitativo trimestral;

Certificação por parte do Revisor Oficial de Contas e dos Atuários Responsáveis dos resultados de Solvabilidade, bem como da informação a disponibilizar ao público;

Revisão anual da matriz de grandes riscos, mantendo o alinhamento da mesma com a metodologia do grupo e métricas de solvência II de forma a monitorizar de perto e mitigar a exposição aos riscos de maior impacto;

Revisão anual das políticas existentes garantindo o contínuo alinhamento com o grupo;

Elaboração do exercício de Avaliação Interna do Risco e da Solvência, a nível solo e de grupo, o qual dá suporte à tomada de decisão para a estratégia definida para os próximos 5 anos;

Manteve-se a nível do grupo um Comité específico de Qualidade de Dados, reunindo todas as filiais do grupo e garantindo o cumprimento de um adequado desenvolvimento e implementação de uma Política de Qualidade de Dados, tendo por base a fiabilidade dos valores apurados em termos de solvência e gestão do negócio, nomeadamente com a identificação dos dados sensíveis e respetivos controlos;

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Formalização da identificação das funções-chave junto do supervisor.

1. RISCO ESTRATÉGICO

O risco estratégico corresponde ao risco de perdas por decisões e objetivos estratégicos inadequados.

A Companhia realiza um conjunto de ações de forma a mitigar este risco, tal como a manutenção de um planeamento estratégico a médio prazo, com a construção de um orçamento a cinco anos. A curto prazo, a Companhia define o plano anual de ações estratégicas a desenvolver e implementar. A estratégia é definida tendo em conta a realidade da Companhia, nomeadamente a sua capacidade de aceitar os riscos delineados, bem como o contexto do mercado segurador e financeiro envolvente.

O acompanhamento da evolução das ações definidas e do orçamento anual é realizado com uma periodicidade mensal, permitindo assim analisar possíveis desvios e impactos face ao previsto e, em caso de necessidade, implementar medidas de mitigação.

Dada a importância que a estratégia delineada assume na organização, esta é apresentada na reunião anual, por forma a garantir que a mesma é do conhecimento e é seguida por todos os colaboradores.

2. RISCO REPUTACIONAL

O risco reputacional corresponde ao risco de perdas originadas por eventos adversos, que

possam afetar negativamente a imagem da Companhia perante os seus Stakeholders (clientes, fornecedores e restantes partes interessadas). As perdas resultantes deste risco podem refletir-se através da diminuição da receita, do aumento de custos operacionais, da perda de capital e/ou da destruição do valor do acionista.

Dado este risco assumir particular relevância na atividade seguradora - sector em que a “confiança” é um dos valores chave – a Companhia tem monitorizado periodicamente a sua evolução através da análise dos indicadores de mercado, bem como através da análise do relatório trimestral da evolução das reclamações (por tipologia, rácio de razão dos clientes, bem como rapidez de resposta).

De forma a monitorizar este risco são analisados periodicamente alguns indicadores, nomeadamente os indicadores de mercado, bem como o relatório trimestral da evolução das reclamações, por tipologia, rácio de razão dos clientes, bem como rapidez de resposta..

3. RISCO ESPECÍFICO DE SEGUROS

O risco específico de Seguros pode resultar em perdas inesperadas, que se tornarão evidentes através da insuficiência dos prémios e/ou das provisões constituídas para fazer face aos custos totais dos compromissos assumidos e/ou a assumir.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

3.1 Políticas de Subscrição

Relativamente às políticas de subscrição, formalizadas na Política de Subscrição e Provisionamento publicada, mantêm-se os critérios de análise de risco prudentes, tendo em conta a experiência da VICTORIA, o conhecimento do mercado e as indicações dos resseguradores.

3.2 Tarifação

A VICTORIA tem como objetivo a prática de tarifas sustentáveis, ou seja, garantir a adequação dos prémios praticados relativamente aos riscos assumidos.

O desenvolvimento de novas tarifas é efetuado pelo departamento técnico, com o suporte da área atuarial.

Dependendo do tipo de produto, são analisadas as variáveis relevantes para a avaliação do risco, visando garantir a elaboração de bases técnicas prudentes, adequadas ao risco e à rentabilidade expectável.

3.3 Provisionamento

As provisões para sinistros são constituídas caso a caso com um nível de adequação considerado prudente. Com uma periodicidade trimestral mantiveram-se as revisões aos

processos em aberto, de forma a se detetarem possíveis desvios do valor expectável face ao provisionado. Após esta análise, sempre que necessário procede-se ao respetivo ajustamento do valor provisionado.

Numa ótica de monitorização contínua das provisões são produzidos relatórios trimestrais, pela área atuarial e pelo atuário responsável, que visam analisar a adequação das provisões constituídas.

3.4 Resseguro

A VICTORIA manteve uma política de resseguro clara e rigorosa, transferindo parte dos riscos por si assumidos através de tratados de resseguro adequados ao perfil da carteira.

Estes tratados têm como principal objetivo mitigar o risco do impacto de grandes sinistros/eventos catastróficos, reduzindo assim a necessidade de capital, bem como proteger os interesses de todas as partes envolvidas.

Por outro lado, efetua também uma escolha criteriosa da pool de resseguradoras realizando uma análise da respetiva capacidade financeira.

O quadro seguinte apresenta um resumo dos tratados de 2022, baseados em tratados proporcionais e não proporcionais:

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Ramo	Tipo de Resseguro
Incêndio e outros danos	Proporcional
Incêndio e outros danos (Proteção retenção - catástrofe)	Não Proporcional
Automóvel	Não Proporcional
Marítimo, aéreo e transportes	Proporcional
	Não Proporcional
Acidentes Pessoais	Proporcional
	Não Proporcional
Acidentes de Trabalho	Não Proporcional
Responsabilidade Civil	Proporcional
	Não Proporcional
Engenharia	Proporcional
	Não Proporcional
Construção (decenal)	Proporcional
	Não Proporcional
Saúde	Proporcional
	Não Proporcional
Diversos (perda de rendas)	Proporcional

Nos quadros seguintes apresentam-se alguns indicadores:

(valores em milhares de euros)

Ramo	Prémios 2022				Prémios 2021			
	Seguro Directo	Resseguro Cedido	Total liq. Resseguro	Tx de Cedência	Seguro Directo	Resseguro Cedido	Total liq. Resseguro	Tx de Cedência
Saúde	41.411	28.177	13.234	68%	36.782	25.445	11.336	69%
Incêndio e outros danos	19.602	13.788	5.815	70%	17.662	12.311	5.351	70%
Automóvel	13.533	1.445	12.088	11%	13.252	1.374	11.878	10%
Acidentes de Trabalho	8.118	322	7.796	4%	7.276	289	6.987	4%
Acidentes Pessoais	2.399	1.689	710	70%	2.690	1.841	849	68%
Marítimo, Aéreo e Transp.	9.393	6.638	2.755	71%	8.108	5.738	2.370	71%
Responsabilidade Civil	3.433	2.432	1.001	71%	3.048	2.163	885	71%
Diversos	48	35	14	72%	65	38	26	59%
TOTAL	97.937	54.525	43.412	56%	88.882	49.199	39.682	55%

Resseguro cedido NÃO VIDA	2022	2021	Var 22/21
Resultado	(3.559)	(4.173)	14,72%
Prémios adquiridos cedido	(53.279)	(48.469)	9,92%
Comissões	18.019	17.568	2,57%
Custos com Sinistros	31.702	26.728	18,61%

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

3.5 Risco de prémios

O risco de prémios está associado ao facto da Companhia não ter um nível de prémios adequado que lhe permita fazer face aos custos totais dos compromissos assumidos.

O quadro seguinte apresenta os valores de prémios e rácios de sinistralidade, combinado, operacional e de despesas, por linha de negócio:

Ramos	2022	2021
PRÉMIOS BRUTOS EMITIDOS		
Saúde	41.411	36.782
Incêndio e outros danos	19.602	17.662
Automóvel	13.533	13.252
Acidentes de Trabalho	8.118	7.276
Acidentes Pessoais	2.399	2.690
Marítimo, Aéreo e Transportes	9.393	8.108
Responsabilidade Civil	3.433	3.048
Diversos	48	65
PRÉMIOS BRUTOS ADQUIRIDOS		
Saúde	40.837	36.586
Incêndio e outros danos	18.346	16.996
Automóvel	13.101	13.478
Acidentes de Trabalho	8.090	7.308
Acidentes Pessoais	2.359	2.614
Marítimo, Aéreo e Transportes	9.427	8.078
Responsabilidade Civil	3.385	2.972
Diversos	50	66
RÁCIO DE SINISTRALIDADE BRUTO		
Saúde	69,8%	71,8%
Incêndio e outros danos	47,0%	47,3%
Automóvel	71,1%	82,5%
Acidentes de Trabalho	55,3%	69,6%
Acidentes Pessoais	33,1%	47,7%
Marítimo, Aéreo e Transportes	93,5%	57,9%
Responsabilidade Civil	42,6%	27,7%
Diversos	876,5%	-7,9%
RÁCIO DE DESPESAS GERAIS		
Saúde	13,5%	13,3%
Incêndio e outros danos	23,2%	22,2%
Automóvel	20,6%	19,7%
Acidentes de Trabalho	17,9%	20,5%
Acidentes Pessoais	40,8%	30,9%
Marítimo, Aéreo e Transportes	26,9%	28,9%
Responsabilidade Civil	21,1%	24,5%
Diversos	68,3%	24,1%
RÁCIO COMBINADO BRUTO		
Saúde	94,8%	97,4%
Incêndio e outros danos	77,9%	77,7%
Automóvel	92,5%	104,9%
Acidentes de Trabalho	80,0%	95,6%
Acidentes Pessoais	77,6%	92,1%
Marítimo, Aéreo e Transportes	130,7%	97,3%
Responsabilidade Civil	74,8%	64,0%
Diversos	913,6%	20,5%
RÁCIO COMBINADO LÍQUIDO		
Saúde	97,3%	89,4%
Incêndio e outros danos	91,0%	95,0%
Automóvel	99,7%	104,8%
Acidentes de Trabalho	88,4%	99,8%
Acidentes Pessoais	86,9%	116,5%
Marítimo, Aéreo e Transportes	60,0%	76,2%
Responsabilidade Civil	42,9%	49,3%
Diversos	1643,2%	23,4%

(valores em milhares de euros)

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Relativamente ao rácio combinado líquido, para a globalidade da carteira de Não Vida, o mesmo apresenta um decréscimo comparativamente com o ano transato (2022: 92,2% vs 2021: 95,5%).

3.6 Risco de provisões

O cálculo das provisões de Não Vida segue princípios prudentes de forma a garantir a suficiência de provisões para cumprir as responsabilidades assumidas, efetuando-se análises determinísticas e estocásticas.

Trimestralmente são efetuados estudos de adequação das provisões, procedendo-se sempre que necessário a eventuais ajustamentos dependentes dos resultados obtidos.

Da análise efetuada quer internamente, como pelo Atuário Responsável com referência a 31 de dezembro de 2022, conclui-se a suficiência global de provisionamento.

O quadro seguinte apresenta a evolução dos custos com sinistros referentes ao ramo Não Vida, com exceção de Doença:

(valores em milhares de euros)

TOTAL REAIS	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Estimativa acumulada dos sinistros:													
No final do ano de constituição	52.240	47.208	32.869	26.689	25.919	19.840	20.859	21.868	24.861	22.716	18.669	20.969	28.766
Um ano depois	54.265	46.584	32.419	27.524	26.109	18.829	20.100	21.437	24.653	23.120	20.321	21.182	
Dois anos depois	54.807	47.178	32.971	27.857	25.666	18.620	21.502	21.324	24.816	24.148	19.904		
Três anos depois	54.508	47.597	33.048	27.916	26.247	18.634	21.369	22.055	25.119	24.540			
Quatro anos depois	54.617	47.807	33.006	27.895	26.285	18.736	21.605	22.465	24.980				
Cinco anos depois	54.730	48.379	33.243	27.955	26.044	18.753	21.531	22.576					
Seis anos depois	54.620	48.110	33.284	28.187	26.179	19.089	21.348						
Sete anos depois	54.545	48.265	33.387	28.143	25.806	19.118							
Oito anos depois	54.639	48.247	33.391	28.185	25.447								
Nove anos depois	54.622	48.115	33.411	28.580									
Dez anos depois	54.618	48.074	33.261										
Onze anos depois	54.670	48.106											
Doze anos depois	54.711												
Estimativa acumulada dos sinistros até à data													
Pagamentos acumulados até 31-12-2022	54.452	47.831	33.079	27.942	25.111	18.804	20.454	21.263	23.829	21.593	18.803	18.520	14.317
Provisão para sinistros	259	275	182	638	335	314	894	1.313	1.151	2.947	1.101	2.662	14.448
													26.519
													1.726
													28.245

Obs.: Estes montantes excluem os valores de Provisões para IBNR, Custos de Gestão a Imputar e Provisão Matemática de Acidentes de Trabalho

3.7 Risco catastrófico

O risco catastrófico está associado a eventos extremos, ou seja, eventos de baixa frequência e grande severidade.

Em Portugal, este risco pode advir essencialmente dos fenómenos de

natureza sísmica, sendo o resseguro uma das principais formas de mitigação da exposição a este risco.

A VICTORIA tem um grau de exposição significativo a este risco no ramo Incêndio e Outros Danos, mitigando a sua exposição através da celebração de tratados de resseguro

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

específicos, tendo como principal objetivo a transferência de parte do risco de grandes sinistros/eventos catastróficos para resseguro, reduzindo assim a necessidade de capital, bem como proteger os interesses de todas as partes envolvidas.

Medidas para mitigação do Risco Específico de Seguros

A mitigação dos riscos de prêmios e de provisões é efetuada através da aplicação de critérios de seleção e políticas de subscrição periodicamente revistos com base nas observações históricas de perdas por linha de negócio e ajustados pelos resultados decorrentes de estimativas da frequência e severidade dos sinistros.

4. RISCO DE MERCADO

A gestão de investimentos da VICTORIA é efetuada através de mandatos celebrados com a empresa SMA Vie, pertencente também ao

grupo SGAM. No ano corrente manteve-se a linha orientadora da estratégia de investimentos, continuando a dar prioridade à seleção de ativos com valor, em alternativa a uma simples seleção de classes de ativos, e implementada consistentemente através de uma agregação de oportunidades de valor, restringida pelas características técnicas e legais das carteiras de investimento, e alicerçada numa elevada solidez financeira. A gestão foi acompanhada de forma regular pelo Comité de Gestão Ativo Passivo, constituído por representantes das áreas financeira, atuarial, técnica e de risco. Foram também definidos processos locais de monitorização do risco de crédito e do risco de taxa de juro para acompanhamento do efeito na cobertura da margem de solvência.

O quadro seguinte indica os valores da carteira de investimentos, a 31 de dezembro 2022 e comparativamente com o período homólogo, por tipo de ativos (valores de balanço):

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Títulos	2022	2021	Var %
Nacionais	3 437 445	3 423 145	0,4%
Títulos de Rendimento Fixo	3 390 321	3 382 012	0,2%
De Dívida Pública	3 390 321	3 382 012	0,2%
De Outros Emissores	-	-	
Títulos de Rendimento Variável	47 124	41 133	14,6%
Acções	-	-	
Partes de Capital em Associadas	230	230	0,0%
Unidades de Participação em fundos de investimen	-	-	
Outros	46 894	40 903	14,6%
Estrangeiros	93 311 728	95 608 051	-2,4%
Títulos de Rendimento Fixo	80 481 117	84 385 292	-4,6%
Bilhetes do Tesouro	-	-	
De Dívida Pública	7 143 808	7 365 658	-3,0%
De Outros Emissores Públicos	11 974 216	12 883 527	-7,1%
De Outros Emissores	61 363 093	64 136 108	-4,3%
Títulos de Rendimento Variável	12 830 611	11 222 759	14,3%
Unidades de Participação em fundos de investimen	12 830 611	11 222 759	14,3%
Outros	-	-	
Total	96 749 173	99 031 196	-2,3%

O Risco de Mercado é composto pelos riscos apresentados nos seguintes pontos.

4.1.1 Risco de variação de preços no mercado de capitais, Risco de taxa de juro e Risco imobiliário

Estes riscos resultam da instabilidade dos mercados financeiros, provocada por variações adversas nas taxas de juro, taxas de câmbio, no valor do imobiliário ou nos preços das ações.

Tendo em conta a natureza do negócio Não Vida, onde grande parte dos contratos são de

curto e médio prazo, o risco de mismatching assume especial importância neste período temporal. A VICTORIA assume uma posição de muito rigor procurando que os ativos afetos às responsabilidades estejam o mais próximo possível destas, mitigando desta forma, os riscos decorrentes de eventuais oscilações de mercado. Em dezembro de 2022, a taxa de cobertura ativo versus passivo era de 127,7% (2021: 126,1%).

(Un: Milhares de euros)

Carteira	Ativos	Provisões	Cobertura
AT	36.214	28.145	128,7%
NV	75.391	67.311	112,0%
Total Seguros Afetos	111.605	95.456	116,9%
Livres	10.248	n.a	0,0%
TOTAL	121.853	95.456	127,7%

4.1.2 Risco de liquidez

A incerteza face ao momento de ocorrência e ao montante dos fluxos de saída de caixa

relacionados com a atividade seguradora pode afetar a capacidade da empresa de seguros para fazer face às suas responsabilidades,

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

podendo implicar custos adicionais na alienação de investimentos ou outros ativos.

A gestão deste risco assenta numa análise de curto prazo (15 meses) em termos de liquidez face aos cash-flows operacionais e simultaneamente na definição de uma política de investimentos que contempla uma percentagem de ativos com elevado grau de liquidez.

A projeção dos cash-flows da carteira de investimentos indica que aproximadamente 22,7 milhões de euros de liquidez serão gerados em 2023.

Em 2022 assistiu-se a uma subida acentuada nas taxas de juro e no rendimento dos ativos de rendimento fixo. A gestão manteve a sua orientação conservadora e prudente com foco nos ativos líquidos e de baixo risco. Neste contexto, a exposição a Dívida Pública manteve-se como um ativo importante: no

final do exercício a exposição era de 10,5 milhões de euros (2021: 10,7) que correspondem a 10,9% da carteira de ativos (2021: 10,9%). Cerca de 68% destes títulos correspondem a Dívida emitida por França e como tal com um nível de risco reduzido, sendo o restante uma posição de 3,4 em Obrigações do Tesouro nacionais. Face ao ano anterior a exposição a unidades de participação de fundos de investimento subiu para 12,9 milhões de euros (2021: 11,2), representando 13,3% da carteira de investimentos (2021: 11,3%). A exposição a unidades de participação é composta essencialmente por fundos de mercado monetário.

O quadro seguinte indica os valores da carteira de investimentos (incluindo empréstimos e contas a receber) tendo em consideração as diferentes maturidades dos ativos financeiros:

Maturidades	2022	%	2021	%
< 1 ano	21.820.802	20,8%	14.419.756	13,5%
1 a 2 anos	14.282.955	13,6%	21.854.954	20,4%
3 a 5 anos	36.077.678	34,4%	34.830.727	32,5%
6 a 10 anos	10.426.203	9,9%	15.764.845	14,7%
> 10 anos	9.314.717	8,9%	8.943.052	8,4%
sem maturidade	12.877.735	12,3%	11.263.892	10,5%
Total Geral	104.800.090	100,0%	107.077.226	100,0%

4.2 Risco de crédito

O risco de crédito está associado a uma possível alteração da situação creditícia dos emitentes de valores mobiliários, contrapartes ou quaisquer devedores a que a Companhia se

encontra exposta. A exposição ao risco de crédito advém, assim, das transações financeiras da Companhia com emitentes de valores mobiliários, devedores, mediadores,

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

tomadores de seguros, cosseguradoras e resseguradoras.

4.2.1 Valores Mobiliários

O risco de crédito na VICTORIA é essencialmente relevante no que concerne às suas transações financeiras com emitentes de valores mobiliários, ou seja, à exposição dos ativos financeiros a obrigações e por outro lado às suas transações financeiras com resseguradoras. Em ambos os casos, a

exposição aos riscos referidos é gerida tendo em conta a situação creditícia dos emitentes. A política seguida pela VICTORIA neste contexto baseia-se em critérios de ratings de elevada qualidade.

O quadro seguinte indica os valores da carteira de investimentos (incluindo empréstimos e contas a receber) de acordo com os ratings:

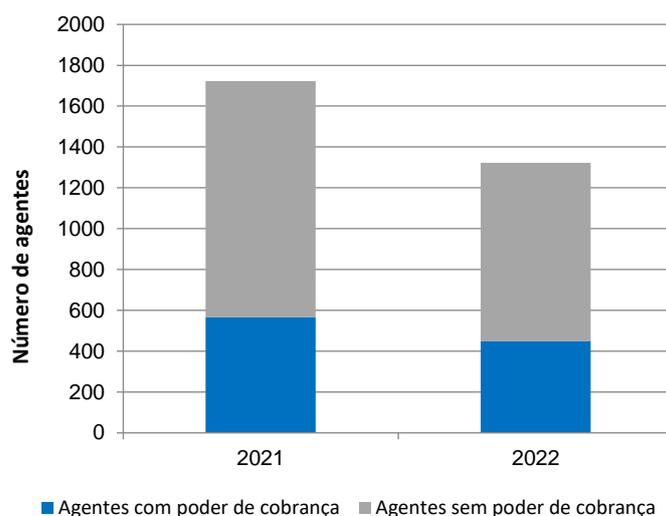
Rating Médio	2022	%	2021	%
AAA	8.732.326	8,3%	8.790.299	8,2%
AA	19.434.425	18,5%	16.773.360	15,7%
A	32.911.291	31,4%	29.607.673	27,7%
BBB	18.171.032	17,3%	22.487.632	21,0%
BB	1.295.501	1,2%	2.463.706	2,3%
B	0	0,0%	0	0,0%
NR	24.255.515	23,1%	26.954.556	25,2%
Total	104.800.090	100,0%	107.077.226	100,0%

Em 2022 o perfil de risco da carteira manteve-se bastante conservador o que se reflete numa elevada qualidade de crédito: cerca de 75,6% da carteira possui qualidade de investment grade (2021: 72,6%). A exposição à Dívida Pública dos países europeus periféricos era no final do exercício de 3,5% da carteira global (2021: 3,4%) e corresponde a obrigações emitidas pelo Estado Português.

4.2.2 Mediadores

No âmbito do risco de crédito proveniente de mediadores, o mesmo mantém um acompanhamento contínuo por parte da VICTORIA, apostando no rigor na seleção destes e na atribuição de poderes de cobrança. De assinalar que em 2022, o número de mediadores com poderes de cobrança cresceu e representa 34% do total de agentes (2021: 33%).

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021



Rácio do nº de mediadores com poder de cobrança

Com uma periodicidade mensal, são também elaborados indicadores de risco em função da evolução dos saldos das contas correntes e rácios de endividamento.

O acompanhamento dos saldos consolidados, devedores e planos de pagamento como tentativa de recuperar a dívida são acompanhados pela Direção Financeira, a qual de forma a mitigar o impacto a nível de resultados constitui uma provisão, com os seguintes critérios:

- 100% do valor planos em incumprimento;
- 100% dos saldos devedores que entraram na área de Contencioso, para acionar a respetiva ação legal para recuperar o valor da dívida;
- 90% para o montante dos restantes saldos em dívida;

Para os planos de pagamento em vigor a percentagem de provisionamento é determinada com base no risco de incumprimento e varia entre 45% e 90%.

Por outro lado, de forma a mitigar o risco, quando se regista um incumprimento na prestação de contas por parte dos mediadores é-lhes inibido o poder de cobrança.

4.2.3 Tomadores de Seguros

Relativamente ao risco de crédito inerente aos Tomadores de Seguro, este é acompanhado através da análise de indicadores de prémios pendentes e prémios brutos emitidos, apurados trimestralmente e calculados pela Direção Financeira:

(Un: Milhares de euros)

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Indicadores de Cobrança	2022	2021	Var.
Total de Prémios Brutos Emitidos	97.937	88.882	9.055
Pendentes / PBES	5,3%	5,6%	-0,3%
Total de Prémios Pendentes com mais de 3 meses	2.114	2.320	-206
Pendentes + 3 meses / Total de Pendentes	41,0%	47,0%	-6,0%
Provisão para recibos por cobrar	1.804	1.693	111
Provisão para recibos por cobrar / Total Pendentes	35,0%	34,3%	0,7%

Comparando com o ano transato o total de prémios emitidos subiu quase 9 milhões de euros para 97,9 milhões de euros (2021: 88,8 milhões de euros), tendo o indicador de cobrança “Pendentes / PBES” passado de 5,6% em 2021 para 5,3% em 2022, o que demonstra um melhoramento na cobrança dos mesmos. A antiguidade dos prémios por cobrar evoluiu em conformidade com o descrito acima, tendo o total de prémios pendentes com antiguidade superior a 3 meses fechado o ano com um volume de 2.114 milhares de euros (2021: 2.320 milhares de euros). Globalmente o valor provisionado para prémios subiu para os 1,8 milhões de euros.

4.2.4 Resseguradoras

O acompanhamento do risco de crédito das resseguradoras é efetuado trimestralmente, tendo em conta a variação dos ratings, prémios cedidos e respetivos saldos.

Em 2022, manteve-se a preocupação de privilegiar relações com resseguradores financeiramente sólidos e a proceder a uma adequada dispersão dos riscos.

Medidas para mitigação do Risco de mercado

A mitigação do risco de investimento é efetuada através de uma correta política de investimentos. A utilização e análise de indicadores de alerta pré-definidos permite à VICTORIA antecipar possíveis situações de risco, e como tal, agir de forma rápida e eficiente no desenvolvimento e implementação de medidas de mitigação do risco detetado.

O indicador abaixo referido é monitorizado diariamente ao nível da Companhia.

- “Risk-based capital”: este indicador permite identificar se a estratégia de alocação dos ativos implementada está de acordo com a solidez financeira da empresa. Desta forma, torna-se possível adequar atempadamente a estratégia de investimentos, em função do comportamento dos mercados financeiros, bem como, dos resultados técnicos do exercício em curso.

4.3 Risco de Concentração

O risco de concentração corresponde à exposição da Companhia a possíveis perdas

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

originadas por uma elevada exposição a determinadas fontes de risco, nomeadamente categorias de ativos.

A Direção Financeira, em particular a área de Investimentos em conjunto com a entidade gestora do grupo analisa periódica e detalhadamente a estrutura a nível de carteira de ativos identificando e mitigando atempadamente este risco. Por outro lado, existe também um acompanhamento mensal da política de investimentos seguida vs. estrutura da carteira por parte do Comité de Investimentos e ALM.

Além deste acompanhamento, é também validado pela área de investimentos que as várias carteiras respeitam os limites legalmente estipulados pela ASF e no caso de desvios existe uma comunicação à entidade SMA Vie, a qual responde de imediato à resolução do mesmo.

5. MARGEM DE SOLVÊNCIA

A 1 de janeiro de 2016 entrou em vigor o novo regime de solvência (Solvência II), aprovado pela Diretiva 2009/138/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro.

Nesse contexto, foi publicada a Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro, que transpõe para o Direito interno aquela Diretiva introduzindo alterações muito significativas ao regime jurídico de acesso e exercício da atividade seguradora (RJASR), procedendo, igualmente, a algumas alterações, quer ao

regime do contrato de seguro, quer ao regime dos fundos de pensões, entre outros.

No regime de Solvência II salienta-se a avaliação dos ativos e passivos de uma forma consistente e baseada em princípios económicos, o maior alinhamento das exigências regulamentares de capital com os riscos efetivamente assumidos pelas empresas de seguros e a promoção de uma cultura de gestão baseada nos riscos.

O regime de Solvência II tem uma estrutura de três pilares, em que cada um governa um aspeto diferente. A saber:

Pilar I

Compreende os requisitos quantitativos, nomeadamente no que se refere às provisões técnicas, aos investimentos e ao apuramento de dois níveis de requisitos de capital – o requisito de capital de solvência (SCR) e o requisito de capital mínimo (MCR).

O SCR é calculado tendo em conta os riscos aos quais a empresa de seguros se encontra exposta, designadamente os riscos de mercado, os riscos de contraparte, os riscos específicos e os riscos operacionais.

O MCR corresponde ao montante de fundos próprios que deve ser sempre preservado, sob pena de colocar em risco o cumprimento das responsabilidades da seguradora.

Pilar II

O O segundo Pilar compreende os requisitos qualitativos, com enfoque na implementação de um sistema de governação robusto, o qual deve incluir mecanismos de gestão dos riscos,

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

de controlo interno, as funções-chave (gestão de riscos, compliance, atuarial e auditoria interna) e o exercício de autoavaliação do risco e da solvência (ORSA).

No exercício ORSA, realizado com uma periodicidade mínima anual, a Companhia efetua uma análise prospetiva da suficiência do capital, tendo em conta o seu perfil de risco, o qual é apurado com base nos objetivos de negócio definidos a curto e médio prazo. Neste exercício são igualmente analisados os resultados obtidos em cenários de stress, o que permite avaliar a resiliência da Companhia face a cenários adversos.

Este Pilar é também composto pelas disposições relativas ao processo de supervisão baseado nos riscos.

Pilar III

O terceiro e último Pilar compreende a transparência e a disciplina de mercado, através dos requisitos de prestação pública de informação e de reporte às entidades de

supervisão e ao público. De forma sumária, este Pilar visa assegurar que a informação a respeito da solvência e situação financeira das empresas de seguros é clara, objetiva e útil para assegurar a tomada de decisões informadas por parte dos consumidores.

Neste âmbito, a Companhia reportou à ASF, de forma extraordinária, a informação de abertura de Solvência II referente a 1/1/2016. Desde então, a Companhia tem efetuado o reporte trimestral e anual dos modelos quantitativos, bem como o reporte dos relatórios narrativos, de entre os quais o Relatório sobre a Solvência e a Situação Financeira - relatório anual, disponibilizado no segundo trimestre e certificado pelo Revisor Oficial de Contas e pelo Atuário Responsável.

Em linha com o exposto acima, considera-se pertinente apresentar o rácio de cobertura do SCR e o rácio de cobertura do MCR dos dois últimos exercícios:

(Un: Milhares de euros)

	2022	2021
SCR	17.908.317	18.763.018
Rácio de Cobertura SCR	309,5%	267,8%
MCR	5.641.595	5.513.529
Rácio de Cobertura MCR	982,4%	911,4%
Fundos Próprios Elegíveis SCR	55.420.772	50.248.411
Fundos Próprios Elegíveis MCR	55.420.772	50.248.411

Os dados relativos a 2022 poderão ser alvo de alteração, dado que o processo de certificação

se encontra em curso à data da realização do presente relatório.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

6. RISCO OPERACIONAL

O risco operacional corresponde ao risco de perdas resultantes da inadequação ou falha nos procedimentos internos, pessoas, sistemas ou eventos externos.

Relativamente ao Sistema de Controlo Interno, em particular no âmbito do Risco Operacional, destacam-se em 2022 as seguintes atividades na gestão e mitigação deste risco:

- Manteve-se o desenvolvimento da gestão do risco operacional e respetivos controlos alinhados com a metodologia do grupo;
- Continuação da atualização dos processos e da matriz de risco operacional;
- Avaliação dos riscos e dos controlos de acordo com o plano trianual definido em sede do Comité de Risco;
- Gestão do Registo de Incidentes/Perdas, na base de dados;
- Gestão do Registo sobre a avaliação dos riscos e controlos através das fichas de risco;
- Conclusão do upgrade tecnológico da ferramenta eFront;
- Acompanhamento e gestão de implementação de melhorias;

7. RISCO DE CONFORMIDADE

No âmbito da verificação da conformidade pretende-se assegurar as condições necessárias à observância e cumprimento de todos os imperativos de natureza jurídico-legal

com impacto no desenvolvimento da atividade. Esta função integrada na Direção de Operações, visa mitigar o risco de perdas financeiras ou reputacionais em consequência do incumprimento da legislação e regulamento em vigor.

Neste domínio, as principais atividades desenvolvidas em 2022 consubstanciaram-se nos seguintes procedimentos:

- Verificação diária dos sítios institucionais;
- Divulgação aos Departamentos das informações e matérias específicas nos quais possam ter impacto e a toda a empresa, em matérias transversais, através de e-mail, sempre com o conhecimento da área de Gestão de Riscos;
- Divulgação das medidas restritivas, tendo em vista a sua publicação no Portal de Agentes, cumprindo assim as orientações da ASF;
- Acompanhamento das iniciativas legislativas e colaboração para a implementação na VICTORIA dos diplomas publicados;
- Representação da VICTORIA nas comissões e grupos de trabalho criados na Associação Portuguesa de Seguradores (APS), prestando os seus contributos, nomeadamente, nas Consultas Públicas lançadas pela ASF;
- Monitorização e Controlo periódico do “Reporte Externo”;

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

- Controlo mensal do cumprimento e implementação de normas, leis ou regulamentos com impacto na atividade, bem como da jurisprudência mais relevante;
- Controlo mensal das atividades da Autoridade de Supervisão ou outras entidades públicas, relativamente a inspeções, informações, autos de contraordenação, questionários e quaisquer ações implementadas, bem como o respetivo acompanhamento e resposta por parte da VICTORIA;
- Participação no Comité de Risco Operacional, com periodicidade trimestral;
- Controlo diário dos Parceiros face à lista de pessoas/ entidades sancionadas, através de query;
- Reporte mensal à UIF/DCIAP das situações previstas na Portaria n.º 310/2018, de 4 de dezembro;
- Monitorização trimestral às apólices de risco elevado e a diligências simplificadas;
- Atualização periódica da Matriz de Avaliação de Risco de Branqueamento de Capitais e Combate ao Financiamento do Terrorismo, nomeadamente devido à alteração de jurisdições não cooperantes e outros fatores de risco quando se justificou;
- Acompanhamento do Projeto Informático para implementação do processo de avaliação de Risco PBC/FT nos sistemas operacionais da VICTORIA;
- Articulação e reporte de informação para a organização de Prevenção de Branqueamento de Capitais e Combate ao Financiamento do Terrorismo constituída no Grupo SMA.

V – NOTAS AO BALANÇO

NOTA 1 – CAIXA E EQUIVALENTES E DEPÓSITOS À ORDEM

O saldo apresentado nesta rubrica, tem a seguinte decomposição:

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

	2022	2021
CAIXA E EQUIVALENTES	3.642	7.316
DEPÓSITOS À ORDEM	1.991.533	1.648.303
	1.995.175	1.655.619

O valor existente em Caixa destina-se a fazer face a pequenas despesas administrativas efetuadas diretamente pelas Delegações. Os saldos credores existentes em Depósitos à Ordem, quando existem, encontram-se

refletidos em Outros Credores por Outras Operações. A existência destes saldos deve-se na sua generalidade, ao desfasamento no reconhecimento de algumas operações.

NOTA 2 – TERRENOS E EDIFÍCIOS

De acordo com as políticas contabilísticas mencionadas no Ponto III, os terrenos e edifícios classificados como de uso próprio encontram-se valorizados através do modelo de revalorização. As taxas de depreciação são determinadas pelo número de anos de vida útil

atribuída a cada imóvel, em função das avaliações efetuadas. Os terrenos e edifícios classificados como de rendimento encontram-se valorizados através do modelo de justo valor.

Terrenos e Edifícios	Exerc. última avaliação	Valor Aquisição	Valor de Avaliação	Varição Justo Valor	Vida útil
Av. Comb. Grande Guerra 71- Leiria	2022	357.333	183.300	(120.446)	75
Av. Bons Amigos,67 A – Cacém	2022	268.008	216.000	(14.864)	70
Av. Brasil 6 – Oeiras	2022	166.737	185.500	25.850	70
Total		792.078	584.800	(109.460)	

O movimento verificado nesta rubrica é analisado como segue:

Terrenos e Edifícios	Saldo Inicial		Aquisições / Transf ²	Reavaliações	Alienações / Transf ²	Amortizações exercício	Saldo final Valor Líquido
	Valor Bruto	Amortizações					
De uso próprio							
Terrenos	109 440			(17 090)			92 350
Edifícios	257 115	3 519		24 618		3 669	274 545
Total	571 300	3 519	-	7 528	-	3 669	366 895
De rendimento							
Terrenos	62 349			(13 749)			48 600
Edifícios	152 651			14 749			167 400
Total	-	-	-	1 000	-	-	216 000
Total de Terrenos e Edifícios	571 300	3 519	-	8 528	-	3 669	582 895

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Para determinação do justo valor dos imóveis, foram utilizadas avaliações efetuadas por entidades independentes e devidamente

credenciadas para o efeito. Anualmente são efetuados testes de imparidade..

NOTA 3 – INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

No início de dezembro de 2014, a VICTORIA – Seguros, S.A adquiriu uma quota representativa de 23% do capital social de 1.000 Euros da sociedade SELICOMI Portugal, Lda, entidade constituída igualmente em dezembro, cuja atividade tem por objeto a compra e venda de bens imóveis, bem como a exploração e gestão, nomeadamente o arrendamento, dos mesmos.

Esta sociedade encontra-se valorizada, de acordo com as políticas contabilísticas

descritas no ponto III, ao custo de aquisição líquido de imparidades.

O património imobiliário da sociedade, é constituído pelo imóvel sito no número 46 da Rua Camilo Castelo Branco, Lisboa, adquirido pelo montante de Euros 14.904.239. De acordo com avaliação efetuada no fim do exercício, o valor do imóvel ascende a Euros 18.396.000 (2021: Euros 19.196.000).

NOTA 4 – ATIVOS DISPONÍVEIS PARA VENDA

A carteira de ativos disponíveis para venda apresenta a seguinte composição:

	2022			2021		
	Custo de Aquisição amortizado	Reserva de justo valor	SaldoFinal	Custo de Aquisição amortizado	Reserva de justo valor	SaldoFinal
Instrumentos de capital e Unid Participação	12.874.876	2.629	12.877.505	10.921.884	341.778	11.263.662
Títulos de Dívida	84.930.091	(4.421.117)	80.508.974	82.565.757	1.848.821	84.414.578
Dívida Pública	7.307.713	(153.531)	7.154.182	6.828.155	550.842	7.378.997
De Outros Emissores Públicos	12.042.404	(101.776)	11.940.628	12.842.287	23.113	12.865.400
De Outros Emissores	65.104.339	(4.165.810)	60.938.529	62.532.245	1.274.866	63.807.111
Acréscimos de Juros	475.635		475.635	363.070		363.070
Total	97.804.967	(4.418.488)	93.386.479	93.487.641	2.190.599	95.678.240

Em 31 de dezembro de 2022, os ativos disponíveis para venda encontram-se valorizados ao justo valor de acordo com

cotações de mercado ou informações fornecidas por providers.

De acordo com as normas IFRS7 e IFRS13, os ativos financeiros disponíveis para venda

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

podem estar valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

Nível 1 – Cotações (não ajustadas) em mercado ativo para ativos ou passivos idênticos

Nível 2 – Técnicas de avaliação para as quais os inputs de importância significativa para a mensuração do justo valor são direta ou indiretamente observável

Nível 3 – Técnicas de avaliação para as quais os inputs de importância significativa para a mensuração do justo valor não são observáveis.

No decurso do ano, não se verificaram transferências entre os vários níveis.

Sector	2022					2021				
	%	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	%	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Bens Consumo, Cíclicas	7,6%	7.140.293	7.140.293			9,0%	8.597.871	8.597.871		
Bens Consumo, Não Cíclicas	17,3%	16.151.752	16.151.752			13,7%	13.099.031	13.099.031		
Industrial e Matérias Primas	5,6%	5.198.235	5.198.235			5,2%	5.006.844	5.006.844		
Utilities	2,8%	2.619.540	2.619.540			3,3%	3.172.286	3.172.286		
Energia	2,2%	2.013.076	2.013.076			2,3%	2.229.671	2.229.671		
Comunicações e Tecnologia	6,2%	5.816.266	5.816.266			8,2%	7.858.261	7.858.261		
Financeiro	33,4%	31.156.258	31.156.258			34,5%	32.962.442	32.962.442		
Serviços	0,0%	-				0,0%	-			
Dívida Soberana	11,2%	10.413.554	10.413.554			12,0%	11.529.075	11.488.172	40.903	
fundo Ações	0,9%	794.004		794.004		1,0%	913.384		913.384	
Fundo Obrigações	12,9%	12.083.501		12.083.501		10,8%	10.309.375		10.309.375	
Total Geral	100%	93.386.479	80.508.974	12.877.505	-	100%	95.678.240	84.414.578	11.263.662	-

NOTA 5 – EMPRÉSTIMOS E CONTAS A RECEBER

A rubrica é analisada do seguinte modo:

	2022	2021
Outros Depósitos – Dep Prazo	-	-
Acréscimos de Juros	-	-
Empréstimos concedidos	7.962.405	7.961.970
Acréscimos de Juros	88.512	84.060
Outras Contas a receber	-	-
	8.050.917	8.046.030

O montante reconhecido em Empréstimos, respeita a suprimentos efetuados às seguintes sociedades:

SELICOMI Portugal, Lda,	2.959.610
VICTORIA – Seguros de Vida, S.A.	5.000.000
Outras Entidades	2.795

O empréstimo concedido à VICTORIA – Seguros de Vida, S.A. tem a natureza de empréstimo subordinado, concedido com a finalidade de reforço dos fundos próprios elegíveis para efeitos de Solvência II.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

NOTA 6 – INVESTIMENTOS A DETER ATÉ À MATURIDADE

A categoria de investimentos a deter até à maturidade, é composta do seguinte modo:

	2022		2021	
	Justo Valor	Valor de Balanço	Justo Valor	Valor de Balanço
Títulos de Dívida	3 394 560	3 362 464	3 870 925	3 352 726
Dívida Pública	3 354 808	3 322 712	3 831 173	3 312 974
De Outros Emissores Públicos				
De Outros Emissores				
Acréscimos de Juros	39 752	39 752	39 752	39 752
Total	3 394 560	3 362 464	3 870 925	3 352 726

No decurso de 2022 não houve alterações nos ativos classificados nesta categoria. A variação positiva no justo valor deveu-se à evolução positiva registada pelas obrigações de Dívida Pública Nacionais que representam a totalidade deste investimento.

Por forma a assegurar os requisitos que possibilitam a classificação dos títulos nesta

categoria de investimentos, a VICTORIA efetuou testes de liquidez à restante carteira de ativos, tendo-se verificado que a companhia detém meios mais que suficientes para financiar os passivos estimados até ao final de 2024, pelo que não se estima qualquer necessidade de realização destes ativos.

NOTA 7 – AFETAÇÃO DOS INVESTIMENTOS

Os investimentos, encontram-se afetos da seguinte forma:

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

	Seguros Acidentes de Trabalho	Outros Seguros	Não Afectos	TOTAL
Caixa e equivalentes	18.126	1.977.049		1.995.175
Terrenos e Edifícios		582.895		582.895
Investimentos em filiais, associadas e emp conjunt	230			230
Activos financeiros detidos para negociação				-
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor por				-
Instrumentos de Capital e Unid Participação				-
Títulos de Dívida				-
Activos disponíveis para venda	29.788.672	63.550.913	46.894	93.386.479
Instrumentos de Capital e Unid Participação	1.364.216	11.466.395	46.894	12.877.505
Títulos de Dívida	28.424.456	52.084.518		80.508.974
Empréstimos concedidos e contas a receber	2.970.862	-	5.080.055	8.050.917
Depósitos a Prazo				-
Empréstimos concedidos	2.970.862		5.080.055	8.050.917
Outras Contas a receber			-	-
Investimentos a deter até à maturidade	3.362.464	-	-	3.362.464
Instrumentos de Capital e Unid Participação				-
Títulos de Dívida	3.362.464			3.362.464
TOTAL	36.140.354	66.110.857	5.126.949	107.378.160

Para o ano transato, a afetação era a seguinte:

2021	Seguros Acidentes de Trabalho	Outros Seguros	Não Afectos	TOTAL
Caixa e equivalentes	14.354	1.641.265		1.655.619
Terrenos e Edifícios		579.800		579.800
Investimentos em filiais, associadas e emp conjunt	230			230
Activos financeiros detidos para negociação				-
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor por				-
Instrumentos de Capital e Unid Participação				-
Títulos de Dívida				-
Activos disponíveis para venda	35.872.983	59.764.354	40.903	95.678.240
Instrumentos de Capital e Unid Participação	1.358.171	9.864.588	40.903	11.263.662
Títulos de Dívida	34.514.812	49.899.766		84.414.578
Empréstimos concedidos e contas a receber	2.966.409	-	5.079.621	8.046.030
Depósitos a Prazo				-
Empréstimos concedidos	2.966.409		5.079.621	8.046.030
Outras Contas a receber			-	-
Investimentos a deter até à maturidade	3.352.726	-	-	3.352.726
Instrumentos de Capital e Unid Participação				-
Títulos de Dívida	3.352.726			3.352.726
TOTAL	42.206.702	61.985.419	5.120.524	109.312.645

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

NOTA 8 – Outros ativos tangíveis e Inventários

Os outros ativos tangíveis são analisados como segue:

OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS	Saldo Inicial		Aumentos		Transferências e abates	Alienações	Amortizações do exercício		Saldo Final (valor líquido)
	Valor Bruto	Amortizações	Aquisições	Reavaliações			Reforço	Regularizações	
EQUIPAMENTO									
Equipamento administrativo	896.920	(848.437)	1.054		(19.907)		(8.885)	19.906	40.651
Máquinas e ferramentas	141.341	(131.126)					(1.981)		8.234
Equipamento informático	2.394.617	(2.018.652)	96.451		(3.634)		(169.327)	3.635	303.090
Instalações interiores	174.479	(174.290)			(32.884)		(189)	32.884	-
Outro Equipamento	1.346.356	(1.346.356)							-
Sub-Total	4.953.713	(4.518.861)	97.505	-	(56.425)	-	(180.382)	56.425	351.975
PATRIMÔNIO ARTÍSTICO	8.366								8.366
TOTAL	4.962.079	(4.518.861)	97.505	-	(56.425)	-	(180.382)	56.425	360.341

Os bens de Inventário correspondem a material de consumo administrativo e material de divulgação dos produtos comercializados.

NOTA 9 – ATIVOS SOB DIREITO DE USO

Da análise efetuada aos contratos existentes na Companhia, os ativos sob direito de uso estão classificados, da seguinte forma:

ATIVOS SOB DIREITO USO	Saldo Inicial	Entradas/Ajuste	Saídas/Ajuste	Amortizações	Saldo Final	Juros Suportados
Terrenos e Edifícios de uso próprio						
Contratos de arrendamento	377.298			(377.298)	-	(17.204)
Ativos tangíveis						
Viaturas	234.144	95.701		(125.607)	204.238	(22.678)
Total	611.442	95.701	-	(502.905)	204.238	(39.882)

A componente variável destes contratos totalizou 61.011 Euros (2021: 59.334 Euros), os quais se encontram registados em resultados do ano.

NOTA 10 – OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS

A análise é efetuada através do seguinte quadro:

OUTROS ACTIVOS INTANGÍVEIS	Saldo Inicial		Aumentos		Transferências		Amortizações do exercício		Saldo Final (valor líquido)
	Valor Bruto	Amortizações	Aquisições	Reavaliações	e abates	Alienações	Reforço	Regularizações	
Despesas de Desenvolvimento	169.388	(169.388)							-
Despesas Aplicações Informáticas	25.353.440	(21.488.719)	32.377		636.296		(1.587.263)		2.946.131
Activos intangíveis em curso	1.447.628		1.876.860		(636.296)				2.688.192
Outros	1.068.396	(1.068.396)							-
TOTAL	28.038.852	(22.726.508)	1.909.237	-	-	-	(1.587.263)	-	5.634.323

NOTA 11 – OUTROS DEVEDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E OUTRAS OPERAÇÕES

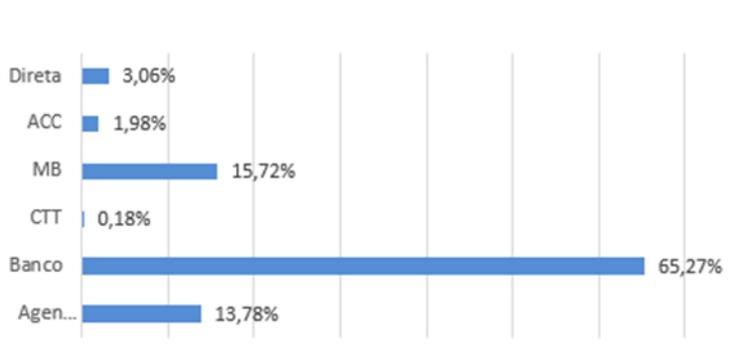
O saldo desta conta é analisado como se segue:

	2022	2021
Tomadores de Seguros	6.348.185	6.714.530
Mediadores de Seguros	3.480.161	3.687.671
Co-Seguradores	166.786	211.012
Outros Devedores	2.817.608	2.664.538
Imparidade	(4.744.654)	(4.801.426)
Sub-Total	8.068.086	8.476.325
Resseguradores e Ressegurados	110.971	113.049
Imparidade	(3.746)	(2.205)
Sub-Total	107.225	110.844
Outros Devedores	4.550.396	4.680.945
Imparidade	(63.007)	(63.007)
Sub-Total	4.487.389	4.617.938
TOTAL	12.662.700	13.205.107

A companhia tem vindo a efetuar um desenvolvimento de ferramentas, nomeadamente através da sua página na internet, que possibilitam uma maior proximidade com o cliente e o mediador, bem como ao nível dos processos por forma a alcançar uma maior eficácia na cobrança de

prémios, incentivando a utilização do canal bancário através dos protocolos de Débito Direto e SEPA.

A distribuição da cobrança pelos diferentes canais, foi a seguinte:



Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Em Operações de Seguro Direto, o risco de não cobrança de prémios dos Tomadores de seguros, está corrigido pelo ajustamento apurado no montante de Euros 1.804.052 (2021: Euros 1.693.214). Em cumprimento da Norma N.º16/2006-R, o coeficiente aplicado (Prémios de Contratos Anulados por falta de pagamento / Prémios Brutos Emitidos - por Ramo) traduz a realidade de 2022, uma vez que nos testes efetuados não se verificaram diferenças significativas em relação aos anos anteriores. Relativamente à rubrica de Mediadores, para além dos saldos de conta corrente, encontram-se também reconhecidos

os montantes relativos a acordos de pagamento, sobre os quais foi registado um ajustamento no montante de Euros 2.574.353 (2021: Euros 2.785.998).

O montante de Outros Devedores inclui processos de sinistros de concomitantes no montante de Euros 2.817.608 (2021: Euros 2.664.538) que ainda se encontram pendentes de regularização.

Em Outras Operações encontram-se ainda registados, entre outros, os saldos entre as empresas do grupo conforme demonstrado na Nota 18.

NOTA 12 – ATIVOS E PASSIVOS POR BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO E OUTROS BENEFÍCIOS DE LONGO PRAZO

Esta rubrica destina-se a reconhecer as responsabilidades da companhia em matéria de obrigações com benefícios dos empregados.

Em 23 de dezembro de 2011, foi aprovado um novo Contrato Coletivo de Trabalho dos Seguros que vem alterar um conjunto de benefícios anteriormente definidos, deixando estes colaboradores de estarem abrangidos por um plano de benefício definido para passarem a ter um plano de contribuição definida – Plano Individual de Reforma. Relativamente à alteração do plano e atendendo a que o valor das responsabilidades pelos serviços passados, relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores

no ativo, se encontrava integralmente financiado, foi convertido em contas individuais desses trabalhadores, integrando o respetivo plano individual de reforma. No decurso de 2012, e após comunicação da alteração do plano à ASF, foi liquidada a responsabilidade, tendo sido apurado os valores devidos e efetuada a comunicação aos colaboradores. No decurso da alteração do plano, foi decidido que o excesso de financiamento deveria permanecer no benefício definido.

Em 2015, por acórdão do Supremo Tribunal de Justiça (STJ) foi considerado não caducado o anterior CCT para a Atividade Seguradora,

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

denominado como CCT 95. Desta decisão resulta, a aplicação do anterior CCT para os colaboradores sindicalizados no SINAPSA. Deste modo, a VICTORIA suspendeu a partir de agosto de 2015 inclusive, e para este universo de colaboradores, as contribuições para o plano de contribuição definida, não tendo ainda procedido a qualquer eventual recálculo das responsabilidades para o plano de

benefício definido. Nesta situação encontra-se apenas 1 colaborador.

A VICTORIA encontra-se a aguardar parecer da ASF relativamente ao procedimento a adotar. Adicionalmente, e entre os outros benefícios de longo prazo, a Companhia atribui prémios de antiguidade aos 15, 25 e 40 anos – Jubileus. O saldo da conta apresenta-se da seguinte forma:

	2022	2021
Benefícios de pós emprego	986.375	1.079.351
Outros Benefícios de longo prazo	(280.369)	(333.357)
	706.006	745.994

O impacto no resultado do exercício do reconhecimento destas responsabilidades é analisado na Nota 30.

As **Obrigações com benefícios dos empregados** estão constituídas através dos Planos abaixo descritos.

Plano de Contribuição Definida

Com a alteração do CCT, o plano de contribuição definida existente, foi objeto de revisão tendo em vista a uniformização de benefícios e procedimentos.

Desta forma, o plano de contribuição definida passou a integrar as anteriores modalidades, em que:

- Para os colaboradores no ativo admitidos na atividade seguradora após 22 de junho de 1995 e participantes do Fundo de Pensões em vigor até 31.03.2012, o valor constituído na sua

conta individual foi afeto ao respetivo plano individual de reforma.

- Para os colaboradores dos Associados na situação de ativos, admitidos na atividade seguradora até 22 de junho de 1995, o valor das responsabilidades por serviços passados financiado pelo Plano de Benefício Definido, foi convertido para um Plano Individual de Reforma, à data de 31.12.2011 de acordo com o método e pressupostos utilizados na avaliação atuarial de 28 de fevereiro de 2012 e aditamento de 08 de junho de 2012.

O plano de contribuição definida abrange participantes e ex-participantes.

Os ativos/ (responsabilidades) líquidos reconhecidos em balanço nos últimos exercícios, são como segue:

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

	2022	2021	2020	2019
	Pensões	Pensões	Pensões	Pensões
Responsabilidade por benefícios	1.085.572	1.083.226	992.987	899.563
Justo valor dos activos do fundo	1.085.572	1.083.226	992.987	899.563
Activos/(Responsabilidades) líquidas em balanço	-	-	-	-

A variação dos ativos do plano contribuição definida em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é analisada como se segue:

	2022	2021
Ativos do Plano a 01 de janeiro	1.083.226	992.987
Contribuições do empregador	120.254	104.068
Rendimentos e Ganhos financeiros	6.197	26.153
Benefícios pagos	(2.340)	(24.866)
Perdas financeiras	(115.374)	(10.141)
Outras receitas/encargos	(6.391)	(4.975)
Ativos do Plano a 31 de dezembro	1.085.572	1.083.226

A taxa de rendimento líquida de encargo de gestão obtida em 2022 foi de -10,4% (1,2% em 2021).

As contribuições do empregador seguem o estipulado no CCT e são efetuadas mensalmente.

Plano de Benefício Definido

Com a alteração do CCT, o plano de benefício definido passou a garantir:

- pagamento de pensões a todos os beneficiários que, á data da alteração do plano, se encontravam a receber uma pensão paga pelo fundo;
- atualização de pensões atribuídas a colaboradores que passaram à situação de reforma por velhice ou invalidez no âmbito do plano de benefício definido anterior.

	Número	Pensão anual	Pensão média anual	Idade média
Beneficiários	6	8.788€	1.465 €	76

Entre os outros benefícios de longo prazo, a Companhia reconhece para a generalidade dos colaboradores, a responsabilidade com os prémios de permanência em conformidade com o estabelecido pelo CCT, bem como os

benefícios de índole particular como são a atribuição de prémios de antiguidade.

Os ativos/(responsabilidades) líquidos reconhecidos em balanço nos exercícios de 2022 e 2021, são como segue:

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

	2022			2021		
	Pensões	Outros	Total	Pensões	Outros	Total
Responsabilidade por benefícios	106 725	292 221	398 946	145 012	350 667	495 679
Justo valor dos activos do fundo	1 104 952		1 104 952	1 241 673		1 241 673
Activos/(Responsabilidades) líquidas em balanço	998 227	(292 221)	706 006	1 096 661	(350 667)	745 994

O valor presente da obrigação de benefícios definidos é o seguinte:

	2022			2021		
	Pensões	Outros	Total	Pensões	Outros	Total
Valor actual da responsabilidade em 01 de Janeiro	145.012	350.667	495.679	163.177	358.806	521.983
Custo do serviço corrente		9.403	9.403		11.221	11.221
Custo de juros	1.375	2.471	3.846	646	605	1.251
(Ganhos) e perdas actuariais	(30.875)	(70.320)	(101.195)	(10.023)	(19.965)	(29.988)
Benefícios passados não reconhecidos			-			-
Redução de benefícios por via de saídas antecipadas			-			-
Benefícios pagos	(8.787)		(8.787)	(8.788)		(8.788)
Alteração do Plano-CCT	-		-	-		-
Valor actual da responsabilidade em 31 de Dezembro	106.725	292.221	398.946	145.012	350.667	495.679

Adicionalmente, a VICTORIA transferiu parte das suas responsabilidades com pensões de reforma através da aquisição de apólices de seguro de vida, a prémio único, junto da VICTORIA – Seguros de Vida, SA, MetLife

(anteriormente ALICO) e GNB Seguros de Vida (anteriormente BES-Vida).

A variação do Fundo de Pensões em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é analisada como se segue:

	2022	2021
	Fundo	Fundo
Activos do plano em 01 de Janeiro	1.241.673	1.231.733
Retorno esperado dos activos	1.241	(4.188)
Ganhos e (perdas) actuariais	(129.175)	22.916
Contribuições do empregador		
Benefícios pagos	(8.787)	(8.788)
Alteração do Plano-CCT		
Activos do plano em 31 de Dezembro	1.104.952	1.241.673

A taxa de rendimento líquida de encargo de gestão obtida em 2022 foi de -10,4% (1,6% em 2021).

Os montantes reconhecidos como custo dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, são como segue:

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

	2022			2021		
	Pensões	Outros	Total	Pensões	Outros	Total
Custo do serviço corrente		9.403	9.403		11.221	11.221
Custo de juros	1.375	2.471	3.846	646	605	1.251
Retorno esperado dos activos	(1.241)		(1.241)	4.188		4.188
Benefícios passados não reconhecidos			-			-
Redução de benefícios por via de saídas antecipadas			-			-
Ganhos e perdas actuariais		(64.699)	(64.699)		(16.777)	(16.777)
Total do custo do ano	134	(52.825)	(52.691)	4.834	(4.951)	(117)

O justo valor dos ativos que constituem o plano

31 de dezembro de 2022 e 2021 é como segue:

	2022		2021	
Fundos de Investimento Imobiliários	0,00%	-	0,00%	-
Fundos de Investimento em Acções	9,30%	102.711	10,80%	134.132
Fundos de Investimento em Obrigações	68,71%	759.164	67,08%	832.874
Obrigações de Taxa Variável	4,97%	54.864	4,45%	55.194
Obrigações de Taxa Fixa	14,98%	165.472	14,94%	185.517
Mercado Monetário	2,06%	22.741	2,73%	33.956
Total	100,00%	1.104.952	100,00%	1.241.673

O retorno real dos ativos foi de Euros -127.933. Os ganhos e perdas actuariais em 2022 e 2021 reconhecidos em Reservas, são analisadas como segue:

	2022			2021		
	Pensões	Outros	Total	Pensões	Outros	Total
Desvios actuariais reconhecidos em reservas em 01 de Janeiro	114.706	31.053	145.759	81.767	27.866	109.633
Ganhos e (perdas) actuariais das	30.875	5.621	36.496	10.023	3.187	13.210
Ganhos e (perdas) actuariais do fundo	(129.175)		(129.175)	22.916		22.916
Redução por alteração do Plano-CCT	-		-	-		-
Desvios actuariais reconhecidos em reservas em 31 de Dezembro	16.406	36.674	53.080	114.706	31.053	145.759

Adicionalmente conforme referido acima, os desvios associados a benefícios de longo prazo foram reconhecidos por contrapartida de resultados, de acordo com o IAS 19.

A redução por alteração do CCT diz respeito à reclassificação dos desvios reconhecidos em

reservas por contrapartida de resultados transitados.

Para efeitos da determinação do valor atual das responsabilidades foram utilizados os seguintes pressupostos e hipóteses de cálculo:

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

	2022	2021
Tábuas de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Número de pagamentos das pensões por ano	14	14
Taxa de desconto anual	4,041%	0,948%
Taxa anual de crescimento das pensões	1%	1%

A duração das responsabilidades com pensões em pagamento é de 11 anos.

O regime de atualização das pensões rege-se pelo disposto na Cláusula 52ª do CCT.

A evolução das responsabilidades e dos ativos do plano nos últimos 5 anos é analisada como segue:

	2022	2021	2020	2019	2018
Responsabilidade por benefícios	398 946	495 679	521 983	509 805	473 060
Justo valor dos activos do fundo	1 104 952	1 241 673	1 231 733	1 218 460	1 160 088
Activos/(Responsabilidades) líquido	706 006	745 994	709 750	708 655	687 028

NOTA 13 – ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS

A rubrica de Ativos e Passivos por impostos é composta por impostos e taxas correntes, que corresponde ao valor a pagar ou recuperar de impostos, e por imposto diferido, que corresponde ao valor do imposto sobre o

rendimento a pagar em períodos futuros proveniente de diferenças temporárias tributáveis.

O montante dos impostos diferidos é o seguinte:

	Activos		Passivos		Líquido	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Investimentos Financeiros	1 088 556	19 602	(94 396)	(512 487)	994 160	(492 885)
Benefícios a empregados	63 083	75 005			63 083	75 005
Provisões	659 475	709 515			659 475	709 515
Imóveis	73 791	69 655	(25 063)	(19 008)	48 728	50 647
Outros Passivos	20 003	59 497			20 003	59 497
Prejuízos Fiscais					-	-
Impostos Diferidos Activos / (passivos)	1 904 908	933 274	(119 459)	(531 495)	1 785 449	401 779

O movimento do imposto diferido foi reconhecido como segue:

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

	2022			2021		
	Reconhecido resultados	Reconhecido nas reservas	Total	Reconhecido o resultados	Reconhecido nas reservas	Total
Investimentos Financeiros	-	1 487 045	1 487 045	-	121 052	121 052
Benefícios a empregados	(11 922)		(11 922)	(1 133)		(1 133)
Provisões	(50 040)		(50 040)	(35 281)		(35 281)
Imóveis	(1 390)	(529)	(1 919)	(16 142)	13 835	(2 307)
Outros Passivos	(39 494)		(39 494)	(36 977)		(36 977)
Prejuízos Fiscais	-		-	-		-
Impostos Diferidos Activos / (passivos)	(102 846)	1 486 516	1 383 670	(89 533)	134 887	45 354

A constituição IDA por prejuízos fiscais é prudencial, e para a avaliação e reconhecimento de IDA, a VICTORIA tem em consideração o facto de aplicar o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades, uma vez que integra o perímetro

fiscal da empresa mãe, VICTORIA Internacional de Portugal - SGPS, SA.

O imposto sobre o rendimento reportado nos resultados de 2022 e 2021 é analisado como segue:

	2022	2021
Imposto Corrente	(723.675)	(880.495)
Imposto Diferido	(102.846)	(89.533)
Imposto Exercício	(826.521)	(970.028)

O imposto sobre o rendimento reportado nas reservas é analisado como segue:

	2022	2021	Varição
Imposto Corrente	-	-	-
Investimentos Financeiro			-
Imóveis			-
Imposto Diferido	988.344	(498.172)	1.486.516
Investimentos Financeiro	994.160	(492.885)	1.487.045
Imóveis	(5.816)	(5.287)	(529)
Total imposto reconhecido r	988.344	(498.172)	1.486.516

A reconciliação da taxa de imposto é analisada como segue:

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

	2022	2021
RESULTADO ANTES IMPOSTO	3 013 422	3 278 401
Taxa de Imposto	21%	21%
Imposto Calculado com base taxa imp.	(632 819)	688 464
Derrama e Derrama Estadual	(68 208)	(100 429)
Outros proveitos e custos excluidos tributação	(14 399)	(43 274)
Benefícios fiscais e Rendimento Art.º 46 e 51	16 063	15 486
Imposto Autonomo (Trib.Autonoma+Derrama)	(127 158)	(153 347)
Imposto do Exercício (Corrente+Diferido)	(826 521)	(970 028)
Taxa efetiva	27,43%	29,59%

NOTA 14 – PROVISÕES TÉCNICAS

As provisões técnicas à data de 31 de dezembro de 2022 e 2021 são analisadas como segue:

Rubricas	Montante calculado	Custos de aquisição	Valor do balanço 2022	Valor do 2021
Provisões técnicas de seguro directo	98.202.028	2.746.000	95.456.028	89.329.924
Provisão para prémios não adquiridos	23.326.312	2.746.000	20.580.312	18.514.103
Provisão para sinistros	67.724.470		67.724.470	64.768.353
Provisão participação resultados	75.755		75.755	73.382
Provisão para desvios de sinistralidade	6.155.293		6.155.293	5.963.758
Outras provisões técnicas	920.198		920.198	10.328
Provisões técnicas de resseguro cedido	29.557.893	-	29.557.893	24.985.711
Provisão para prémios não adquiridos	9.022.918	-	9.022.918	7.777.698
Provisão para sinistros	20.534.975		20.534.975	17.208.013
Provisão participação resultados				

O montante de custos de aquisição diferidos respeita a comissões de mediação, não sendo efetuado qualquer diferimento dos custos por natureza imputados.

Provisão para Sinistros

A provisão para sinistros corresponde aos sinistros ocorridos e ainda não pagos, à data do balanço, e inclui uma provisão estimada no

montante de 1.992.678 Euros (2021: 2.027.156 Euros) relativa a sinistros ocorridos antes de 31 de dezembro de 2022 e ainda não reportados (IBNR).

Adicionalmente, a provisão para sinistros inclui uma estimativa para encargos futuros de gestão relativos à regularização dos sinistros pendentes declarados e não declarados. No decorrer de 2022, efetuou-se um estudo

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

atuarial, tendo-se apurado o montante de 1.487.168 Euros (2021: 1.297.493 Euros).

O desenvolvimento da provisão para sinistros relativa a sinistros ocorridos em exercícios

anteriores e dos seus ajustamentos (correções) é analisado como segue:

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	Provisão para sinistros em 31/12/N-1	Custos com sinistros * montantes pagos no exercício	Provisão para sinistros * em 31/12/N	Reajustamentos
	(1)	(2)	(3)	(3)+(2)-(1)
NÃO VIDA				-
ACIDENTES E DOENÇA	37.346.272	7.845.759	26.733.993	(2.766.520)
INCÊNDIO E OUTROS DANOS AUTOMÓVEL	5.829.235	2.819.895	1.608.441	(1.400.899)
- RESPONSABILIDADE CIVIL	14.383.111	4.905.531	9.305.379	(172.201)
- OUTRAS COBERTURAS	838.031	553.498	201.101	(83.432)
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	3.093.598	1.556.775	1.525.944	(10.879)
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	3.107.310	552.271	2.981.732	426.693
CRÉDITO E CAUÇÃO	170.796	349.557	263.191	441.952
PROTECÇÃO JURÍDICA				-
ASSISTÊNCIA				-
DIVERSOS	-	-	-	-
TOTAL	64.768.353	18.583.286	42.619.781	(3.565.286)
TOTAL GERAL	64.768.353	18.583.286	42.619.781	(3.565.286)

*Sinistros ocorridos no ano N-1 e anteriores

O valor dos reajustamentos efetuados no exercício de 2022, relativos a exercícios anteriores, apresentado na nota acima, é explicado pela análise de todos os processos de sinistros em aberto através da conferência dos valores registados e do ano a que se reportam. Relativamente à provisão para sinistros de Acidentes de Trabalho está incluído o montante de 19.941.375 Euros (Euros 2021: 20.602.373 Euros) referente à provisão matemática para Acidentes de Trabalho.

Os pressupostos atuariais utilizados são analisados, como segue:

- Acidentes de Trabalho – Provisão para Assistência Vitalícia

Esta provisão é apurada numa ótica de Vida, com base numa renda com as seguintes bases técnicas:

- Tabela de mortalidade TV88/90;
- Encargos de Gestão 2%;
- Taxa técnica de 0%;
- Custo médio de 1.231€.
- Acidentes de Trabalho – Provisões Matemáticas

Esta provisão é apurada numa ótica de Vida, segundo as seguintes bases técnicas:

	Tabelas de Mortalidade	Encargos de Gestão da Renda	Taxa Técnica de Juro
Remidas	TD 88/90	0,00%	5,25%
Não Remidas	TV 88/90	2,00%	2,65%

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Provisão para Participação nos Resultados

A Companhia possui planos de participação nos resultados na modalidade de Doença. Estes planos são muito variados e não têm um esquema único. Em comum, preveem a possibilidade de devolver uma percentagem, definida contratualmente, dos resultados

técnicos dos contratos, como atribuição Participação nos Resultados.

Outras Provisões Técnicas - Provisões para riscos em Curso

No apuramento dos prêmios tipo 'II' não foram deduzidos os prêmios que estatisticamente correspondam a contratos que não serão renovados por falta de pagamento do prêmio.

NOTA 15 – OUTROS CREDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E OUTRAS OPERAÇÕES

O saldo desta conta é analisado como segue:

	2022	2021
Tomadores de Seguros	4.496.952	4.431.818
Mediadores de Seguros	729.635	1.096.098
Co-Seguradores	269.173	134.376
Sub-total	5.495.760	5.662.292
Resseguradores	2.802.951	2.349.466
Outros Credores	777.690	1.393.025
TOTAL	9.076.401	9.404.783

Em Outras Operações, encontram-se registados os montantes de saldos credores

das contas de Depósitos à Ordem, quando existem, conforme mencionado na Nota 1.

NOTA 16 – PASSIVOS DE LOCAÇÃO

Os passivos resultantes dos ativos sob direito de uso, são os seguintes:

PASSIVOS DE LOCAÇÃO	2022	2021
Terrenos e Edifícios	-	424.956
Ativos tangíveis	211.517	242.433
	211.517	667.389

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Os compromissos assumidos na componente variável destes contratos, não incluídos na mensuração do passivo de locação, totaliza

Euros 101.700 e tem a seguinte distribuição temporal:

2023	2024	2025	2026
58.405	23.380	12.921	6.994

NOTA 17 – ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

A rubrica destina-se ao reconhecimento, no exercício a que respeitam, de gastos e rendimentos, pelo que é analisada da seguinte forma:

Acréscimos e diferimentos no Ativo

	2022	2021
Rendas e alugueres	40.735	40.578
Outros acréscimos e	336.839	206.048
Total	377.574	246.626

- Acréscimos e diferimentos no Passivo

	2022	2021
Férias e subsídio de férias	1.004.382	924.839
Outros encargos com pessoal	248.585	228.898
Incentivos comerciais	1.501.236	1.150.393
Outros acréscimos e	1.408.309	1.408.796
Total	4.162.512	3.712.926

NOTA 18 – CAPITAL PRÓPRIO

I. Capital

A VICTORIA - Seguros, S.A., no seguimento da deliberação na Assembleia Geral Extraordinária de 21 de dezembro de 2012, procedeu ao aumento de capital da sociedade de Euros 17.850.000 através da emissão de 3.400.000 novas ações subscritas integralmente pela acionista VICTORIA Internacional de Portugal, S.G.P.S., S.A., com o

valor unitário de Euros 5, perfazendo um total de Euros 17.000.000, com um ágio da emissão total de Euros 14.008.000.

II. Reservas de Reavaliação

Na sequência desta operação a VICTORIA-Seguros, S.A. passou a ter um capital social de Euros 34.850.000, representado por 6.970.000 ações, de valor nominal de Euros 5 cada.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

No que respeita à Reserva de Reavaliação, a movimentação é analisada como segue:

- Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros

	Saldo inicial	Valorizações / Desvalorizações	Diminuições	Saldo final
De Justo Valor de Activos Financeiros	2.190.599	(6.209.619)	(399.468)	(4.418.488)
Instrumentos de capital e Unid Participação	341.778	2.629	(341.778)	2.629
Títulos de Dívida	1.848.821	(6.212.248)	(57.690)	(4.421.117)
Dívida Pública	550.842	(704.373)	-	(153.531)
De Outros Emissores Públicos	23.113	(121.368)	(3.521)	(101.776)
De Outros Emissores	1.274.866	(5.386.507)	(54.169)	(4.165.810)
Terrenos e Edifícios	23.500	2.350	-	25.850
Total	2.214.099	(6.207.269)	(399.468)	(4.392.638)

NOTA 19 – RESERVA LEGAL E OUTRAS RESERVAS

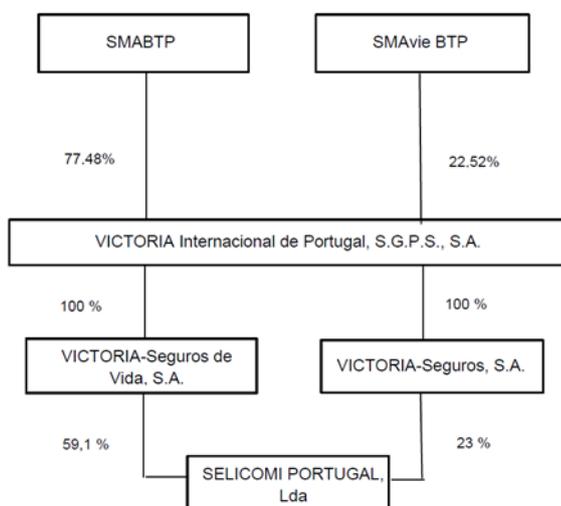
De acordo com a Legislação Portuguesa, a VICTORIA-Seguros, S.A. tem de constituir uma reserva legal de pelo menos 10% sobre o resultado líquido anual, até à concorrência do Capital Social.

Em Outras Reservas encontram-se registados prémios de emissão no montante de Euros 33.012.365.

NOTA 20 – TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

No decurso de 2022, as entidades relacionadas da Companhia podem ser analisadas como se segue:

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021



A análise das transações com entidades relacionadas, é analisada como segue

GANHOS E PERDAS	VICTORIA Internacional de Portugal, SGPS, S.A.	VICTORIA - Seguros de Vida, S.A.	Selicomi	SMABTP	ASEFA	SMA Vie	Investimo
Prêmios Adquiridos de Resseguro Aceite				(38 996 067)	(271)		
Prêmios Adquiridos de Resseguro Cedido							
Rendimentos de investimento		200 000	171 295				
Total dos Proveitos	-	200 000	171 295	(38 996 067)	(271)		
Custos e gastos de exploração - comissões Resseg				(14 354 117)	(7)		
Custos com sinistros - parte dos resseguradores				(22 704 624)			
Outros Gastos Gerais e Administrativos	361 339				1 200	71 270	10 000
Total dos Custos	361 339	-		(37 058 741)	1 193	71 270	10 000
Líquido Proveitos/ (Custos) 2022	(361 339)	200 000	171 295	(1 937 326)	(1 464)	(71 270)	(10 000)
Líquido Proveitos/ (Custos) 2021	(314 787)	200 000	164 949	(1 612 567)	(30 117)	(70 132)	(10 000)

BALANÇO	VICTORIA Internacional de Portugal, SGPS, S.A.	VICTORIA - Seguros de Vida, S.A.	Selicomi	SMABTP	ASEFA	SMA Vie	Investimo
Ativo							
Empréstimos e contas a receber		5 000 000	2 959 610				
Provisões Técnicas de Resseguro Cedido							
Outros Devedores por operações de seguro					18		
Outros Devedores por outras operações	2 304 594	1 721 032					
Total do Ativo	2 304 594	6 721 032	2 959 610	-	18	-	-
Passivo							
Depósitos recebidos de resseguradores				895 623			
Outros Credores por operações de seguro				1 111 174	-		
Outros Credores por outras operações					-		
Total do Passivo	-	-	-	2 006 797	-	-	-
Líquido Ativo / (Passivo) 2022	2 304 594	6 721 032	2 959 610	(2 006 797)	18	-	-
Líquido Ativo / (Passivo) 2021	2 423 188	6 697 725	2 959 610	(1 316 450)	(65)	-	-

As transações efetuadas com as entidades VICTORIA Internacional de Portugal, SGPS, S.A e VICTORIA – Seguros de Vida, S.A. revestem a natureza meramente administrativa.

As transações efetuadas com a SMABTP e ASEFA respeitam exclusivamente a operações de resseguro.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

No que se refere às entidades SMAVie e Investimo, desenvolvem a atividade de *front office* da atividade de investimentos de ativos

financeiros de acordo com mandatos de gestão específicos por carteira de investimentos.

NOTA 21 – ELEMENTOS EXTRA PATRIMONIAIS

Compromissos por garantias prestadas

As garantias prestadas à data de 31 de dezembro de 2022 e 2021, são analisadas como segue:

Natureza da Garantia	2022	2021
Avales, fianças e outras garantias de crédito		
APCC	14.589	14.589
Total	14.589	14.589

VI – NOTAS AO GANHOS E PERDAS

NOTA 22 – PRÉMIOS DE CONTRATOS DE SEGURO

Relativamente aos contratos de seguros dos Ramos Não Vida a informação de prêmios, sinistros e custos de exploração,

correspondente aos anos de 2021 e 2020 pode ser analisada do seguinte modo:

2022	Prêmios brutos emitidos	Prêmios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos*	Custos de exploração brutos*	Saldo de resseguro
SEGURO DIRECTO					
ACIDENTES E DOENÇA	51.927.660	51.286.596	33.777.596	13.228.485	(2.946.104)
INCÊNDIO E OUTROS DANOS AUTOMÓVEL	19.602.288	18.345.642	8.626.859	5.667.689	(3.538.383)
- RESPONSABILIDADE CIVIL	9.776.270	9.470.137	6.946.577	2.038.680	(810.561)
- OUTRAS COBERTURAS	3.756.265	3.630.635	2.365.929	761.142	(147.594)
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	9.392.987	9.426.689	8.817.130	3.505.092	4.000.191
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	3.433.264	3.384.617	1.443.528	1.089.690	(288.046)
CRÉDITO E CAUÇÃO	41.860	43.894	441.952	15.736	174.871
PROTECÇÃO JURÍDICA ASSISTÊNCIA					
DIVERSOS	6.360	6.531	-	3.009	(3.198)
TOTAL	97.936.954	95.594.741	62.419.571	26.309.523	(3.558.824)
RESSEGURO ACEITE	-	-	-	-	-
TOTAL GERAL	97.936.954	95.594.741	62.419.571	26.309.523	(3.558.824)

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

2021	Prêmios brutos emitidos	Prêmios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos*	Custos de exploração brutos*	Saldo de resseguro
SEGURO DIRECTO					
ACIDENTES E DOENÇA	46.747.320	46.508.816	32.585.794	12.461.550	(399.344)
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	17.662.064	16.963.254	8.046.728	5.146.717	(3.499.593)
AUTOMÓVEL					
- RESPONSABILIDADE CIVIL	9.618.137	9.833.539	9.016.484	2.209.746	221.990
- OUTRAS COBERTURAS	3.633.714	3.644.385	2.098.110	812.644	(138.356)
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	8.107.890	8.077.687	4.673.536	3.184.110	340.971
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	3.047.951	2.971.540	821.750	1.079.370	(634.897)
CRÉDITO E CAUÇÃO	58.288	59.483	(5.162)	15.207	(29.323)
PROTECÇÃO JURÍDICA					
ASSISTÊNCIA					
DIVERSOS	6.422	6.093	-	3.371	(2.974)
TOTAL	88.881.786	88.064.797	57.237.240	24.912.715	(4.141.526)
RESSEGURO ACEITE	-	32.271	-	4.840	(31.520)
TOTAL GERAL	88.881.786	88.097.068	57.237.240	24.917.555	(4.173.046)

NOTA 23 – COMISSÕES RECEBIDAS DE CONTRATOS DE SEGURO CONSIDERADOS PARA EFEITOS CONTABILÍSTICOS COMO CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Desde finais de 2011, não existem contratos considerados para efeitos contabilísticos como que cumpram com a definição de contratos considerados para efeitos contabilísticos como contratos de prestação de serviços.

NOTA 24 – CUSTOS COM SINISTROS

Os custos com sinistros relativos aos anos findos em 2022 e 2021, são analisados como segue:

2022	Montantes pagos		Variação da provisão para sinistros	Custos com sinistros
	prestações	custos de gestão de sinistros imputados		
	(1)	(2)	(3)	(4)=(1)+(2)+(3)
SEGURO DIRECTO				
ACIDENTES E DOENÇA	34.363.126	597.199	(1.182.729)	33.777.596
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	6.545.749	1.098.858	982.252	8.626.859
AUTOMÓVEL				
- RESPONSABILIDADE CIVIL	7.582.024	1.062.398	(1.697.845)	6.946.577
- OUTRAS COBERTURAS	2.191.477	208.910	(34.458)	2.365.929
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	4.476.818	520.101	3.820.211	8.817.130
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	492.562	127.745	823.221	1.443.528
CRÉDITO E CAUÇÃO	329.939	19.618	92.395	441.952
PROTECÇÃO JURÍDICA				-
ASSISTÊNCIA				-
DIVERSOS	-	-	-	-
TOTAL	55.981.695	3.634.829	2.803.047	62.419.571
RESSEGURO ACEITE	-	-	-	-
TOTAL GERAL	55.981.695	3.634.829	2.803.047	62.419.571

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

2021	Montantes pagos		Variação da provisão para sinistros (3)	Custos com sinistros (4)=(1)+(2)+(3)
	Prestações	Custos de gestão de sinistros imputados		
	(1)	(2)		
SEGURO DIRECTO				
ACIDENTES E DOENÇA	29.793.805	595.207	2.196.782	32.585.794
INCÊNDIO E OUTROS DANOS AUTOMÓVEL	5.965.585	958.966	1.122.177	8.046.728
- RESPONSABILIDADE CIVIL	7.522.034	925.129	569.321	9.016.484
- OUTRAS COBERTURAS	1.982.517	190.891	(75.298)	2.098.110
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	4.424.755	446.776	(197.995)	4.673.536
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	440.367	104.086	277.297	821.750
CRÉDITO E CAUÇÃO	-	1.900	(7.062)	(5.162)
PROTECÇÃO JURÍDICA				-
ASSISTÊNCIA				-
DIVERSOS	-	-	-	-
TOTAL	50.129.063	3.222.955	3.885.222	57.237.240
RESSEGURO ACEITE	-	-	-	-
TOTAL GERAL	50.129.063	3.222.955	3.885.222	57.237.240

NOTA 25 – RENDIMENTOS / RÉDITOS DE INVESTIMENTOS

Os rendimentos de investimentos são analisados como segue:

	2022	2021
Terrenos e Edifícios	13.247	11.000
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	71.389	68.828
Associadas	71.389	68.828
Activos disponíveis para venda	818.809	586.977
Instrumentos de Capital e Unid Participação	17.507	37.939
Títulos de Dívida	801.302	549.038
Empréstimos concedidos e contas a receber	300.092	296.335
Depósitos	42	
Empréstimos concedidos	300.050	296.335
Investimentos a deter até maturidade	106.338	106.034
Instrumentos de Capital e Unid Participação		
Títulos de Dívida	106.338	106.034
TOTAL	1.309.875	1.069.174

Os rendimentos de investimentos em associadas, respeitam a lucros distribuídos no ano pela sociedade SELICOMI Portugal, Lda.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

NOTA 26 – GASTOS FINANCEIROS

Os valores registados nesta conta resultam da afetação dos custos por natureza a imputar, conforme pode ser analisado na Nota 28.

NOTA 27 – GANHOS E PERDAS EM INVESTIMENTOS AO JUSTO VALOR POR RESERVAS

O saldo registado nesta rubrica refere-se a valias realizadas por alienação dos investimentos e é analisada como segue:

	2022	2021
Activos disponiveis para venda		
Instrumentos de Capital e Unid Participação	10.755	(13.227)
Títulos de Dívida	(2.762)	(1.989)
Sub - Total	7.993	(15.216)
Terrenos e Edifícios	6.178	4.355
TOTAL	14.171	(10.861)

NOTA 28 – OUTROS RENDIMENTOS/GASTOS TÉCNICOS

O saldo é como segue:

	2022	2021		2022	2021
Outros gastos técnicos			Outros rendimentos técnicos		
Por gestão Co-Seguro	45 383	25 139	Por gestão Co-Seguro	6 121	2 778
Por outros	-	-	Por outros	11 217	11 574
TOTAL	45 383	25 139	TOTAL	17 338	14 352
	(28 045)	(10 787)			

NOTA 29 – OUTRAS PROVISÕES (VARIAÇÃO)

As outras provisões destinam-se a fazer face a outros riscos da atividade, nomeadamente pelo facto da companhia proceder à anulação

de cheques que não se encontram descontados há mais de 2 anos. Inclui ainda uma provisão para contingências fiscais.

	Saldo inicial	Aumento	Redução	Utilização/Transf	Saldo final
Outras Provisões	70.527	-	10.756	-	59.771

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

NOTA 30 – OUTROS RENDIMENTOS/GASTOS

O saldo é como segue:

	2022	2021		2022	2021
Gastos e perdas não correntes			Rendimentos e ganhos não correntes		
Donativos	51.500	59.261	Restituição impostos		
Multas e penalidades	22.500		Outros rendimentos e ganhos	156.265	259.901
Quotizações diversas	-	628			
Outros gastos e perdas	111.809	137.305			
Gastos e perdas financeiras			Rendimentos e ganhos financeiros		
Juros suportados	960	1.639	Juros obtidos	112	590
Diferenças de câmbio	-	241	Diferenças de câmbio	200	4.873
Outros gastos e perdas	45.221	38.448	Outros rendimentos e ganhos	4.265	52.227
Ajustamentos			Outros	181	710
De recibos por cobrar	110.839	4.136	Ajustamentos		
De créditos de cobrança duvidosa		23.452	De recibos por cobrar		
Perdas em activos tangíveis	-	277.984	De créditos de cobrança duvidosa	166.070	
			Ganhos em activos tangíveis	-	-
Sub-total	342.829	543.094		327.093	318.301
TOTAL	(15.736)	(224.793)			

NOTA 31 – GASTOS DIVERSOS POR FUNÇÃO

Os gastos diversos por natureza são analisados como se segue:

	2022	2021
Despesas com Pessoal	10.543.294	9.598.549
Fornecimento e Serviços Externos	4.825.014	4.212.009
Impostos e Taxas	373.631	427.222
Amortizações do Exercício	2.274.219	2.268.928
Juros Suportados	39.882	71.247
Comissões	100.397	98.901
Total	18.156.437	16.676.856

A rubrica Fornecimento e Serviços Externos inclui os honorários dos Revisores Oficiais de Contas e têm a seguinte distribuição (valores sem IVA):

-Serviços de Revisão Legal de Contas no montante de 47.500 Euros

-Serviços de certificação dos elementos de informação para efeitos de Solvência II, no montante de 24.500 Euros;

A análise por função dos contratos de seguros, é analisada da seguinte forma:

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Qualificação de Funções	Nº médio de empregados	
	2022	2021
Quadros superiores	32	34
Quadros médios	14	12
Profissionais altamente qualificados	73	71
Profissionais qualificados	93	92
Profissionais semi – qualificados		
Estagiários e aprendizes		
Total	212	209

NOTA 32 – GASTOS COM O PESSOAL**Número médio de trabalhadores**

A distribuição das categorias foi efetuada de acordo com a repartição existente no Balanço Social (Dec. Lei 9/92 de 22/01) e Anexo I do

C.C.T. da Atividade Seguradora. Durante o exercício a empresa teve em média 208 empregados, com a seguinte estrutura por qualificação de funções:

Qualificação de Funções	Nº médio de empregados	
	2022	2021
Quadros superiores	32	34
Quadros médios	14	12
Profissionais altamente qualificados	73	71
Profissionais qualificados	93	92
Profissionais semi – qualificados		
Estagiários e aprendizes		
Total	212	209

Montante das despesas com o pessoal

Os gastos com o pessoal referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 são analisados como segue:

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Rubricas	2022	2021
Remunerações		
dos órgãos sociais	214.844	131.664
do pessoal	7.882.147	7.242.594
Encargos sobre remunerações	1.889.572	1.747.091
Benefícios pós-emprego		
Planos de contribuição definida	120.254	104.068
Planos de benefício definido	297	4.834
Outros benefícios a longo prazo dos empregados	-	81
Benefícios de cessação de emprego	1.844	55.000
Seguros obrigatórios	185.989	181.335
Gastos de acção social	33.643	42.952
Outros gastos com pessoal	214.704	88.930
Total de custos com pessoal	10.543.294	9.598.549

Na sequência do processo de reestruturação mencionado no ponto I, a rubrica despesas com o pessoal, já evidencia essa realidade.

Os órgãos da Companhia responsáveis pelo planeamento, direção e controlo, são constituídos tendo por base a estrutura da Companhia no grupo, o que significa que a gestão e/ou direção efetiva é independente do vínculo contratual. A distribuição das responsabilidades está representada de

acordo com o organigrama institucional, e é composta pelas seguintes Direções:

- Comercial
- Financeiro
- Gestão Risco e Controlo Interno
- Informática
- Operações
- Técnico

Sendo uma organização transversal ao grupo, a composição é a seguinte:

Orgãos	Nº elementos	Valor Total Remuneração	
		VIDA	SEGUROS
Conselho Executivo	2	244.178	228.175
Gestão Topo	11	427.484	769.995
Gestão intermédia I	23	510.991	877.948

No que respeita a benefícios de pós-emprego dos órgãos acima referidos, seguem o estipulado no CCT da Atividade Seguradora.

Governo da Sociedade

Os órgãos sociais da VICTORIA, nomeadamente os membros não executivos do Conselho de

Administração, os quais integram outros órgãos de gestão de sociedades do Grupo SMA,

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

e a Mesa da Assembleia Geral, não auferem qualquer tipo de remuneração fixa ou variável. Os membros do Conselho Fiscal auferem um valor anual fixo que é definido pelo Conselho de Administração em função da complexidade das funções desempenhadas e da situação económica da empresa.

O Conselho Executivo é composto pelo Administrador-Delegado e por um Administrador, os únicos membros do Conselho de Administração com funções executivas. Ambos sustentam a sua política de remuneração nas duas componentes básicas: remuneração fixa e remuneração variável.

A definição e aprovação dos valores que devem ser aplicados relativamente à política de remuneração desta função é da responsabilidade do Conselho de Administração da VICTORIA Internacional de Portugal S.G.P.S., S.A., sendo ratificados nas Assembleias Gerais das duas sociedades operacionais.

Os benefícios atribuídos aos membros dos órgãos de administração e de fiscalização, apresentados de forma agregada e individual, são os seguintes:

			2022	2021
Conselho de Administração			229.101	141.485
Administrador Delegado	Cyrille Mascarelle	Outras remunerações	-	26.363
		Bónus Anual	-	30.254
Administrador Delegado	Francisco Campilho	Outras remunerações	-	-
		Bónus Anual	-	-
Vogal	Carlos Suárez	Outras remunerações	172.036	84.868
		Bónus Anual	57.065	
Conselho Fiscal			11.500	3.500
Presidente	João de Lara Everard	Outras remunerações	11.500	3.500
Vogal	Santiago Gil de Biedma	Outras remunerações	-	-
Vogal	António Vilar Ribeiro	Outras remunerações	-	-
Vogal	Célia Maria Custódio	Outras remunerações	-	-
Vogal	Eduardo Roque Rêgo	Outras remunerações	-	-

VII) EVENTOS SUBSEQUENTES À DATA DE ENCERRAMENTO

O ano de 2023, ficará indubitavelmente marcado pela entrada em vigor a 01 de janeiro de 2023, da norma contabilística IFRS 17 – Contrato de Seguro, que vem substituir a atual IFRS 4 e pela IFRS 9 – Instrumentos Financeiros que vem substituir a IAS 39.

A adoção da IFRS 17, para além de novas regras para o reconhecimento, mensuração e divulgação dos contratos de seguro e de resseguro, reveste-se igualmente por uma alteração estrutural profunda e significativa, da forma como os contratos de seguros são

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

contabilizados e, conseqüentemente, das demonstrações financeiras das empresas de seguros, pelo que é considerado um marco importante para o setor segurador a nível internacional.

O objetivo da norma, visa reforçar a transparência, a consistência e a comparabilidade das demonstrações financeiras, e providenciar informação mais adequada sobre o negócio segurador, possibilitar aos utilizadores das demonstrações financeiras avaliarem o efeito dos contratos de seguro sobre a posição financeira da entidade, o seu desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa.

A IFRS 17 aplica-se a contratos de seguro e resseguro, bem como a contratos de investimento com características de participação discricionária. Embora o conceito de contrato de seguro em IFRS17, não seja substancialmente diferente do preconizado pela IFRS 4, esta prevê que algumas componentes existentes nos contratos, possam ser excluídas do âmbito da IFRS 17.

Deste facto resulta que, a adoção da IFRS 17 implica a avaliação da carteira de seguros tendo em conta os seus direitos e obrigações de carácter substantivo, quer estes decorram de um contrato, de disposições legislativas ou regulamentares.

Sendo o objetivo da IFRS 17 assegurar que uma entidade represente fielmente os contratos de seguro, a companhia tem de proceder à definição das metodologias e opções

contabilísticas mais apropriadas sobre os vários temas exigidos pela norma.

No que respeita aos modelos de mensuração, e conforme previsto na norma, a companhia adota o Premium Allocation Approach ou Abordagem de imputação dos prémios, aos grupos de contrato de curto prazo ou seja, aos comumente denominados contratos anuais renováveis. Da análise da carteira, com exceção para as linhas de negócio obras e decenal, todos os produtos comercializados enquadram-se nesta metodologia. Assim, sendo este modelo um método simplificado, o Passivo de Seguros resultante é semelhante à atual Provisão para prémios não adquiridos.

Os restantes grupos de contratos são mensurados pelo Modelo Geral de Mensuração. Neste modelo, o Passivo de Seguros é calculado tendo em consideração a estimativa dos fluxos de caixa futuros, a taxa de desconto por forma a refletir o valor temporal do dinheiro e os riscos financeiros relacionados com os fluxos de caixa futuros, o ajustamento de risco de forma a refletir a incerteza resultante de riscos não financeiros e a margem de serviços futuros, que representa o lucro futuro a reconhecer ao prestar o serviço do contrato.

A aplicação deste modelo de mensuração aproxima-se dos atuais critérios de Solvência II, nomeadamente ao nível da estimativa dos fluxos de caixa. No entanto, enquanto o focus de Solvência II é centrado nas exigências de capital tendo por base um balanço avaliado por

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

critérios económicos a uma determinada data, a IFRS 17 como norma de reporte que é, está focada em demonstrar, para além da posição financeira representada em balanço, atenta também à performance obtida no período, nomeadamente através do resultado de contratos de seguro e do resultado da componente financeira dos contratos de seguro. Conceitos como margem de serviços futuros, inexistente em Solvência II, assumem uma preponderância enorme em IFRS17 pelo facto da sua libertação ter de acompanhar a cobertura do risco.

As sinergias destes dois regimes, que anteriormente se julgavam ser uma mais valia, revelaram-se insuficientes e exigiu um esforço enorme às seguradoras, ao nível dos recursos humanos e financeiros. Em termos tecnológicos a opção seguida pela VICTORIA, depois de consultar diversas soluções disponíveis no mercado a opção recaiu na solução já existente para efeitos de Solvência II – o Prophet. Desta feita, foi necessário proceder à aquisição da solução denominada Prophet GI Reserving, direccionada para o ramo de não vida, bem como o modulo IFRS 17 da FIS, com a componente de integração direta no sistema contabilístico da companhia, por forma a garantir um mapeamento direto entre a parte atuarial e a contabilística, otimizando as possibilidades de divulgações.

Esta decisão teve como fatores principais o facto de ser uma solução reconhecida no mercado segurador, ser conhecida dos

utilizadores e testada ao nível da Solvência II (Acidentes de Trabalho em particular), ser implementada pela própria software house. Desta forma, procurou-se minimizar riscos associados à escolha de uma solução desconhecida e otimizar o tempo de implementação pelos fatores acima mencionados, terminologias familiares por partes dos utilizadores VICTORIA e produtos conhecidos por parte do implementador.

Conforme já foi mencionado, a norma IFRS 17 entra em vigor a 1 de janeiro de 2023 e irá exigir a divulgação comparativa com o ano anterior. O princípio base da transição para o novo normativo é o de que os contratos em vigor na data de início de aplicação da IFRS 17 devem ser mensurados como se o normativo estivesse em vigor desde a data da sua comercialização (abordagem retrospectiva total). Na impossibilidade de adotar a abordagem retrospectiva total, por dificuldades técnicas ou problemas de exequibilidade, existe ainda a abordagem retrospectiva modificada e a abordagem de justo valor.

Assim, para os portfólios mensurados pelo Premium Allocation Approach, será seguida a abordagem retrospectiva total à transição, dado que pela curta duração dos contratos não existem limitações na obtenção da informação necessária. Para os portfólios de obras e decenal, dada a complexidade dos produtos a abordagem a ser seguida à transição será a abordagem de justo valor.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

A entrada da IFRS 17 é acompanhada pela entrada em simultâneo da IFRS 9, com o objetivo de amenizar o mismatch entre ativos e passivos uma vez que quer ativos quer passivos passarão a estar avaliados ao justo valor e serão sensíveis à evolução das taxas de juro.

A IFRS 9 introduziu uma nova abordagem na classificação e mensuração dos instrumentos financeiros, que assenta no modelo de negócio definido pela gestão e na natureza dos instrumentos. A norma também exige que as entidades avaliem periodicamente se os seus ativos financeiros estão sujeitos a perdas de crédito, estabelecendo um modelo de perda de crédito esperado (Expected Credit Loss - ECL) para cálculo das imparidades em ativos financeiros.

Outros eventos que não os relacionados com o normativo contabilístico, mas que de forma significativa também influenciam a atividade das empresas, e em particular a atividade seguradora, encontram-se abaixo descritos.

O ano de 2023 iniciou-se já praticamente livre dos efeitos da pandemia de Covid-19 que assolou o Mundo nos últimos 3 anos. Graças ao desenvolvimento e distribuição de vacinas a nível global, os níveis de severidade e mortalidade da doença desceram significativamente e permitiram a retirada da maioria das medidas de controlo sanitário que afetavam a vida de todos nós. A China, país onde a pandemia teve o seu início, foi o último país a flexibilizar as medidas de controlo da

doença, tendo abandonado a Política de Covid zero no final de 2022.

A Guerra na Ucrânia iniciou-se em finais de fevereiro de 2022, após a invasão por tropas russas. A expectativa de uma resolução rápida do conflito, foi-se desvanecendo pouco a pouco, e mais de 1 ano após o seu início é difícil prever em que de data e de que forma poderá a Paz ser alcançada. Para além do devastador impacto humano, a guerra tem tido um forte impacto económico no mundo. A tendência de subida das pressões inflacionistas, que se tinha iniciado com a recuperação económica num contexto pós pandemia, agravou-se de forma substancial com os efeitos do conflito no preço da energia e algumas matérias primas, como o trigo. A inflação atingiu em 2022 valores máximos das últimas décadas e obrigou os bancos centrais a intervirem aumentando as taxas de juro.

O processo de ajustamento económico não está ainda concluído. Apesar de a economia global se mostrar resiliente ao efeito da subida das taxas de juro, a estabilidade de preços ainda não foi atingida, não estando dessa forma concluído o ciclo de subida nos juros. Este ano, e até ao momento atual, a Reserva Federal nos Estados Unidos da América, subiu a taxa diretora em 25 p.b. para 4,75%, sendo expectável que possa ainda subir mais 75 p.b. para 5,25%. Na Europa, o Banco Central Europeu, iniciou em 2022 o ciclo mais rápido de subida de juros da sua história, tendo, porém, já em 2023 subida a taxa de referência em mais

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

50 p.b. para 3%, podendo ainda ir até aos 3,5%. Assim neste contexto de alteração do paradigma de taxas de juro muito baixas que nos acompanhou nos últimos anos, o nível de incerteza mantém-se elevado, apesar de globalmente se antever que a recessão económica será evitada e que a estabilidade monetária regresse.

No caso da VICTORIA, o ambiente de incerteza poderá implicar alguma volatilidade no preço dos ativos financeiros detidos, porém, a subida das taxas de juro permite antecipar uma recuperação dos rendimentos, assente quer nos novos investimentos quer através dos reinvestimentos feitos a taxas de juro superiores.

A redução do ritmo de crescimento económico e o aumento generalizado do nível de preços, tornam a atividade da companhia mais desafiante, sendo expectável as linhas de negócio mais sensíveis à atividade económica possam apresentar indicadores de crescimento mais comedidos. Igualmente desafiante é o impacto do nível de preços nos custos com sinistros e na globalidade das despesas da

companhia e que obrigará a manter uma disciplina financeira apertada.

Neste momento e tendo em conta todas as análises e estudos efetuados, entende a companhia, que, relativamente aos ativos intangíveis registados, nomeadamente projetos informáticos em curso, a atual situação não coloca em causa a sua pertinência e consequentemente a continuidade dos mesmos.

A temática das Finanças Sustentáveis será uma prioridade para o exercício, ao longo do qual se implementarão um conjunto de iniciativas que visam dar corpo à estratégia de longo prazo do Conselho de Administração.

Adicionalmente, parte dos riscos mencionados deverá continuar a ser mitigada pelas esperadas medidas económicas e sociais adotadas pelo Governo, nomeadamente no apoio às famílias, à habitação e na mitigação dos efeitos da subida da inflação.

Por parte do Conselho de Administração, não se perspetivam alterações de políticas que possam impactar de forma significativa o desenrolar da atividade normal da empresa.

VIII) JUSTO VALOR DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

O justo valor é baseado em valores de mercado, quando disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis o justo valor pode ser estimado através de modelos internos, normalmente baseados nos modelos de cash

flows descontados. Os métodos e pressupostos principais utilizados na determinação do justo valor de ativos e passivos pela VICTORIA - Seguros de Vida, S.A. são os seguintes:

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Caixa e Depósitos em instituições de crédito

Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos de curto prazo, o saldo de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor.

de estes não estarem disponíveis o justo valor é estimado através de modelos internos, normalmente baseados nos modelos de cash flows descontados.

Ativos financeiros disponíveis para venda, Ativos financeiros reclassificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas e ativos financeiros detidos para negociação

Estes instrumentos financeiros são registados ao justo valor, o qual é normalmente baseado em valores de mercado se disponíveis. No caso

Devedores por operações de seguro direto, de resseguro e outras operações, Empréstimos e outros passivos financeiros

Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos de curto prazo, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor o saldo de balanço das várias rubricas, à data do balanço.

IX) ALTERAÇÕES ÀS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

IX.1 ALTERAÇÕES VOLUNTÁRIAS DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Durante o exercício não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação

financeira relativa ao exercício anterior apresentada nos comparativos.

IX.2 NORMAS, INTERPRETAÇÕES, EMENDAS E REVISÕES QUE ENTRARAM EM VIGOR NO EXERCÍCIO

Até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, foram aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia as seguintes normas

contabilísticas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória ao exercício iniciado em 1 de janeiro de 2022:

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	Descrição
Emenda à norma IFRS 3	1-jan-22	Esta emenda corresponde à atualização da referência à estrutura concetual de 2018; requisitos adicionais para análise de obrigações de acordo com norma IAS 37 ou IFRIC 21 na data de aquisição; e clarificação explícita que ativos contingentes não são reconhecidos numa combinação de negócio.
Emenda à norma IAS 16 – “Proceeds before intended use”	1-jan-22	Esta emenda corresponde a uma alteração à norma IAS 16 para proibição de dedução ao custo de um ativo tangível de proveitos relacionados com a venda de produtos antes do ativo estar disponível para uso.
Emenda à norma IAS 37 – Contratos Onerosos	1-jan-22	Esta emenda corresponde a clarificação que custos de cumprimento de um contrato correspondem a custos diretamente relacionados com o contrato.
Melhoramentos anuais 2018-2020	1-jan-22	Correspondem essencialmente a emendas às seguintes normas: - IFRS 1 – expediente prático que permite que uma subsidiária que adote pela primeira vez IFRS numa data posterior à sua empresa mãe possa optar pela mensuração das diferenças de transposição cumulativas relativamente a todas as unidades operacionais estrangeiras pela quantia que seria incluída nas demonstrações financeiras da empresa mãe, com base na data de transição da empresa mãe para as IFRS; - IFRS 9 – clarifica as comissões que devem ser incluídas no teste de 10% para efeitos de desreconhecimento de um passivo financeiro.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Não foram produzidos efeitos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2022,

decorrente da adoção das normas, interpretações, emendas e revisões acima referidas.

IX. 3 NORMAS, INTERPRETAÇÕES, EMENDAS E REVISÕES QUE ENTRAM EM VIGOR EM EXERCÍCIOS FUTUROS

As seguintes normas contábilísticas e interpretações, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à

data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	Descrição
IFRS 17 - Contratos de Seguros	1-jan-23	Esta norma estabelece, para os contratos de seguros dentro do seu âmbito de aplicação, os princípios para o seu reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação. Esta norma substitui a norma IFRS 4 - Contratos de Seguros.
Emenda à norma IAS 8 – Políticas contábilísticas, alterações nas estimativas contábilísticas e erros – Definição de estimativas contábilísticas	1-jan-23	Esta emenda publicada pelo IASB em fevereiro de 2021 altera a definição de estimativa contábilística para montante monetário nas demonstrações financeiras sujeito a incerteza de mensuração.
Emenda à norma IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras e IFRS Practice Statement 2 – Divulgação de políticas contábilísticas	1-jan-23	Esta emenda publicada pelo IASB em fevereiro de 2021 clarifica que devem ser divulgadas as políticas contábilísticas materiais, em vez das políticas contábilísticas significativas, tendo introduzido exemplos para identificação de política contábilística material.
Emenda à norma IAS 12 Impostos sobre o rendimento – Impostos diferidos	1-jan-23	Esta emenda publicada pelo IASB em maio de 2021 clarifica que a isenção de reconhecimento inicial de impostos diferidos não se aplica em transações que produzam montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis
Emenda à norma IFRS 17 – Contratos de seguro – aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 – informação comparativa	1-jan-23	Esta emenda publicada pelo IASB em dezembro de 2021 introduz alterações sobre informação comparativa a apresentar quando uma entidade adota as duas normas IFRS 17 e IFRS 9 em simultâneo.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Estas emendas apesar de aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia, não foram adotadas pela Empresa em 2022, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória. Da implementação da IFRS 17, e conforme

explicitado no ponto VII, os impactos na operativa da companhia são significativos, no entanto o impacto financeiro ainda não se encontram quantificado.

IX.4 NORMAS, INTERPRETAÇÕES, EMENDAS E REVISÕES AINDA NÃO ADOTADAS PELA UNIÃO EUROPEIA

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, não foram, até

à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas (“endorsed”) pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	Descrição
Emendas à norma IAS 1 Apresentação das demonstrações financeiras – Classificação de passivos como correntes e não correntes; Diferimento da data de aplicação; Passivos não correntes com <i>covenants</i>	1-jan-24	Estas emendas publicadas pelo IASB clarificam a classificação dos passivos como correntes e não correntes analisando as condições contratuais existentes à data de reporte. A emenda relativa a passivos não correntes com <i>covenants</i> clarificou que apenas as condições que devem ser cumpridas antes ou na data de referência das demonstrações financeiras relevam para efeitos da classificação como corrente/não corrente, adiando ainda a data de aplicação para 1 de janeiro de 2024

Estas normas não foram ainda adotadas (“endorsed”) pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pela Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Relativamente a estas normas e interpretações, emitidas pelo IASB mas ainda

não aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia, não se estima que da futura adoção das mesmas decorram impactos significativos para as demonstrações financeiras anexas.

X) INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

CÓDIGO	IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS DESIGNAÇÃO	Quantidade	Valor nominal		Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço			
			Montante	%			unitário	Total	Juros	Taxa de Juro
	1 - TÍTULOS DE EMPRESAS DO GRUPO E ASSOCIADAS									
	1.1 - Nacionais									
	1.1.1 - Partes de capital em empresas do grupo									
	sub-total									
	1.1.2 - Obrigações de empresas do grupo									
	sub-total									
	1.1.3 - Outros títulos de empresas do grupo									
	sub-total									
	1.1.4 - Partes de capital em empresas associadas									
	Selicomi, Lda		230			230		230		
	sub-total		230			230		230		
	1.1.5 - Obrigações de empresas associadas									
	sub-total									
	1.1.6 - Outros títulos de empresas associadas									
	sub-total									
	sub-total		230			230		230		
	1.2 - Estrangeiras									
	1.2.1 - Partes de capital em empresas do grupo									
	sub-total									
	1.2.2 - Obrigações de empresas do grupo									
	sub-total									
	1.2.3 - Outros títulos de empresas do grupo									
	sub-total									
	1.2.4 - Partes de capital em empresas associadas									
	sub-total									
	1.2.5 - Obrigações de empresas associadas									
	sub-total									
	1.2.6 - Outros títulos de empresas associadas									
	sub-total									
	sub-total									
	total		230			230		230		
	2 - OUTROS TÍTULOS									
	2.1 - Nacionais									
	2.1.1 - Títulos de rendimento fixo									
	2.1.1.1 - De dívida pública									
PTCON4OE0005	CONSOLIDADO PERP		28.701	61,03		17.517	95,07	27.286	571	4,000%
PTOTEKOE0011	O.T. JAN TF 15/25 - HTM		500.000	99,57		497.835	99,57	497.835	3.032	2,875%
PTOTETOE0012	O.T. JUL TF 16/26 - HTM		2.860.000	98,77		2.824.877	98,77	2.824.877	36.720	2,875%
	sub-total		3.388.701			3.340.229		3.349.998	40.323	
	2.1.1.2 - De outros emissores públicos									
	sub-total		-			-		-	-	

X) INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Valor nominal		Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço			
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO		Montante	%			unitário	Total	Juros	Taxa de Juro
	2.1.1.3 - De outros emissores									
	sub-total									
	sub-total		3.388.701			3.340.229	3.349.998	40.323		
	2.1.2 - Títulos de rendimento variável									
	2.1.2.1 - Acções									
	sub-total	0				-	-	-		
	2.1.2.2 - Títulos de participação									
	sub-total	0				-	-	-		
	2.1.2.3 - Unidades de participação em fundos de investimento									
	FUNDO COMPENSAÇÃO DO TRABALHO									
	sub-total	0				-	-	-		
	2.1.2.4 - Outros									
	FUNDO COMPENSAÇÃO DO TRABALHO	40.425				46.894	46.894			
	sub-total	40.425	-	-	-	46.894	46.894	-		
	sub-total	40.425	-	-	-	46.894	46.894	-		
	total	40.425	3.388.701	-	-	3.387.123	-	3.396.892	40.323	
	2.2 - Estrangeiros									
	2.2.1 - Títulos de rendimento fixo									
	2.2.1.1 - De dívida pública									
FR0127462846	FRENCH T - BILL 22/23(CUP ZERO)		400.000	99,64		398.557	99,64	398.576	-	
FR0013200813	FRANCE O.A. TF 15/26		1.000.000	97,91		979.120	90,58	905.790	247	
FR0011427848	FRANCE O.A.T. I/L TF 07/24		1.700.000	111,28		1.891.814	123,25	2.095.232	2.266	
FR0011008705	FRANCE O.A.T. I/L TF 10/27		1.300.000	122,77		1.596.036	137,04	1.781.471	13.495	
FR0013286192	FRANCE O.A.T. TF 17/28		200.000	98,69		197.386	89,44	178.872	904	
FR0013451507	FRANCE O.A.T. TF 18/29		750.000	99,67		747.516	82,08	615.615	-	
FR0014002WK3	FRANCE O.A.T. TF 21/31		1.500.000	98,65		1.479.767	76,76	1.151.340	-	
	sub-total		6.850.000			7.290.196		7.126.896	16.912	
	2.2.1.2 - De outros emissores públicos									
FR0011521319	CAISSE AMORT DET CADES TF 13/24		700.000	101,71		711.936	99,09	693.630	15.486	
FR0014007RB1	CAISSE D'AMORT DETTE SOC TF 22/32		100.000	99,87		99.867	77,19	77.189	427	
FR001400DCH4	CAISSE DES DEPOTS ET CON TF 22/27		2.200.000	99,25		2.183.600	98,01	2.156.264	13.200	
ES0224261034	CORES TF 14/24		100.000	99,90		99.896	98,73	98.729	521	
DE000A2TSTQ2	KFW 19/23		8.700.000	100,55		8.747.486	100,35	8.730.276	2.050	
FR0013246873	UNEDIC TF 17/27		200.000	99,81		199.619	92,27	184.540	1.904	
	sub-total		12.000.000			12.042.404		11.940.628	33.588	

X) INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

CÓDIGO	IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS DESIGNAÇÃO	Quantidade	Valor nominal		Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço			
			Montante	%			unitário	Total	Juros	Taxa de Juro
	2.2.1.3 - De outros emissores									
FR0013220902	AGENCE FRANCAISE DEVELOP TF 16/24		2.500.000	100,10		2.502.464	96,32	2.407.925	6.293	0,375%
FR001400DCB7	AGENCE FRANCAISE DEVELOP TF 22/33		500.000	99,43		497.165	99,28	496.390	3.500	3,500%
FR0012766889	AIR LIQUIDE FINANCE TF 15/25		100.000	99,91		99.911	97,57	97.566	723	1,250%
XS2029574634	ALD SA TF 19/23		200.000	99,95		199.905	98,53	197.056	341	0,375%
XS2444281260	ALFA LAVAL TREASURY TF 22/26		300.000	99,71		299.131	91,33	273.990	2.273	0,875%
XS1878191219	AMADEUS IT GROUP TF 18/26		500.000	99,88		499.414	92,58	462.900	2.137	1,500%
FR001400CSG4	ARVAL SERVI TF 22/26		1.500.000	99,65		1.494.706	99,22	1.488.240	16.438	4,000%
FR0011947720	ASSURANCE CREDIT MUTUEL NORD VIE TF 14/24		200.000	99,97		199.933	99,60	199.206	5.322	4,625%
FR0013399060	AUCHAN HS TF 19/24		600.000	99,93		599.565	97,99	587.940	14.455	2,625%
FR0011694033	AUTOROUTES SUD DE FRANCE TF 14/24		400.000	101,38		405.525	100,19	400.748	11.250	2,950%
FR0013386539	BANQUE FED CRED MUTUEL TF 19/23		1.000.000	99,95		999.461	99,25	992.510	4.089	0,750%
FR0013408960	BANQUE FED CRED MUTUEL TF 19/29		600.000	99,55		597.293	86,07	516.390	8.371	1,750%
FR0014009A50	BANQUE FED CRED MUTUEL TF 22/25		300.000	99,95		299.838	93,98	281.925	1.825	1,000%
FR0014007PV3	BANQUE FED CRED MUTUEL TF 22/27		200.000	99,45		198.899	84,44	168.870	144	0,625%
FR0014006XE5	BANQUE FED CREDIT MUTUEL TF 21/25		700.000	99,87		699.115	92,34	646.401	57	0,010%
XS2102355588	BMW FINANCE TF 20/23		1.800.000	100,00		1.799.959	99,38	1.788.840	-	0,000%
XS2447561403	BMW FINANCE TF 22/25		400.000	99,79		399.157	94,20	376.804	1.710	0,500%
FR0013465358	BNP PARIBAS 19/26		200.000	99,84		199.675	91,67	183.330	575	0,500%
FR0013398070	BNP PARIBAS 19/27		100.000	99,25		99.247	93,16	93.162	1.991	2,125%
FR0014007LK5	BNP PARIBAS 22/30		400.000	99,15		396.582	79,14	316.544	1.659	0,875%
XS1068871448	BNP PARIBAS TF 14/24		700.000	99,67		697.710	98,86	692.013	10.248	2,375%
XS1527126772	BP CAPITAL MARKETS PLC TF 16/24		700.000	100,00		699.999	97,86	685.006	7.283	1,117%
FR0013476199	BPCE SA TF 20/26		600.000	99,82		598.949	90,05	540.282	1.438	0,250%
FR0014007VF4	BPCE SA TF 22/26		100.000	99,72		99.718	90,13	90.130	341	0,375%
FR0014009YD9	BPCE SA TF 22/27		1.400.000	99,45		1.392.349	91,80	1.285.242	16.714	1,750%
XS1441773550	BROWN-FORMAN CORP TF 16/26		200.000	99,91		199.823	91,57	183.140	1.164	1,200%
FR0013370129	BUREAU VERITAS SA TF 18/25		800.000	102,29		818.292	94,39	755.112	14.753	1,875%
FR0013201084	BUREAU VERITAS TF 16/23		200.000	99,92		199.835	99,54	199.072	788	1,250%
XS1401125346	BUZZI UNICEM SPA TF 16/23		1.300.000	100,58		1.307.604	99,49	1.293.370	18.694	2,125%
XS2434702424	CAIXABANK SA 22/28		900.000	99,71		897.432	86,61	779.454	5.301	0,625%
FR0013446580	CARREFOUR BANQUE 19/23		300.000	100,09		300.268	100,11	300.327	418	2,640%
FR0014003Z81	CARREFOUR BANQUE TF 21/25		200.000	100,00		200.000	91,55	183.092	117	0,107%
XS2405875480	COLGATE PALMOLIVE TF 21/29		700.000	99,74		698.200	82,14	575.001	293	0,300%
XS2550081454	COOPERATIEVE RABOBANK UA TF 22/28		800.000	99,70		797.568	100,87	806.936	6.589	4,625%

X) INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

CÓDIGO	IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS DESIGNAÇÃO	Quantidade	Valor nominal		Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço			
			Montante	%			unitário	Total	Juros	Taxa de Juro
FR0014007ML1	CREDIT AGRICOLE SA 22/28		300.000	99,90		299.705	86,15	258.450	1.813	0,625%
FR0013173028	CREDIT MUTUEL ARKEA TF 16/26		200.000	99,97		199.943	96,27	192.546	3.793	3,250%
DE000A2R9ZT1	DAIMLER INTL FINANCE BV TF 19/23		1.810.000	99,94		1.808.897	97,60	1.766.487	682	0,250%
FR0013216918	DANONE SA TF 16/24		500.000	100,00		499.993	95,84	479.195	563	0,709%
XS1828032786	DEUT TEL TF 18/25		800.000	99,93		799.418	94,87	758.936	904	1,375%
XS1752475720	DEUTSCHE BAHN FINANCE GMBH TF 18/27		500.000	99,73		498.652	89,26	446.305	192	1,000%
XS1348774644	DEXIA CREDIT LOCAL TF 16/23		2.500.000	100,04		2.500.954	99,92	2.498.100	17.466	0,750%
XS2433244089	E ON SE TF 22/26		300.000	99,59		298.778	90,28	270.834	356	0,125%
FR0011225143	ELECTRICITE DE FRANCE TF 12/27		400.000	117,01		468.053	100,05	400.204	12.703	4,125%
FR001400D6M2	ELECTRICITE DE FRANCE TF 22/27		500.000	99,78		498.923	98,11	490.560	4.247	3,875%
BE0002596741	ELIA SYSTEM OP TF 18/28		400.000	97,99		391.978	87,36	349.420	1.923	1,500%
FR0013504677	ENGIE SA TF 20/28		300.000	99,80		299.402	90,11	270.333	4.013	1,750%
XS1571293684	ERICSSON LM TF 17/24		200.000	99,87		199.739	97,45	194.906	3.134	1,875%
XS2345996743	ERICSSON LM TF 21/29		200.000	99,59		199.182	75,09	150.172	1.200	1,000%
FR0013463650	ESSILORLUXOTTICA TF 19/25		1.400.000	99,70		1.395.776	93,40	1.307.614	1.045	0,125%
FR0013422623	EUTELSAT SA TF 19/27		1.100.000	99,89		1.098.815	82,07	902.781	11.595	2,250%
XS2332254015	FCA BANK SPA IRELAND TF 21/28		400.000	99,97		399.881	95,07	380.268	-	0,000%
XS1554373677	FRESENIUS FIN IRELAND PL TF 17/27		225.000	99,72		224.366	91,55	205.997	4.362	2,125%
XS1681519184	GLAXOSMITHKLINE CAPITAL TF 17/26		1.400.000	99,96		1.399.423	91,83	1.285.676	4.219	1,000%
BE0002876572	GRP BRUXELLES LAMBERT S.A. TF 22/29		500.000	99,35		496.771	95,71	478.560	4.966	3,125%
BE0002280494	GRP BRUXELLES LAMBERT SA TF 17/24		200.000	99,92		199.848	97,40	194.794	1.673	1,375%
BE0002595735	GRP BRUXELLES LAMBERT SA TF 18/25		300.000	99,73		299.202	96,19	288.582	3.005	1,875%
XS2147977479	HEINEKEN TF 20/25		200.000	99,88		199.758	95,93	191.850	2.458	1,625%
XS1944456109	IBM CORP TF 19/25		1.200.000	99,79		1.197.423	94,80	1.137.540	9.608	0,875%
BE0002448232	INFRA CVBA TF 13/23		200.000	102,29		204.577	99,68	199.362	1.274	3,750%
BE0002478536	INFRA CVBA TF 14/29		100.000	99,94		99.944	88,99	88.992	453	2,625%
FR0013281946	INGENICO GROUP SA TF 17/24		700.000	100,38		702.661	96,15	673.043	3.397	1,625%
XS2461234622	JP MORGAN 22/30		700.000	99,88		699.129	86,89	608.202	10.654	1,963%
BE0002832138	KBC GROUP 21/27		700.000	99,60		697.171	88,01	616.098	1.462	0,250%
XS1679515038	KIMBERLY-CLARK CORP TF 17/24		1.000.000	99,96		999.553	95,71	957.070	1.969	0,625%
XS1485532896	KPN NV TF 16/25		500.000	99,74		498.692	93,57	467.870	2.277	0,625%
FR00140087C4	LA BANQUE POSTALE 22/28		1.200.000	99,66		1.195.932	86,52	1.038.240	10.685	1,000%
FR0013181898	LA BANQUE POSTALE TF 16/28		1.000.000	99,97		999.689	92,92	929.240	16.849	3,000%
XS2463961321	LINDE PLC TF 22/27		600.000	99,73		598.380	90,86	545.130	4.521	1,000%
FI4000261201	NESTE OYJ TF 07/24		200.000	99,98		199.967	96,82	193.638	1.701	1,500%

X) INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

CÓDIGO	IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS DESIGNAÇÃO	Quantidade	Valor nominal		Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço			
			Montante	%			unitário	Total	Juros	Taxa de Juro
XS2462321212	NESTLE FINANCE INTL LTD TF 22/27		1.820.000	99,88		1.817.872	91,01	1.656.418	12.086	0,875%
XS1707074941	NESTLE FINANCE INTL TF 17/24		500.000	99,87		499.364	98,00	489.990	1.783	0,375%
XS2148372696	NESTLE TF 20/26		200.000	99,68		199.355	94,47	188.942	1.689	1,125%
FR0013241676	ORANGE SA TF 17/27		400.000	99,70		398.786	90,98	363.920	1.858	1,500%
FR0013396512	ORANGE SA TF 19/24		200.000	99,99		199.973	96,99	193.988	1.042	1,125%
FR0013396520	ORANGE SA TF 19/29		200.000	99,90		199.804	91,16	182.320	3.836	2,000%
FR0013323326	PEUGEOT TF 18/25		200.000	99,89		199.774	96,16	192.322	3.134	2,000%
XS1708192684	PROCTER & GAMBLE CO TF 17/24		600.000	99,84		599.010	95,30	571.788	551	0,500%
BE0002237064	PROXIMUS SA TF 15/25		300.000	99,65		298.961	95,34	286.029	1.402	1,875%
FR0013309606	RCI BANQUE SA 12/2023		220.000	100,00		219.991	99,98	219.945	855	1,749%
XS2126161681	RELX FINANCE BV TF 20/24		200.000	99,81		199.627	95,98	191.956	-	0,000%
XS1789751531	RICHEMONT INT TF 18/26		1.200.000	99,49		1.193.921	92,99	1.115.844	9.205	1,000%
FR0011565555	RTE EDF TRANSPORT S.A. TF 13/23		200.000	101,12		202.248	99,82	199.638	1.733	2,875%
FR0014002G44	SAFRAN SA TF 21/26		500.000	99,51		497.527	89,55	447.770	497	0,125%
FR0013214137	SAGESS TF 16/28		200.000	99,33		198.662	85,80	171.596	247	0,625%
FR0013053329	SANEF SA TF 15/26		200.000	99,71		199.418	92,67	185.344	2.979	1,875%
FR0013324340	SANOFI TF 18/26		600.000	99,84		599.046	93,13	558.786	4.685	1,000%
FR0014009KS6	SANOFI TF 22/25		600.000	99,94		599.615	95,40	572.370	3.869	0,875%
XS1956025651	SANTAN CONSUMER FINANCE TF 19/24		100.000	99,89		99.895	97,23	97.226	841	1,000%
DE000A2TSTE8	SAP SE TF 18/24		600.000	99,82		598.911	95,78	574.698	259	0,750%
DE000A2G8VT5	SAP SE TF 18/26		200.000	99,92		199.834	93,36	186.712	1.605	1,000%
FR0012939841	SCHNEIDER ELECTRIC SE TF 15/23		600.000	99,95		599.688	99,10	594.576	2.811	1,500%
FR0013201308	SCHNEIDER ELECTRIC SE TF 16/24		900.000	99,78		898.056	94,93	854.388	697	0,250%
FR0013259116	SEB SA TF 17/24		100.000	99,97		99.971	95,29	95.291	879	1,500%
XS1788951090	SEB TF 18/23		1.890.000	99,93		1.888.758	99,68	1.883.990	7.586	0,500%
XS1986416268	SIKA CAPITAL BV TF 19/27		300.000	99,84		299.529	88,50	265.488	1.769	0,875%
FR0013311503	SOCIETE GENERALE TF 18/25		700.000	99,96		699.691	94,56	661.906	7.379	1,125%
XS2203996132	SODEXO TF 20/28		300.000	99,73		299.187	88,39	265.173	1.373	1,000%
FR0014006TQ7	TDF INFRASTR TF 21/29		500.000	99,66		498.311	75,39	376.955	719	1,750%
FR0013534500	TEREGA SA TF 20/30		100.000	99,23		99.229	75,07	75.066	252	0,875%
FR0013486834	TEREGA SASU TF 20/28		300.000	99,58		298.729	82,20	246.600	1.577	0,625%
FR0013479748	THALES SA TF 20/27		400.000	99,83		399.319	86,64	346.556	921	0,250%
XS0994991411	TOTAL CAPITAL INTL S.A TF 13/25		200.000	102,80		205.610	98,87	197.730	662	2,875%
XS1195202822	TOTAL S.A. TF 15/49		200.000	101,01		202.017	93,57	187.138	4.430	2,625%
XS1501166869	TOTAL S.A. TF 16		600.000	99,99		599.911	93,15	558.882	4.763	3,369%
XS2338955805	TOYOTA MOTOR CRED CORP TF 21/27		1.100.000	99,66		1.096.286	84,60	930.578	211	0,125%
CH1142231682	UBS GROUP AG 21/26		1.300.000	99,72		1.296.400	88,76	1.153.919	516	0,250%
BE0002784651	UCB SA TF 21/28		400.000	99,81		399.238	78,99	315.940	3.025	1,000%

X) INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

CÓDIGO	IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS DESIGNAÇÃO	Quantidade	Valor nominal		Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço			
			Montante	%			unitário	Total	Juros	Taxa de Juro
XS2450200824	UNILEVER FINANCE TF 22/26		600.000	99,89		599.324	92,18	553.104	3.773	0,750%
XS1654192191	UNILEVER NV TF 17/25		400.000	99,88		399.526	94,13	376.500	1.467	0,875%
XS2147133495	UNILEVER NV TF 20/25		440.000	99,99		439.976	95,72	421.186	4.234	1,250%
XS1586555945	VOLKSWAGEN INTL FIN NV TF 17/27		200.000	99,51		199.016	89,73	179.450	2.836	1,875%
XS2230884657	VOLVO TREASURY AB TF 20/24		200.000	99,85		199.706	94,30	188.602	72	0,125%
	sub-total		65.105.000			65.104.339		60.938.529	424.564	
	sub-total		83.955.000			84.436.939		80.006.053	475.064	
	2.2.2 - Títulos de rendimento variável									
	2.2.2.1 - Acções									
	2.2.2.2 - Títulos de participação									
	sub-total									
	2.2.2.3 - Unidades de participação em fundos de investimento									
FR0010199075	BATI ACT INVEST PARTS 4 DEC	25.400			31	790.702	31,26	794.004	-	
FR0013067808	BFT MONETAIRE-I2	425			9.787	4.159.330	9.792,37	4.161.757	-	
FR0010529743	OSTRUM ISR CASH EONIA-I	312			10.747	3.352.933	10.751,99	3.354.621	-	
LU0414045319	SCHRODER INT EURO CORP - XD	8.181			123	1.002.260	121,67	995.470	-	
FR0000291239	CPR CASH - P	159			22.029	3.502.676	22.041,95	3.504.670	-	
FR0011060870	SLF SHORT TERM EURO	1			20.080	20.081	20.089,44	20.089	-	
	sub-total	34.478				12.827.982		12.830.611	-	
	2.2.2.4 - Outros									
	sub-total	34.478								
	total	34.478	83.955.000			97.264.921		92.836.664	475.064	
	3 - TOTAL GERAL	74.904	87.343.931			100.652.274		96.233.786	515.387	

The image features two thick, blue, curved lines that sweep across the lower half of the page from the left side towards the right. These lines are positioned behind the text, creating a layered, graphic effect.

3. Relatórios de Fiscalização

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

(Montantes expressos em euros)

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da VICTORIA – Seguros, S.A. (“Companhia”), que compreendem a Demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 159.231.088 euros e um total de capital próprio de 44.104.063 euros, incluindo um resultado líquido de 2.186.901 euros), as demonstrações dos resultados, do rendimento integral, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da VICTORIA – Seguros, S.A. em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes da Companhia nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

PA



“Deloitte”, “nós” e “nossos” refere-se a uma ou mais firmas-membro e entidades relacionadas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”). A DTTL (também referida como “Deloitte Global”) e cada uma das firmas-membro e entidades relacionadas são entidades legais separadas e independentes entre si e, consequentemente, para todos e quaisquer efeitos, não obrigam ou vinculam as demais. A DTTL e cada firma-membro da DTTL e respetivas entidades relacionadas são exclusivamente responsáveis pelos seus próprios atos e omissões não podendo ser responsabilizadas pelos atos e omissões das outras. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação, acesse a www.deloitte.com/pt/about.

Tipo: Sociedade Anónima | NUIT e Matrícula: 501776311 | Capital social: € 500.000 | Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa | Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 – 13º, 4150-146 Porto

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, mas não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos identificados
--	---

Suficiência das provisões para sinistros (Notas III e 14)

<p>As provisões para sinistros registadas pela Companhia em 31 de dezembro de 2022 ascendem a 67.724.470 euros, conforme detalhadas na Nota 14 do Anexo às demonstrações financeiras, sendo determinadas conforme descrito nas políticas contabilísticas apresentadas nesse Anexo.</p> <p>A determinação das provisões para sinistros requer a aplicação pelo Conselho de Administração de julgamentos significativos ao nível das metodologias de cálculo a utilizar e dos pressupostos a assumir, estando assim as estimativas sujeitas a subjetividade e incerteza.</p> <p>Desta forma, alterações nas metodologias utilizadas ou nos pressupostos assumidos podem ter impacto nas estimativas das provisões por linha de negócio, e consequentemente no montante apurado das provisões para sinistros.</p> <p>Por outro lado, as estimativas de provisões para sinistros dependem de informação sobre o volume, montante e padrão atual e histórico de pagamentos de indemnizações, que é utilizada para formar expectativas relativamente a indemnizações futuras. Caso a informação utilizada para o cálculo da provisão para sinistros ou para a definição dos principais pressupostos não seja adequada, a provisão para sinistros pode ser afetada por distorções materiais.</p>	<p>Os nossos procedimentos de auditoria para dar resposta aos riscos de distorção material identificados incluíram:</p> <ul style="list-style-type: none">• Análise das atividades de controlo implementadas pela Companhia consideradas relevantes no processo de determinação das provisões para sinistros e da sua adequação face aos riscos que visam mitigar;• Revisão analítica da evolução das provisões para sinistros dos ramos de atividade mais significativos da Companhia durante os anos mais recentes, incluindo análise de indicadores de atividade, para obtenção de entendimento sobre essa evolução e sobre as justificações das principais variações ocorridas;• Análise da reconciliação do inventário de montantes pagos extraído do sistema técnico da Companhia face aos respetivos saldos contabilísticos, e validação por amostragem da informação relativa ao exercício de 2022 presente no referido inventário;• Análise das matrizes de desenvolvimento de pagamentos de sinistros e de custos com sinistros para os ramos de atividade mais significativos da Companhia e realização de testes com base em metodologias geralmente utilizadas no sector segurador, para aferição da suficiência das provisões para sinistros registadas nas demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2022;• Relativamente ao ramo Acidentes de Trabalho, análise dos pressupostos utilizados e recálculo das provisões matemáticas registadas para cobertura das responsabilidades de longo prazo associadas ao pagamento de pensões;
---	--

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos identificados
--	---

Suficiência das provisões para sinistros (Notas III e 14) (cont.)

Tendo em conta os fatores descritos acima relativamente à dimensão e à relevância das provisões para sinistros e que eventuais alterações nas metodologias e pressupostos utilizados para a sua determinação podem ter impactos relevantes no apuramento das provisões para sinistros, bem como a necessidade de utilização de julgamentos, a suficiência das provisões para sinistros foi definida como uma matéria relevante de auditoria.	<ul style="list-style-type: none">• Leitura do relatório atuarial e análise dos resultados e conclusões apresentados relativamente à suficiência das provisões registadas pela Companhia;• Revisão das divulgações constantes das demonstrações financeiras relacionadas com esta matéria, tendo em consideração o normativo contabilístico aplicável.
--	---

Outras matérias

As demonstrações financeiras da Companhia relativas ao ano findo em 31 de dezembro de 2021 são apresentadas de forma a dar cumprimento aos requisitos de publicação de contas. Estas demonstrações financeiras foram examinadas por outra Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, cuja Certificação Legal das Contas, datada de 1 de abril de 2022, não continha reservas nem ênfases.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Companhia se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Companhia.

PA

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não se detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não se detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou desrespeito do controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Companhia;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre se o uso pelo órgão de gestão do pressuposto da continuidade foi apropriado e, com base na prova de auditoria obtida, se existe alguma incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Companhia para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Companhia descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percebidas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que, para os aspetos materiais, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento da Companhia, não identificámos incorreções materiais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos eleitos auditores da Companhia pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 14 de novembro de 2022, para concluir o mandato compreendido entre 2020 e 2022;
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude;
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Companhia nesta mesma data;
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do anterior artigo 77.º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, entretanto revogado, e do artigo 5.º, número 1, do Regulamento (UE) n.º 537/2014, e que mantivemos a nossa independência face à Companhia durante a realização da auditoria.

Lisboa, 11 de abril de 2023



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Paulo Alexandre Rosa Pereira Antunes, ROC
Registo na OROC n.º 1610
Registo na CMVM n.º 20161220

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Nos termos do artigo 420º, alínea g) do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho Fiscal apresenta o seu Relatório de Atividade e Parecer sobre o Relatório de Gestão e Contas da VICTORIA-Seguros, S.A. (“Companhia”), relativos ao ano de 2022, bem como sobre a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

1. RELATÓRIO DE ATIVIDADE

No âmbito das competências que lhe estão atribuídas como órgão de fiscalização da Companhia, o Conselho Fiscal procedeu, ao longo de 2022 ao acompanhamento da gestão e dos resultados da Companhia, em especial no que respeita:

- Ao cumprimento e controlo das políticas e estratégias definidas pelo Conselho de Administração;
- À observância das disposições legais, regulamentares e estatutárias;
- À adequação das políticas, critérios e práticas contabilísticas adotados e ao processo de preparação da informação financeira;
- À eficácia dos sistemas de controlo interno, gestão de riscos e auditoria interna.

Por se tratar de uma Entidade de Interesse Público, nos termos do artigo 3º da Lei nº148/2015 de 9 de setembro, o Conselho Fiscal desenvolveu designadamente, no exercício em apreço, as seguintes ações:

- Analisou as normas internas vigentes e respetivas atualizações;
- Indagou sobre alterações na estrutura organizativa da Companhia, bem como o funcionamento das suas principais unidades orgânicas;
- Acompanhou o desenvolvimento das iniciativas e projetos relevantes para a atividade da Companhia, com especial incidência para o Comité de Gestão de Riscos, o Comité de Gestão de Ativos e Passivos e o Comité de Risco Operacional;
- Analisou a informação obtida das principais áreas responsáveis pela preparação e divulgação da informação financeira e pela gestão e controlo de riscos,
- Participou em reuniões, numa base trimestral, com o Conselho Executivo, através nas quais acompanhou a atividade da Sociedade, a regularidade dos registos contabilísticos e o cumprimento das normas legais e estatutárias aplicáveis tendo obtido do Conselho de Administração e dos diversos Serviços da Sociedade as informações e os esclarecimentos solicitados;
- Reuniu, quando necessário, com os representantes da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, da qual obteve os esclarecimentos necessários à compreensão das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022, bem como do trabalho que foi desenvolvido. Analisou o conteúdo da Certificação Legal das Contas, emitida na modalidade de opinião sem reservas, relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 com a qual concordou e dá aqui como integralmente reproduzida;
- Analisou os pedidos de aprovação prévia de serviços distintos de auditoria feitos pelo revisor oficial de contas e garantiu o cumprimento das regras de independência que devem pautar a prestação destes serviços;



- Comunicou ao Conselho de Administração as matérias relevantes de que tomou conhecimento no exercício das funções.

Finalmente, o Conselho Fiscal examinou as demonstrações financeiras reportadas a 31 de dezembro de 2022, as quais compreendem a demonstração da posição financeira, a conta de ganhos e perdas, a demonstração rendimento integral, a demonstração de variações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como o respetivo anexo, que inclui as principais políticas contabilísticas e estimativas e incertezas associadas à aplicação daquelas políticas. Adicionalmente, procedemos à análise do Relatório de Gestão do exercício de 2022, preparado pelo Conselho de Administração, e da proposta de aplicação de resultados nele incluído.

2. PARECER

Face ao exposto, e tendo em consideração o trabalho realizado, somos de parecer que a Assembleia Geral aprove:

- a. O Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022; e,
- b. A proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

Finalmente, o Conselho Fiscal manifesta o seu agradecimento e apreço ao Conselho de Administração, aos Serviços da Companhia e ao Revisor Oficial de Contas, pela colaboração e disponibilidade sempre proporcionadas.

Lisboa, 12 de abril de 2023

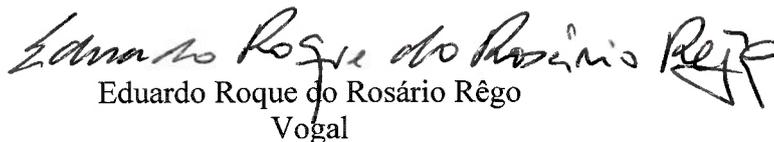
O CONSELHO FISCAL



João de Lara Everard
Presidente



Célia Maria Pedro Custódio
Vogal



Eduardo Roque do Rosário Rêgo
Vogal